Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2020 Nº 24.715 Preço banca: R$ 3,50

América Latina não vai recuperar economia sem controle da Covid-19

Brasil tem 2,6 milhões de casos da Covid-19 e 1.824.095 recuperados

Página 13

Um em cada três testes RT-PCR feitos em SP dá positivo para covid-19

Página 2

Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) aponta que se a curva de transmissão de covid-19 não for controlada, as economias dos países da região das Américas não poderão se recuperar.

"Não se equivoquem, não há dilema entre economia e saúde. Primeiro é a saúde", disse a secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, durante a apresentação do documento em videoconferência.

O relatório conjunto Saúde e economia: uma convergência necessária para enfrentar a covid-19 e retomar o caminho para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe destaca que "vida, saúde e bem-estar são fundamentais e constituem pré-requisitos para reativar a economia".

"Do ponto de vista dos direitos humanos, a proteção da saúde é um imperativo ético. No entanto, é também um imperativo prático, uma vez que, quando a vida é protegida, a capacidade produtiva é fortalecida", diz o documento. Página 3

Covid-19 faz economia dos EUA despencar mais de 30% no 2º trimestre

A economia dos Estados Unidos contraiu no segundo trimestre no ritmo mais acentuado desde a Grande Depressão, em 1929, uma vez que a pandemia de covid-19 destruiu os gastos dos consumidores e das empresas, e a recuperação está sob ameaça de um ressurgimento dos casos de coronavírus.

O Produto Interno Bruto (PIB) despencou 32,9% em taxa anualizada no trimestre passado, declínio mais forte da produção desde que o governo começou a registrar os dados em 1947, informou o Departamento do Comércio nesta quinta-feira. Página 3

Anistia alerta sobre apoio a crianças libertadas pelo Estado Islâmico

A organização não governamental (ONG) Anistia Internacional alertou na quinta-feira, (30) para a situação de cerca de 2 mil crianças Yazidi, libertadas do grupo extremista Estado Islâmico (EI), mas sem o apoio necessário para fazer face aos traumas físicos e psicológicos.

Segundo relatório da ONG, 1.992 crianças dessa minoria religiosa de origem curda, alvo de perseguições, regressaram às suas famílias depois de terem sido "raptadas, torturadas, forçadas a lutar ou violadas" durante os três anos em que o EI ocupou o norte do Iraque (2014-2017). Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Nublado pela manhã, com possibilidade de garoa. Tarde de sol com diminuição de nuvens. Noite com muita nebulosidade. 20º C 12º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,13
Venda: 5,44

EURO
Compra: 6,09
Venda: 6,10

Covas confirma que vai despejar famílias na região da Cracolândia

Foto/Rovena Rosa/ABr

Cracolândia

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, confirmou na quinta-feira, (30) que devem ser despejadas as famílias de duas quadras da região da Cracolândia, na Luz, no centro da cidade. "A reintegração das quadras 37 e 38 estão previstas já há algum tempo, não é nenhuma novidade. Aqueles que acompanham as ações da prefeitura sabem que isso já estava previsto, já tinha sido solicitado ao Judiciário há algum tempo, fazem parte de um programa de requalificação daquela região, de ações para tentar diminuir o fluxo que está lá presente", disse na quinta-feira, (30) em coletiva de imprensa. Página 2

Bolsonaro visita Serra da Capivara e anuncia recursos para o turismo

No Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, o presidente da República Jair Bolsonaro conheceu os maiores e mais antigos sítios arqueológicos das Américas. No local exitem cerca de 35 mil desenhos rupestres espalhados por mais de 1.300 sítios que registram a presença do homem pré-histórico no continente americano há cerca de 48 mil anos. O parque é considerado patrimônio cultural da humanidade. Página 4

CMN eleva para R$ 100 mil valor mínimo que estrangeiros devem declarar

Os estrangeiros que movimentam recursos bancários no Brasil só deverão declarar ao Banco Central (BC) movimentações a partir de R$ 100 mil, decidiu na quinta-feira, (30) o Conselho Monetário Nacional (CMN). Até agora, qualquer movimentação a partir de R$ 10 mil precisava ser informada. Página 13

Esporte

Kartismo: Alberto Otazú volta a vencer na F-4 Akasp

Em uma prova brilhante, o piloto Alberto Otazú (Cardoso Funilaria e Pintura/Bianchi Automóveis/AVSP/No Fire Services/Rolley Ball/Speed Truck/Pailler Racing) venceu pela terceira vez na temporada 2020 de F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp). Desta vez foi na sexta etapa do terceiro turno do certame monomarca, realizada na noite de quarta-feira (29) no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP).

"Foi uma boa vitória. Tive que ser extremamente agressivo na primeira volta e depois que assumi a liderança fui muito pressionado. Agora, quando começou a chover, eu me senti aliviado, pois consegui abrir uma vantagem muito grande, apesar de levar um susto com a rodada de um piloto logo na minha frente na última volta", comemorou Otazú, que recebeu a bandeirada com 14s417 de vantagem sobre Bruno Biondo (Arbi), e 19s701 à frente de Carlos Santana (AFS), o terceiro colocado.

A prova começou com Giovani Bondança largando na ponta, seguido de Emerson Rildo. Partindo da sexta posição Alberto Otazú já fechou a primeira volta no terceiro posto. No terceiro giro, Otazú aparecia em segundo, e três passagens depois Carlos Santana era o terceiro. No final da 12ª passagem Otazú ultrapassou Bondança para assumir a ponta, levando Santana em seu encalço.

Otazú permaneceu na liderança, mas com Santana, que tinha estabelecido a volta mais rápida, embutido na sua traseira, da 15ª até a 24ª passagem, quando começou a chover. Enquanto Santana rodava, Otazú ampliava a

Foto/ Pedro Bragança

sua vantagem, controlando muito bem o seu Mega/Honda com pneus slicks no piso molhado. Enquanto isto, Biondo aproveitava o asfalto escorregadio para subir para quarto no 24º giro, terceiro cinco voltas depois, e garantir a vice-liderança na derradeira passagem, com nova rodada de Santana.

"Eu consegui controlar bem o meu kart na chuva, e abri uma boa vantagem sobre todos, que só não foi maior porque perdi sete segundos desviando de um companheiro que rodou logo na minha frente, justamente na última volta. Foi um susto, pois apesar da minha enorme folga, se eu batesse poderia abandonar a corrida. Por isto estou feliz com a minha terceira vitória neste ano, pois foi suada e molhada!", comentou o vencedor do primeiro turno, ao lado de seu parceiro Hélio Bianchi.

O certame de F-4 da Akasp é disputado com karts Mega dos próprios pilotos, mas com acertos de chassi fixos, equipados com motor Honda GX 390, de 18 hp, equalizados e sorteados pela MFS Racing. A novidade desta temporada é a utilização dos pneus Lecont.

A sétima etapa do terceiro turno da F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo será realizada no dia 5 de agosto, novamente no Kartódromo Granja Viana.

Copa SP de Kart terá nova programação com rodada dupla e corridas mais longa na Rotax

Foto: Pedro Bragança

Após o anúncio do novo calendário para a temporada de 2020 no Kartódromo Granja Viana, a Copa São Paulo de Kart contará com um novo planejamento das corridas nas próximas etapas do campeonato, que começa em 8 de agosto. A competição em Cotia (SP) agora terá duas corridas nas categorias Rotax ao invés da rodada tripla, mas com mais voltas nas provas, totalizando a mesma quilometragem no final de semana.

Binho Carcasci, comandante da Bora Karting, empresa embaixadora da Rotax no Brasil, afirmou que tudo está sendo planejado de acordo com os protocolos de segurança recomendados pelas autoridades.

"Estamos adotando as recomendações do Governo e das entidades que dirigem o automobilismo, então a mais importante delas é a questão de diminuir aglomeração", disse Carcasci. "Por isso, com menos baterias por dia, conseguimos dividir melhor em dois grupos de categorias no dia do evento, assim um número menor de pessoas fica presente ao mesmo tempo na pista. Apesar desta mudança, os pilotos terão o mesmo tempo e a mesma quilometragem de pista que tinham antes, tanto para as corridas quanto para os treinos", completou.

Além disso, por conta da pandemia do novo coronavírus, também houve mudança na relação de vagas para o Mundial de Rotax, que acontecerá em janeiro de 2021 na pista de Portimão, em Portugal. As vagas ainda serão distribuídas entre as categorias do Brasileiro de Rotax, marcado para dezembro deste ano.

As categorias que seguem com vaga garantida são Mini, Junior, Max, DD2 e DD2 Master. "A vaga que iria para a categoria Max Master foi extinta. Assim, o Brasil fica com 5 vagas para o Mundial que vai acontecer em janeiro de 2021 em Portugal", explicou Carcasci.

Com o novo calendário, a Copa São Paulo de Kart terá sua terceira etapa realizada no dia 8 de agosto. A programação completa pode ser conferida no site oficial do Kartódromo Granja Viana.

Um em cada três testes RT-PCR feitos em SP dá positivo para covid-19

De cada três pacientes que realizam exame de RT-PCR no estado de São Paulo, um tem resultado positivo para o novo coronavírus, cerca de 33%. A informação foi dada hoje (30) por Paulo Menezes, coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, em coletiva à imprensa no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a epidemia está sob controle quando uma região que realiza um alto número de testes consegue alcançar uma taxa de positividade de cerca de 5%, mantendo-a por, ao menos, duas semanas.

Desde março, início da pandemia, até o dia 27 de julho, as redes pública e privada do estado fizeram 1.778.225 testes de diagnóstico para o novo coronavírus, sendo que 60% deles eram do tipo RT-PCR, que identifica as pessoas que estão com o vírus ativo. O estado soma 529.006 infectados pelo vírus e 22.710 mortes desde o início da pandemia.

O restante dos exames foi feito ou por meio de testes sorológicos (27% do total), os chamados testes rápidos, que identificam as pessoas que já tiveram contato com o vírus e desenvolveram anticorpos; ou por meio de outros métodos (13%), como os de sangue venoso. No caso dos testes rápidos, um em cada quatro pacientes que fizeram esse exame tiveram diagnóstico positivo, informou Paulo Menezes.

No início da pandemia, em março, o estado só testava as pessoas que estavam internadas e por meio de RT-PCR. Naquele mês o estado fez 26,7 mil testes, uma média de 900 testes diagnósticos por dia. Com o tempo, o estado começou também a realizar os exames rápidos e atualmente, o estado realiza, em média, 21,3 mil exames por dia. Até o dia 27 de julho o estado contabilizou 576,3 mil testes para o novo coronavírus.

"Essa média diária de 23 mil testes equivale a cerca de 52 testes a cada 100 mil habitantes por dia, patamar que a Alemanha testava em junho", disse Patricia Ellen, secretária de Desenvolvimento Econômico, na coletiva à imprensa. "Nas últimas semanas estamos conseguindo chegar entre 28 mil e 30 mil testes por dia, o que equivale entre 60 e 65 testes a cada 100 mil habitantes. A meta é chegar, em agosto, ao patamar de 72 testes a cada 100 mil habitantes", acrescentou ela. (Agência Brasil)

SP supera 1,7 milhão de testes de COVID-19 e amplia 20 vezes média diária de exames

O Estado de São Paulo já realizou mais de 1,7 milhão de exames para diagnóstico do novo coronavírus e ampliou em mais de vinte vezes a produção diária de testes. O balanço apresentado na coletiva de imprensa de quinta-feira (30) aponta 1.788.185 exames processados até o dia 27.

Desse total, 26,7 mil foram realizados em março; 119 m em abril; 369,1 em maio; 691,6 mil em junho. Ainda preliminar, o número de 576,3 mil exames realizados em julho segue a tendência de crescimento, reiterando a expansão da testagem em conformidade com as estratégias do Governo do Estado.

Hoje, SP processa vinte vezes mais testes por dia em comparação à fase inicial da pandemia, com aumento gradativo a cada mês. Em março, a média diária era de 900 exames, sendo quadruplicada já em abril, com 3,9 mil por dia. Em março passa a ser três vezes maior, com 12,3 mil testes diariamente.

No mês de junho, o balanço atualizado ultrapassa 23 mil exames, com a expectativa de pelo menos manutenção desta média após consolidação de julho – hoje, a média preliminar é de 21,3 mil por dia, mas o abastecimento segue em curso com a inserção dos dados enviados à Saúde pela iniciativa privada.

"A testagem é essencial para rastrear e monitorar o andamento da pandemia. Estamos trabalhando para ampliar cada vez mais esse trabalho a fim de registrar os casos de forma mais rápida e isolar o vírus", comentou o coordenador de Controle de Doenças (CCD) e do Centro de Contingência, Paulo Menezes.

Os aumentos são fruto das iniciativas de otimização da rede de laboratórios públicos e de unificação dos dados dos serviços privados de diagnóstico.

A proporção dos tipos de testes utilizados demonstra que a cada 10 diagnósticos, 6 são realizados por meio de RT-PCR (transcriptase polimerase), cerca de 3 por teste rápido e 1 por outros métodos. Em março, apenas o PCR era realizado.

"Estamos concentrando todos os esforços para que ninguém fique sem assistência. A testagem em massa é uma conquista que está em constante aprimoramento", disse o Secretário Executivo de Estado da Saúde, Eduardo Ribeiro Adriano.

No Estado de São Paulo, o enfrentamento da pandemia é multifatorial, aliando estratégias de monitoramento da capacidade hospitalar, da evolução da pandemia quanto aos casos, óbitos e internações, além do fortalecimento da testagem e monitoramento de contatos.

A testagem em massa auxilia na condução das estratégias para reduzir a transmissão do coronavírus. A partir do momento em que um paciente tem um diagnóstico positivo, ele é isolado. Soma-se a isso o monitoramento das pessoas com quem ele teve contato, contribuindo para a identificação de novos casos suspeitos, ou seja, pessoas com sintomas como tosse seca, febre e falta de ar.

Os exames do tipo PCR servem para confirmar se a pessoa está infectada, sendo indicado até o sétimo dia de sintomas gripais). Já os testes rápidos permitem identificar se o paciente já foi contaminado no passado e passou a possuir anticorpos contra o coronavírus, com recomendação de uso após o oitavo dia de sintoma ou para pessoas assintomáticas.

Covas confirma que vai despejar famílias na região da Cracolândia

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, confirmou na quinta-feira, (30) que devem ser despejadas as famílias de duas quadras na região da Cracolândia, na Luz, no centro da cidade. "A reintegração das quadras 37 e 38 estão previstas já há algum tempo, não é nenhuma novidade. Aqueles que acompanham as ações da prefeitura sabem que isso já estava previsto, já tinha sido solicitado ao Judiciário há algum tempo, fazem parte de um programa de requalificação daquela região, de ações para tentar diminuir o fluxo que está lá presente", disse na quinta-feira, (30) em coletiva de imprensa.

Covas disse que uma das preocupações é aglomeração que acontece na região. "Uma preocupação extra no momento em que se deve evitar aglomerações. Então, é um trabalho contínuo que a prefeitura desenvolve naquele espaço, que não vem de agora e que continua mesmo durante a pandemia", disse.

Recomendação contra despejos

O Ministério Público de São Paulo já fez uma recomendação para que a prefeitura não faça despejos de pessoas em situação vulnerável durante a pandemia e enviou um outro ofício para que as pessoas pudessem permanecer nos imóveis das quadras na Cracolândia. A ação prevê a retirada de ao menos 190 famílias que vivem em pensões, hotéis e cortiços na área para que os imóveis sejam demolidos. O plano prevê que os terrenos sejam usados para a construção de unidades habitacionais.

Na recomendação enviada na semana passada pelos promotores da área de habitação, Marcus Vinicius Monteiro e Roberto Pimentel, é solicitado que o Executivo municipal suspenda os despejos "enquanto perdurarem as regras de isolamento social determinadas pelos órgãos públicos de saúde".

Os promotores afirmam que despejar essas pessoas dos locais ocupados pode aumentar a vulnerabilidade dessas famílias, além de contribuir para a disseminação da covid-19 na cidade.

"Medidas administrativas ou judiciais que, nesse momento, implicam em colocar nas ruas da cidade milhares de pessoas vulneráveis contrariam todas as determinações sensatas emanadas pelas agências de saúde. As ruas constituem um ambiente precário. Nelas, as pessoas não têm condições de protegerem a si mesmos nem a comunidade", enfatiza a recomendação.

Sem moradia

Em uma carta aberta, diversas entidades criticam a remoção das pessoas da região da Cracolândia sem uma alternativa de moradia e uma possibilidade de renda para os comerciantes que têm estabelecimentos na área. O documento lembra de que os moradores e comerciantes do quarteirão vizinho já passaram por um processo semelhante.

"Desde maio de 2017, quando o então prefeito João Doria mandou derrubar os imóveis (inclusive com gente dentro) que esses dois quarteirões estão ameaçados de ser demolidos e de seus moradores e comerciantes perderem suas casas e fonte de renda. Foi exatamente o que aconteceu com o quarteirão vizinho, a "quadra 36", no ano de 2018", diz o texto que faz referência a um incidente ocorrido em maio de 2017. Na ocasião, um imóvel foi demolido com moradores ainda dentro, deixando três pessoas feridas.

A carta está assinada pelo Movimento Sem-Teto do Centro, pelo Observatório de Remoções, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – São Paulo, entre outras entidades. (Agência Brasil)

O primeiro estado do Brasil a aprovar o currículo do Ensino Médio é SP

O Conselho Estadual da Educação de São Paulo aprovou, por votação unânime, na quarta-feira (29), o currículo paulista do Ensino Médio. São Paulo é o primeiro estado do Brasil a construir o documento, que agora segue para homologação do secretário da Educação, Rossieli Soares.

Soares participou da reunião realizada de forma online e afirmou que se trata de um dia muito especial, em que "uma etapa foi vencida". "É mais um passo de uma longa caminhada. São Paulo sempre foi referência quando se fala em construção curricular e vai servir de grande exemplo. Nosso bônus demográfico acaba agora, entre o final do ano de 2021 para 2022. Começamos a virar a chave e teremos menos jovens, por isso, formá-los cada vez melhor será ainda mais importante para o nosso país", disse o secretário.

O currículo está alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, homologada pelo próprio Rossieli Soares, enquanto ocupou o cargo de ministro da Educação, em dezembro de 2018.

Transformação

Para Soares, aprovar o currículo em São Paulo significa acelerar ao máximo o sonho de transformar a escola no lugar em que o jovem gostaria de estar. "A educação é a grande transformação em qualquer época. No momento que pós-pandemia, ela terá um papel ainda mais fundamental. Precisamos aproveitar essa ligação com a sociedade que, infelizmente, veio de uma forma assim, mas não podemos perder essa janela de oportunidades", destacou.

Os demais conselheiros também comemoraram o "momento histórico" para o estado de São Paulo. "É um orgulho imenso para nós que São Paulo seja o primeiro estado que coloca o Ensino Médio em uma norma. Estamos sendo pioneiros. A equipe da secretaria fez um trabalho muito bom, com protagonismo fortíssimo", afirmou Hubert Alqueres, presidente do Conselho Estadual da Educação.

O processo de construção do currículo foi iniciado no ano passado com a escuta de 140 mil estudantes e 18 mil professores. Também foi debatido em seminários e por meio de consulta pública. Vinte e sete redatores escreveram o texto.

A previsão é de que o currículo seja implementado progressivamente aos alunos da 1ª série do Ensino Médio em 2021. Em 2022, para os estudantes da 2ª série, e consequentemente, para a 3ª série no ano de 2023.

Estrutura do currículo

O currículo do Ensino Médio paulista está estruturado em 3.150 horas, distribuídas em um período de três anos. Do montante total da carga horária, 1.800 horas são destinadas à formação básica e o restante, de 1.350 horas são referentes aos itinerários formativos. Estes itinerários terão mais do que a carga mínima prevista legislação.

Na formação geral básica, os estudantes terão os componentes curriculares divididos em áreas de conhecimento como linguagens e suas tecnologias (língua portuguesa, artes, educação física e língua estrangeira); matemática; ciências humanas e sociais aplicadas (história, geografia, filosofia e sociologia); e ciências da natureza e suas tecnologias (biologia, química e física).

Na carga horária referente aos itinerários formativos, o estudante precisa escolher uma ou duas áreas de conhecimento da formação geral para aprofundar seus estudos, ou ainda, a formação técnica e profissional para se aprofundar.

Os componentes do Inova Educação também farão parte dos itinerários formativos, com as disciplinas de eletivas, projeto de vida, e tecnologia e inovação.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista **Cesar Neto** publica esta coluna diária de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível ... Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

+

CÂMARA (SP)

Tava na cara que a questão da volta dos alunos, professores e funcionários à rede escolar paulistana seria politizada como tá sendo. A maioria governista na Casa vai encaminhar politicamente enquanto as oposições vão levar pro Judiciário

+

PREFEITURA (SP)

O fato da gestão Bruno Covas (PSDB) não mais concordar com as decisões do Centro de Contingência (Covid 19) do governo (SP) não significa rompimento pra sempre, até porque Covas precisará do Doria agora e o Doria precisará dele em 2022

+

ASSEMBLEIA (SP)

Quem dorme todas as noites com uma pergunta na cabeça é a deputada Janaína Paschoal, a mais votada da história da Assembleia paulista e dos parlamentos estaduais (mais de 2 milhões de votos pelo PSL) : "O que é que eu estou fazendo aqui" ?

+

GOVERNO (SP)

O 'chapéu' que o mais novo Czar russo, presidente Putin tá dando tanto na China do Jinping como nos Estados Unidos do Trump, em relação a uma vacina contra Covid 19 pronta e aplicada já no final deste ano pode refletir em Doria e Butantã

+

CONGRESSO (BR)

O ar de quem já se vinga das preferências do Bolsonaro por outros nomes que não pelo menos alguém dele (deputado Maia via DEM ex-PFL) pra presidência da Câmara Federal em 2021, é de quem beneficiou-se do Impedimento da Dilma (PT)

+

PRESIDÊNCIA (BR)

Nem bem livrou-se do mutante Corona vírus (Covid 19), o Bolsonaro sofre - além dos vários ministros infectados - com a doença pegando sua esposa e 1ª Dama Michelle. Sobrevivendo, ela pode tornar-se cabo eleitoral entre as mulheres em 2022

+

PARTIDOS (BR)

Quando o ex-Presidente Lula (ainda dono do PT) segue dizendo que o partido jamais cometeu crimes e que voltará ao governo em 2022, começando por prefeituras em 2020 é o discurso dos que sabem que o Tempo de DEUS não é o dele e do PT

+

JUSTIÇAS (BR)

Uma pergunta tá no ar : ao afirmar que o Supremo Tribunal Federal é o "editor" de como deve ser o Brasil, o ministro Toffoli falou em nome dos demais 10 componentes ? Caso tenha falado, qual a tiragem da edição especial do novo "STF News" ?

+

HISTÓRIAS

Embora Trump tenha razão, ao afirmar que o sistema eleitoral americano é ultrapassado e sujeito a fraudes, desde o Século 20, propor adiamento das eleições (também por conta da Covid 19) pode não ajudar numa virada pra que ele seja reeleito

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1° andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

América Latina não vai recuperar economia sem controle da Covid-19

Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) aponta que se a curva de transmissão de covid-19 não for controlada, as economias dos países da região das Américas não poderão se recuperar.

"Não se equivoquem, não há dilema entre economia e saúde. Primeiro é a saúde", disse a secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, durante a apresentação do documento em videoconferência.

O relatório conjunto Saúde e economia: uma convergência necessária para enfrentar a covid-19 e retomar o caminho para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe destaca que "vida, saúde e bem-estar são fundamentais e constituem pré-requisitos para reativar a economia".

"Do ponto de vista dos direitos humanos, a proteção da saúde é um imperativo ético. No entanto, é também um imperativo prático, uma vez que, quando a vida é protegida, a capacidade produtiva é fortalecida", diz o documento.

Para as entidades, a convergência e coordenação entre as políticas de saúde, econômicas, sociais e produtivas são essenciais para o controle da pandemia, a reativação da economia com proteção e a reconstrução das sociedades de maneira sustentável e inclusiva. Para isso, os Estados devem demonstrar liderança e gestão eficazes e dinâmicas por meio de planos nacionais que incorporem essas políticas.

Medidas sanitárias devem ser direcionadas para controlar a pandemia, como a testagem da população, quarentenas ou distanciamento social e o fortalecimento dos sistemas de saúde, com enfoque na atenção primária.

A Opas recomenda que os recursos sejam incrementados e que os gastos com saúde pública sejam de, pelo menos, 6% do Produto Interno Bruto (PIB - soma de todos os bens e serviços produzidos pelos países). Atualmente, esse valor chega, em média, a 3,7% do PIB na região.

Por outro lado, as famílias financiam mais de um terço dos gastos com atenção à saúde com pagamentos diretos do próprio bolso. Nesse sentido, cerca de 95 milhões de pessoas devem enfrentar gastos catastróficos em saúde e quase 12 milhões ficarão empobrecidas devido a esses gastos.

De acordo com o relatório, as medidas de saúde devem ser acompanhadas pelas políticas de renda básica emergencial, contra a fome e de proteção do setor produtivo.

"Juntamente com essas medidas imediatas, é delineado um conjunto de abordagens estratégicas para a reconstrução com o reconhecimento da saúde como direito humano e bem público garantido pelo Estado, o fortalecimento da saúde pública, a consolidação de sistemas de proteção social universais e integrais, a implementação de uma política fiscal progressiva e um gasto público suficiente, eficiente, efetivo e equitativo, aceleração na transformação digital, a redução da dependência regional de produtos médicos importados e mudanças na matriz produtiva, juntamente com um impulso no investimento verde", destacaram as entidades.

Crise alimentar e humanitária

De acordo com Cepal e Opas, a pandemia desencadeou uma inédita crise econômica e social, e, se medidas urgentes não forem tomadas, poderá se transformar em uma crise alimentar e humanitária.

O relatório aborda os altos níveis de informalidade do trabalho, urbanização, pobreza e desigualdade e os fracos sistemas de saúde e proteção social dos países da região, além do fato de possuírem grandes grupos populacionais vivendo em condições vulneráveis e que requerem atenção especial. Essas condições, segundo as entidades, explicam os altos custos sociais que a pandemia está causando na América Latina e no Caribe.

De acordo com as projeções da Cepal, a pandemia implicará em uma queda 9,1% do PIB da região em 2020, acompanhada de um aumento do desemprego em cerca de 13,5% e um aumento da taxa de pobreza de 7 pontos percentuais, que deve alcançar 231 milhões de pessoas (37,3% da população da região), sendo que 98 milhões estarão na pobreza extrema.

Alguns países têm levado a região a se tornar o atual epicentro da pandemia e, de acordo com o documento, enquanto os países do Caribe conseguiram controlar a doença mais rapidamente, os países da América Latina não conseguiram reduzir os níveis de infecção.

Até quarta-feira, (29), América Latina e Caribe já haviam registrado mais de 4,5 milhões de casos de covid-19 e quase 190 mil mortes. O Brasil lidera o número de casos e mortes.

O relatório apresentado hoje está disponível nos sites da Cepal e da Opas, bem como na página do Observatório covid-19 da América Latina e do Caribe. (Agência Brasil)

IBGE: 62,4% das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia

A pandemia de covid-19 afetou negativamente as atividades de 62,4% das 2,8 milhões de empresas em funcionamento na segunda quinzena de junho. Para 22,5% das empresas o efeito foi pequeno ou inexistente e para 15,1% foi positivo. Os dados constam da Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas divulgada na quinta-feira, (30) e fazem parte das Estatísticas Experimentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O impacto foi maior em empresas de pequeno porte, com até 49 funcionários, o maior contingente da amostra, em que 62,7% perceberam efeitos negativos, ante 46,3% das de porte intermediário, com até 499 funcionários, e 50,5% entre as de grande porte, com 500 funcionários ou mais.

As empresas do setor de serviços foram as que mais sentiram impactos negativos (65,5%), com destaque para o segmento de serviços prestados às famílias (86,7%). No comércio, 64,1% relataram efeitos negativos e na construção, 53,6%. No setor industrial, 48,7% das empresas informaram ter tido impacto negativo, enquanto para 24,3% o efeito foi pequeno ou inexistente e para 27% o impacto nessa quinzena foi positivo.

Por grandes regiões, os efeitos continuaram negativos para 72% das empresas no Nordeste, 65% no Sudeste e 63% no Centro-Oeste. As regiões Norte e Sul apresentaram os maiores percentuais de empresas que declararam que os efeitos foram inexistentes (27,4% e 30,9%, respectivamente) ou positivos (24,5% e 15,2%) ao final da quinzena.

De acordo com o coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, Flávio Magheli, de maneira geral, permanece a percepção de dificuldade do impacto geral da pandemia sobre as empresas. "Essa percepção está concentrada nas empresas de menor porte, mas também aparece disseminada seja por atividade econômica seja pela localização no território."

Segundo o IBGE, os resultados da segunda rodada da pesquisa refletem as percepções das empresas em funcionamento ao final da segunda quinzena de junho em comparação à primeira quinzena, cujos resultados foram divulgados no último dia 16.

Vendas ou serviços

A queda nas vendas ou serviços comercializados em decorrência da pandemia foi sentida por metade (50,7%) das empresas em funcionamento na segunda quinzena de junho. Já 27,6% disseram que o efeito foi pequeno ou inexistente e 21,4% afirmaram aumento nas vendas com a pandemia. A queda nas vendas foi sentida por 51% das companhias de pequeno porte, 39,1% das intermediárias e 32,8% das de grande porte. Nas empresas de maior porte, o IBGE destaca o percentual de 41,2% que relataram efeito pequeno ou inexistente.

Para os setores, a percepção de redução nas vendas foi sinalizada por 54,7% das empresas de serviços, 51,3% de construção, 48% do comércio e 44,7% de indústria. Por segmento, observa-se um maior percentual de empresas com redução nas vendas nos serviços prestados às famílias, comércio de veículos, peças e motocicletas (ambas com 66,2%) e outros serviços (69,8%).

Segundo o levantamento, na segunda quinzena de junho, 46,3% das empresas em funcionamento informaram que não tiveram alteração significativa na sua capacidade de fabricar produtos ou atender clientes, 43,1% tiveram dificuldades e 10%, facilidades. Além disso, 50,9% não perceberam alteração significativa no acesso aos seus fornecedores e 40,9% tiveram dificuldades.

Mais da metade (52,9%) das empresas em funcionamento tiveram dificuldades em realizar pagamentos de rotina na segunda quinzena de junho, enquanto 40,6% consideraram que não houve alteração significativa.

Funcionários

Quanto ao pessoal ocupado, cerca de oito em cada dez empresas em funcionamento (78,6% ou 2,2 milhões) mantiveram o número de funcionários na segunda quinzena de junho em relação à quinzena anterior, 14,8% indicaram redução no quadro e 6,3% aumentaram o número de empregados.

Entre as 411 mil empresas que reduziram a quantidade de empregados, 61,8% diminuíram em até 25% seu pessoal. Independentemente do porte, atividade econômica ou localização geográfica, os maiores percentuais de redução ficaram no patamar de até 25% do pessoal.

Para atenuar os efeitos da pandemia, destacaram-se as ações de prevenção e manutenção de medidas extras de higiene, adotadas por cerca de 86,1% das empresas em funcionamento. Além disso, 42,5% mantiveram o trabalho domiciliar (teletrabalho, trabalho remoto e trabalho à distância) e 28% anteciparam férias dos funcionários.

De acordo com o IBGE, 33,5% das empresas alteraram o método de entrega de seus produtos ou serviços, enquanto 13,5% lançaram ou passaram a comercializar novos produtos e/ou serviços na segunda quinzena de junho.

Estima-se, ainda, que 43,9% das empresas adiaram o pagamento de impostos e 12,4% conseguiram uma linha de crédito emergencial para o pagamento da folha salarial dos funcionários.

Na adoção dessas medidas, cerca de 39,2% das empresas relataram sentir-se apoiada pela autoridade governamental. Entre as que adiaram o pagamento de impostos, esse percentual foi de 70,4% e entre as que conseguiram linhas de crédito para o pagamento da folha salarial, 76,4%. (Agência Brasil)

Caixa tem novas linhas de crédito com garantia de imóvel

A Caixa Econômica Federal anunciou na quinta-feira, (30) que, a partir do dia 3 de agosto será disponibilizada uma nova linha de crédito imobiliário para pessoa física. Por possibilitar o uso de imóveis como garantia, procedimento chamado *home equity*, a nova modalidade possibilita taxas de juros mais baixas.

"É uma modalidade de crédito pessoal muito usada nos Estados Unidos, que possibilita uma taxa de juros menor, na comparação com outras modalidades de crédito pessoal, e uma garantia mais sólida", disse o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, ao fazer o anúncio por meio da página do banco no Youtube.

A contratação dessa modalidade, denominada Real Fácil Caixa, pode ser feita tanto para imóveis comerciais como residenciais. "Vamos oferecer três modalidades de taxas: corrigidas por TR [Taxa Referencial], IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o principal indicador inflacionário do país] ou taxa fixa", explicou Guimarães ao informar que, neste primeiro momento os imóveis usados como garantia têm de estar livres de ônus.

No caso da TR, será cobrada uma taxa e, no do IPCA, taxa a partir de 0,7% ao mês e com garantia de até 60% do valor do imóvel. Com a modalidade IPCA, será a taxa mensal a partir de 0,60% ao mês, com garantia de 50% do valor do imóvel. Já a taxa fixa será de 0,8% ao mês, com garantia de 60% do imóvel. Em todas as modalidades, o prazo máximo de financiamento é de 15 anos.

"As taxas de balcão, que são oferecidas independentemente do relacionamento com o banco, ficarão em 0,9% mais TR, tendo como cota máxima de financiamento 60% do valor do imóvel", acrescentou Guimarães.

Segundo Guimarães, ao criar as novas linhas de financiamento, a Caixa tem expectativa de "emprestar R$ 40 bilhões". Ou seja, aumentar em mais de dez vezes os atuais R$ 3,5 bilhões, que representam 32% do *market share* que a coloca como líder em um mercado que movimenta R$ 11 bilhões no Brasil.

A contratação desses créditos pode ser feita nas agências da Caixa e nos correspondentes CAIXA Aqui. É possível fazer simulações e comparações de juros e condições de empréstimo por meio do site do banco.

Compra de terrenos e construção

Guimarães anunciou que, também a partir de 3 de agosto, o banco reduzirá a taxa de juros cobrados de pessoas físicas para construção individual ou aquisição de lote individualizado. A decisão levou em conta o fato de as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia terem despertado o interesse por novas formas de habitação, com aumento da procura por casas com quintal, espaço e proximidade com a natureza, sem aglomerações ou elevadores.

No caso de de lotes urbanizados, os valores financiados poderão variar de R$ 50 mil a R$ 1,5 milhão, com taxa de juros efetiva de até TR mais 8,5% ao ano. A cota de financiamento é de até 70% sobre o valor de avaliação do terreno. O prazo para pagamento da dívida é de até 20 anos.

Nas modalidades destinadas à aquisição de terreno e construção e de construção em terreno próprio, as taxas de juros podem chegar à TR mais 6,5% ao ano. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Covid-19 faz economia dos EUA despencar mais de 30% no 2º trimestre

A economia dos Estados Unidos contraiu no segundo trimestre no ritmo mais acentuado desde a Grande Depressão, em 1929, uma vez que a pandemia de covid-19 destruiu os gastos dos consumidores e das empresas, e a recuperação está sob ameaça de um ressurgimento dos casos de coronavírus.

O Produto Interno Bruto (PIB) despencou 32,9% em taxa anualizada no trimestre passado, declínio mais forte da produção desde que o governo começou a registrar os dados em 1947, informou o Departamento do Comércio nesta quinta-feira.

A queda do PIB foi mais do que o triplo do declínio recorde anterior de 10% no segundo trimestre de 1958. A economia contraiu 5% no primeiro trimestre.

Economistas consultados pela Reuters projetavam recuo do PIB a uma taxa de 34,1% entre abril e junho.

A maior parte das perdas históricas nos dados do Produto Interno Bruto aconteceu em abril, quando a atividade quase parou depois que restaurantes, bares e fábricas foram fechados em meados de março para conter a disseminação do coronavírus.

Embora a atividade tenha acelerado a partir de maio, o ímpeto diminuiu em meio a um ressurgimento de novos casos da doença, especialmente nas densamente povoadas regiões Sul e Oeste, onde autoridades estão fechando as empresas de novo ou dando uma pausa na reabertura. Isso reduziu as esperanças de uma forte recuperação do crescimento no terceiro trimestre.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reconheceu na quarta-feira a desaceleração na atividade. O Banco Central dos Estados Unidos manteve a taxa de juros perto de zero e prometeu continuar injetando dinheiro na economia.

"As perspectivas não são muito boas. Os norte-americanos não estão se comportando bem em termos de distanciamento social, a taxa de infecção é inaceitavelmente alta e isso significa que o crescimento econômico não consegue ganhar força", disse Sung Won Sohn, professor de finanças e economia na Loyola Marymount University em Los Angeles.

A queda no PIB e a recuperação econômica fraca colocam pressão sobre a Casa Branca e o Congresso para fechar um segundo pacote de estímulo.

O presidente Donald Trump, cujos números em pesquisas de opinião caíram conforme ele mostra dificuldades para lidar com a pandemia, a crise econômica e os protestos devido a injustiça racial, afirmou na quarta-feira que não tem pressa.

"Isso é duro de engolir", disse Jason Reed, professor de finanças da Universidade de Notre Dame. "No momento, a economia norte-americana está acelerando na direção de um abismo fiscal. Não apenas precisamos que os norte-americanos adotem ações sérias de prevenção da doença, como também precisamos que o Congresso feche acordo sobre outro pacote de estímulo e rapidamente."

Quedas históricas

Economistas dizem que sem o pacote fiscal histórico de quase US$ 3 trilhões a contração econômica teria sido ainda mais profunda. O pacote ofereceu às empresas ajuda para pagar salários e deu a milhões de norte-americanos desempregados um suplemento semanal de US$ 600, que acaba no sábado.

Muitas empresas esgotaram seus empréstimos. Isso, junto com o aumento das infecções por coronavírus, está mantendo as demissões elevadas.

Em relatório divulgado nesta quinta-feira, o Departamento do Trabalho informou que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego aumentaram em 12 mil, para 1,434 milhão na semana encerrada em 25 de julho. Cerca de 30,2 milhões de norte-americanos recebiam auxílio na semana até 11 de julho.

Os gastos dos consumidores, que respondem por mais de dois terços da economia dos EUA, despencaram um recorde de 34,6% no trimestre passado. Isso após queda de 6,9% entre janeiro e março.

O investimento empresarial caiu históricos 27%, pressionado pela queda de 37,7% nos gastos com equipamentos. O mercado imobiliário não foi poupado, com os gastos em construção de moradias caindo 38,7%.

Mas os gastos do governo aumentaram 2,7%, graças ao pacote de estímulo. (Agência Brasil)

Anistia alerta sobre apoio a crianças libertadas pelo Estado Islâmico

A organização não governamental (ONG) Anistia Internacional alertou na quinta-feira, (30) para a situação de cerca de 2 mil crianças Yazidi, libertadas do grupo extremista Estado Islâmico (EI), mas sem o apoio necessário para fazer face aos traumas físicos e psicológicos.

Segundo relatório da ONG, 1.992 crianças dessa minoria religiosa de origem curda, alvo de perseguições, regressaram às suas famílias depois de terem sido "raptadas, torturadas, forçadas a lutar ou violadas" durante os três anos em que o EI ocupou o norte do Iraque (2014-2017).

"Apesar de o seu pesadelo ter terminado, continuam a viver tempos difíceis: a sua saúde mental e física deve ser a prioridade para que possam ser realmente reintegrados às suas famílias e comunidades", disse a Anistia Internacional, que entrevistou dezenas de crianças yazidi.

Alguns têm de aprender a viver novamente após uma amputação ou lidar com pesadelos.

Muitos já não falam curdo, apenas árabe, ensinado pelo Estado Islâmico, tendo alguns sido rebatizados, agravando as dificuldades para restabelecer laços com uma comunidade que os extremistas os ensinaram a odiar.

O relatório fala de adolescentes violadas, algumas grávidas, que ainda hoje sofrem as consequências da longa detenção, já que as autoridades religiosas yazidi não aceitam crianças nascidas de um progenitor que não seja da mesma etnia.

"Essas mulheres foram escravizadas, torturadas e violadas. Não deveriam ter de sofrer mais", disse Matt Wells, da Anistia Internacional.

A ONG defendeu também o regresso das crianças à escola, "um lugar de socialização essencial para a sua recuperação", e lembrou que dezenas de milhares de yazidis ainda vivem em campos de refugiados. (Agência Brasil)

Bolsonaro visita Serra da Capivara e anuncia recursos para o turismo

No Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, o presidente da República Jair Bolsonaro conheceu os maiores e mais antigos sítios arqueológicos das Américas. No local existem cerca de 35 mil desenhos rupestres espalhados por mais de 1.300 sítios que registram a presença do homem pré-histórico no continente americano há cerca de 48 mil anos. O parque é considerado patrimônio cultural da humanidade.

"É um país maravilhoso. Ninguém tem o que nós temos. O nosso foco é descobrir para muitos brasileiros uma região tão linda como essa", disse Bolsonaro ao visitar pela primeira vez a Serra da Capivara.

O presidente também visitou o Museu da Natureza, que faz parte do complexo do Parque Nacional da Serra da Capivara e conta a história do território desde a época dos dinossauros até os dias atuais.

Durante a visita foi anunciado um investimento do governo federal de cerca de R$ 6,5 milhões para incentivar o turismo na região. Os recursos vão ser aplicados principalmente na pavimentação de rodovias e na reforma do centro de visitantes do parque.

Para o presidente Bolsonaro é preciso mostrar para o mundo as belezas do Brasil.

"Nenhum país do mundo tem o potencial para o turismo que nós temos. Estávamos indo muito bem ano passado, lamentavelmente veio a epidemia. Nós preparamos agora, com o ministro Marcelo Álvaro Antonio, do Turismo, voltar ao que éramos ano passado, para que, se Deus quiser, final do ano que vem, a gente consiga colocar o turismo, no Brasil, no lugar que ele merece, no tocante ao seu potencial turístico", afirmou o presidente.

O Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antonio, que também visitou o parque, disse que os investimentos do governo são necessários para atrair mais visitantes para o nordeste. Para facilitar o acesso a região, o governo federal ajudou a desenvolver o projeto para a instalação de um aeroporto internacional na cidade de São Raimundo Nonato, onde fica a sede do Parque Nacional da Serra da Capivara. (Agência Brasil)

ANP aprova distribuição de royalties para educação e saúde

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou quinta-feira, (30), em reunião da diretoria colegiada, a distribuição de R$ 470 milhões em royalties para serem aplicados em educação e saúde.

Os royalties são oriundos da produção em campos sob o regime de partilha, dentre os quais Tartaruga Verde Sudoeste, Nordeste de Sapinhoá, Noroeste de Sapinhoá e Sudoeste de Sapinhoá, localizados na região do pré-sal na Bacia de Santos.

Em nota, a ANP informou que dos R$ 470 milhões, 34% serão destinados à União e 66% a estados e municípios, diretamente ou por meio do Fundo Especial do Petróleo.

Os royalties distribuídos serão aplicados em educação (75%) e saúde (25%), fortalecendo o combate à pandemia do novo coronavírus. (Agência Brasil)

Ricardo Salles diz que concessões de parques poderão durar até 30 anos

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse na quinta-feira, (30) que pretende conceder à iniciativa privada, por pelo menos 15 anos, alguns dos principais parques nacionais. Segundo ele, há propostas para que essas concessões cheguem a 30 anos, caso sejam prorrogadas.

Na avaliação do ministro, o setor privado "tem sempre mais agilidade para administrar" por estar sujeito a regras jurídicas diferentes que possibilitam mais recursos para investir. "Além de saber responder ao que a sociedade quer, respondendo imediatamente a demandas como as de locais de alimentação, abertura de novas trilhas e contratação de guias", acrescentou Salles, durante visita ao Parque Nacional de Brasília – ao qual foram destinados R$ 2,5 milhões para obras de reestruturação.

Segundo Salles, as concessões ajudarão a aumentar as visitações aos parques nacionais. "Queremos atrair o setor privado para ajudar a operar os parques através da concessão. Estamos prevendo concessões por 15 anos, mas há propostas para 20, para que possam eventualmente ser prorrogadas para 30 anos. Não só para este [Parque Nacional de Brasília] como para outros parques nacionais", ressaltou.

De acordo com o ministro, o novo modelo de concessões aumentará, já a partir deste ano, a quantidade de investimentos e melhorará tanto a oferta de serviços como a infraestrutura.

"Começou a partir de parques do Rio Grande do Sul, com o parque nacional Aparatos da Serra, que está em posição mais avançada; o de São Francisco de Paula e o de Canela. Também incluímos o Parque Nacional de Brasília; o de São Joaquim, na Serra catarinense; Lençóis Maranhenses; Jericoacoara [CE] e a Chapada dos Guimarães [MT]. São as unidades que entendemos ter grande potencial turístico, mas que estão subutilizados", acrescentou o ministro. (Agência Brasil)

Nível de ocupação no Paraná é um dos maiores do País

O Paraná apresentou em junho nível de ocupação de 55,4% dos moradores, o terceiro maior do País, atrás apenas de Santa Catarina (56,7%) e do Mato Grosso (55.9%). No Brasil, o nível de ocupação, que representa o percentual de pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente ocupados, está em 49%.

Os dados foram apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A PNAD Covid-19 mostra que 461.156 pessoas deixaram de procurar emprego no mês passado no Paraná devido à pandemia (isolamento social). Outros 648 mil moradores do Estado procuraram trabalho, o que mostra que a taxa de desocupação do Estado estava em 11,1%, um pouco acima dos 10% registrados em maio. Além disso, 574 mil estavam afastados do trabalho e 250 mil deixaram de receber remuneração em junho.

Por causa da pandemia, 10,4% dos trabalhadores estavam atuando de forma remota no Estado (no Brasil eram 12,7%) e a taxa de informalidade das pessoas ocupadas estava em 27,3%, número abaixo da média nacional, que era de 34,8%. O Paraná, junto com os outros Estados do Sul, apresenta uma das menores informalidades entre as unidades da federação.

"Temos em mãos um retrato do que está acontecendo no Estado do Paraná. Esses números vão nos ajudar na construção do plano de retomada da economia que está em andamento e que esperamos poder colocar em prática em breve", disse o secretário estadual do Planejamento e Projetos Estruturantes, Valdemar Bernardo Jorge.

A pesquisa revela que as dez profissões mais afetadas pelo novo coronavírus respondem por 53% dos afastamentos ocorridos em virtude do distanciamento social. A mais afetada em termos absolutos foi a de empregados domésticos – 38 mil pessoas foram afastadas (93,9% da categoria profissional deixou de receber remuneração). No caso de cabeleireiro, manicure e afins, 19 mil pessoas foram afastadas do trabalho e 96,9% deixaram de ser remuneradas. Também foram afetados vendedores, pedreiros, professores de educação física, motoristas de aplicativos, auxiliares de escritório e outros profissionais.

Já o auxílio emergencial que vem sendo pago pelo Governo Federal contribuiu para o aumento da renda domiciliar média per capita em todos os decis, isto é, nos dez segmentos com a mesma quantidade de pessoas, das mais pobres às mais ricas. No Paraná, 35,7% dos domicílios receberam auxílio da União (no Brasil, 43% receberam em junho). Com isso, no primeiro decil, a renda domiciliar per capita sem auxílio emergencial era de R$ 92 e, com o benefício, subiu para R$ 379, com um incremento de R$ 287. No décimo decil, passou de R$ 6.235 para R$ 6.247.

"Estamos certos da nossa missão de oferecer dados que refletem a realidade e que ajudam na tomada de decisões, por isso o Ipardes analisou os números da PNAD Covid-19 do IBGE e apresenta os desdobramentos do que aconteceu no Estado com a pandemia", afirmou o presidente do Ipardes, Carlos Gomes Pessoa.

A pesquisa foi feita pelo IBGE por telefone, em todo o País. Ela traz a distribuição da estrutura etária da população e mostra o número de pessoas com mais de 60 anos de idade, consideradas como um dos grupos de risco da Covid-19. No Brasil, elas somam 14,3%, porcentagem que sobe para 16,6% no Sul do País. No Paraná, os idosos respondem por 15,4% da população. (AENPR)

Apenas um terço dos profissionais de saúde foi testado para covid-19

Apenas um em cada três profissionais de saúde foi testado para covid-19, de acordo com levantamento divulgado na quinta-feira, (30), pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), da Fundação Getulio Vargas (FGV). Embora as categorias da área estejam expostas, diariamente, a um alto risco de contágio da doença, somente metade dos funcionários recebeu equipamentos de proteção individual (EPI) para desenvolver suas atividades, no mês passado.

Os EPI faltaram, sobretudo, entre agentes comunitários de saúde e os agentes de endemia. Em junho, apenas 32% deles receberam esse tipo de item, por iniciativa dos respectivos empregadores. O índice está somente um pouco acima do registrado em abril, de 19,65%.

Os apontamentos foram elaborados com base em uma segunda devolutiva do estudo A Pandemia de Covid-19 e os Profissionais de Saúde Pública no Brasil. O levantamento ouviu 2.138 profissionais da saúde pública, de todos os níveis de atenção e regiões do país, entre os dias 15 de junho e 1º de julho.

A amostragem é composta por 40% de agentes comunitários e agentes de controle de endemia, 20,8% de profissionais de enfermagem, 14,7% de médicos e 23,8% de outros profissionais do segmento.

A primeira fase do estudo, realizada em abril, foi costurada a partir da percepção de 1.456 trabalhadores. Além de ampliar o número de entrevistados, os pesquisadores buscaram investigar aspectos relativos a saúde mental, assédio moral e testagem dos profissionais. (Agência Brasil)

Polícia procura criminosos que explodiram agência bancária em Botucatu

As polícias Civil e Militar realizam buscas para localizar cerca de 30 criminosos que explodiram uma agência bancária, na noite de quarta-feira, (29), em Botucatu, interior de São Paulo. O ataque começou por volta das 23h30 e se estendeu por três horas. Durante a intervenção da polícia ontem à noite houve troca de tiros. Dois policiais ficaram feridos e foram levados ao Hospital da Unesp, onde continuam internados.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, até o momento, foram apreendidos fuzis, veículos, dinheiro e munições, que estão sendo contabilizados e periciados. Um criminoso trocou tiros com policiais militares na manhã de quinta-feira, (30) e foi detido. Com ele, os policiais militares apreenderam um fuzil e um colete.

Os bandidos agiram coordenadamente para atacar três agências na região central da cidade. Em outras duas agências foram encontrados explosivos não detonados.

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) foi acionado e auxilia nas buscas, assim como o Helicóptero Águia. A ocorrência está em andamento pela Delegacia de Investigações Gerais (DIG) do município. (Agência Brasil)

O que realmente vende

Toda crise traz grandes transformações. Com a COVID-19 não está sendo diferente. Por um motivo invisível, do dia para a noite, passamos por uma reconfiguração. A pandemia impôs novas formas de trabalho, de consumo e de relações sociais. Trabalhando em casa, ganhamos os benefícios do não deslocamento e do aumento da interação familiar. Ao mesmo tempo, precisamos passar por uma readaptação comportamental e estrutural. A despeito dos incontestáveis ônus, a crise também evidenciou uma importante questão, negligenciada durante muito tempo: o valor do propósito nos negócios.

Com a pandemia, muitos vendedores/empreendedores observaram o volume de seus negócios despencar. No isolamento social, o consumismo perdeu o seu valor. O medo do desemprego e da escassez levaram ao consumo apenas do essencial. Consequentemente, o antigo paradigma de negócios (vender, vender e vender) – que já estava saindo sutilmente de cena, dando lugar ao consumo consciente – ruiu. Diante deste cenário, o que fazer para manter ou recuperar a receita?

A resposta está em atribuir significado àquilo que você vende. O novo desafio das vendas não está em dominar o mundo, mas, sim, em ser útil e melhorá-lo. Estes devem ser os principais objetivos (propósitos) de uma organização. E isso pode significar até parar de vender o seu produto/serviço atual. Afinal, se ele não é essencial neste momento, por que você deve investir nele? Tentar empurrar goela abaixo só leva ao desgaste na relação com o consumidor.

É preciso elevar a consciência: sair de um universo que não faz mais sentido (mesmo que, temporariamente) e adentrar em um que contextualiza com a nova realidade. No panorama contemporâneo, isto significa comercializar um bem indispensável pautado pelo impacto socioambiental positivo. Mas, como readequar ou reinventar o seu negócio? Por meio da empatia. É a partir deste sentimento que você conseguirá identificar, entender e atender aos anseios deste novo consumidor, mais consciente, empoderado e exigente. Pensar no problema do outro te torna útil para servir ao mundo.

A manutenção da saúde financeira neste período também fez com que muitas empresas se atentassem a um dos seus mais valiosos capitais: o humano. O home office trouxe inúmeros desafios ao profissional que trabalha com vendas. Aquele contato humano e tido como offline não existe mais. Além de ter que aprender como engajar neste novo universo relacional (não somente para uso particular, como redes sociais próprias), o(a) vendedor(a) ainda divide seu ambiente de trabalho com as aulas dos filhos, o dia a dia de trabalho de sua esposa ou marido ou até mesmo lidar com a solidão quando se mora só. Como extrair motivação dentro dessas realidades? De acordo com o Índice de Confiança Robert Half (ICRH), divulgado* no início de julho, 61 por cento dos líderes que participaram da pesquisa afirmaram que o maior desafio é manter a motivação das equipes. Os motivos que podem levar a isso são vários: falta de proximidade física, controle, qualidade das entregas e cumprimento da carga horária.

Líderes são responsáveis por esse olhar mais humano de seus liderados. Uma venda bem sucedida é feita com entrega total do profissional. Quando a pessoa não está bem, as vendas não vão acontecer com facilidade ou nem existir. Muitos acham que é só adequarmos novas ferramentas e processos na vida dos colaboradores, mas esquecem das questões emocionais. De nada adianta ter um cenário perfeito se o protagonista não está bem para atuar?

O propósito é o melhor caminho para que exista essa motivação. A venda é tida como algo que muda a vida de alguém. Se você vende algo em que acredita, que impacta e que faz bem para o mundo, aí está o seu objetivo. Comercializar com propósito não significa apenas carregar a cultura da organização. Muito além das transações comerciais, vendas devem gerar transformações sociais. Quando vemos os resultados do que fazemos, sem a cegueira provocada pela insistência das metas, nos sentimos mais parte desse propósito.

Por **Fred Alecrim e Kiko Kislansky,** autores do livro "Pare de Vender Assim" (Editora Voo).

WWW.JORNALODIASP.COM.BR

Lembre sempre de lavar as mãos

BANCO PAULISTA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09
www.bancopaulista.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Prejuízo do Banco Paulista no Exercício alcançou R$ 3,3 milhões e o Patrimônio Líquido R$ 209,3 milhões. Os ativos totalizaram R$ 2,04 bilhões e estavam formados por R$ 24,9 milhões de Operações de Câmbio, R$ 482,39 milhões de Operações de Crédito e R$ 595,09 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R$ 1,7 bilhões.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das Áreas e na segregação de funções. O Banco Paulista vem adotando um conjunto de ações e medidas, que visam à proteção da Instituição, e que já estão contribuindo, efetivamente, para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Motivado, principalmente, pela deflagração de nova fase da Operação Lava Jato, em que são investigadas operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, cujos fatos foram divulgados na imprensa, o Banco, após o dia 8.5.2019, realizou importantes movimentos para o aprimoramento e o fortalecimento de sua Governança.

Dentre as ações, o Banco reafirma seu compromisso por um programa de Compliance efetivo e estruturado, que passou pela revisão e elaboração de novos mecanismos de controle, tendo sido já implementadas ações como: a) revisão do sistema de Governança; b) criação de um Comitê de Ética, c) contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar o Departamento, d) sistema de monitoramento de transações e, e) novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

O Banco, diante dos fatos ocorridos e, por iniciativa da Administração, constituiu um Comitê de Investigação composto por membros independentes. Esse Comitê tinha a função de supervisionar a realização da auditoria forense que era conduzida pelo escritório Felsberg Advogados que, juntamente com a Control Risks Brasil, tinham a função de investigar a existência de eventual irregularidade sob os aspectos jurídicos, financeiros, processuais, informativos e tecnológicos.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, onde não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objetos do auto de infração mencionado na nota explicativa 17.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Com a emissão do Relatório Final da investigação não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica e que soube lidar com a situação.

Adicionalmente e de forma concomitante, o Banco iniciou a revisão de sua estrutura organizacional e do seu Estatuto Social com o objetivo de melhor adequação aos procedimentos internos implementados.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Agradecimentos à Administração da Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 30 de julho de 2020. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante		**1.168.611**	**2.359.209**
Disponibilidades		**26.490**	**338.032**
Em moeda nacional	4	25.140	174.490
Em moeda estrangeira	4	1.350	163.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**665.206**	**1.123.251**
Aplicações no mercado aberto	4/5	663.398	1.121.745
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	1.808	1.506
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**121.703**	**32.981**
Carteira própria	6	71.967	30.760
Vinculados a operações compromissadas	6	24.813	-
Vinculados a prestação de garantias	6/7	21.676	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.247	2.221
Relações interfinanceiras		**17.996**	**22.635**
Créditos vinculados		17.996	22.635
Operações de crédito		**204.415**	**298.406**
Operações de crédito - Setor privado	8	214.715	305.123
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(10.300)	(6.717)
Outros créditos	10	**120.563**	**161.334**
Carteira de câmbio	9	24.879	257.682
Negociação e intermediação de valores		4.797	22.286
Diversos	10	100.563	161.334
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(603)	(604)
(-) Provisão para contingências de crédito		(95)	(59)
Outros valores e bens		**2.660**	**3.265**
Despesas antecipadas		135	172
Outros valores e bens		2.525	3.093
Realizável a longo prazo		**797.238**	**746.132**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**473.385**	**474.881**
Carteira própria	6	145.036	192.633
Vinculados a operações compromissadas	6	290.685	242.234
Vinculados a prestação de garantias	6/7	37.664	120.014
Operações de crédito		**277.977**	**237.760**
Operações de crédito - Setor privado	8	291.986	243.101
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(14.009)	(5.341)
Outros créditos		**45.876**	**33.491**
Diversos	10	45.876	33.491
Permanente		**74.114**	**113.134**
Investimentos		**66.335**	**104.970**
Participações em coligadas e controladas no País	11	63.783	102.892
Outros investimentos		2.804	2.330
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		**1.846**	**2.485**
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		7.116	8.034
(-) Depreciações acumuladas		(6.227)	(6.506)
Intangível		**5.933**	**5.679**
Ativos intangíveis	12	9.192	8.282
(-) Amortizações acumuladas	12	(3.259)	(2.573)
Total do ativo		**2.039.363**	**3.118.475**

PASSIVO	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante		**1.377.376**	**2.429.583**
Depósitos		**358.891**	**665.356**
Depósitos à vista	13	139.296	159.956
Depósitos interfinanceiros	13	75.368	157.874
Depósitos a prazo	13	144.227	347.526
Captações no mercado aberto		**867.120**	**1.195.042**
Carteira própria	14	314.849	161.978
Carteira de terceiros	14	552.271	1.033.064
Recursos de aceites e emissão de títulos		**29.602**	**65.932**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	15	29.602	65.932
Relações interdependências e interfinanceiras		**608**	**10.557**
Correspondentes		608	636
Recursos em trânsito de terceiros		-	100.921
Obrigações por empréstimos e repasses		**7.218**	**43.668**
Obrigações em moeda estrangeira	15	-	35.197
Obrigações por instituições oficiais	15	7.218	8.471
Outras obrigações		**113.837**	**358.128**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	1.827
Carteira de câmbio	9	13.123	251.841
Fiscais e previdenciárias	16a	11.621	26.297
Sociais e estatutárias	17b	681	-
Negociação e intermediação de valores		62.513	48.228
Diversas	16c	25.898	29.935
Exigível a longo prazo		**452.787**	**470.058**
Depósitos		**293.344**	**362.696**
Depósitos a prazo	13	293.344	362.696
Recursos de aceites e emissão de títulos		**98.209**	**31.612**
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	15	98.209	31.612
Outras obrigações		**61.234**	**75.750**
Fiscais e previdenciárias	16a	26.694	42.352
Dívida Subordinada	16b	31.063	29.060
Diversas	16c	3.477	4.338
Patrimônio líquido		**209.300**	**218.734**
Capital Social - Domiciliado no país	17	206.300	193.500
Aumento de capital		-	12.800
Reservas de lucros		1.218	9.077
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos		1.782	3.357
Total do passivo		**2.039.363**	**3.118.475**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**177.000**	**16.500**	**9.100**	**15.541**	**1.855**	**-**	**220.012**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(473)	(473)
Transferência para aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	12.800	-	-	-	-	12.800
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(15.107)	(15.107)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.502	-	1.502
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(32)	(15.548)	15.580	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**193.500**	**12.800**	**9.077**	**-**	**3.357**	**-**	**218.734**
Mutações no Exercício	**16.500**	**(3.700)**	**(32)**	**(15.548)**	**1.502**	**-**	**(1.278)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**193.500**	**12.800**	**9.077**	**-**	**3.357**	**-**	**218.734**
Transferência para aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(3.320)	(3.320)
Reserva de Lucros (i)	-	-	719	13.654	-	-	14.373
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.539)	-	-	(4.539)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(1.857)	-	(1.857)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	282	-	282
Realização de reservas	-	-	(8.578)	(9.115)	-	3.320	(14.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**206.300**	**-**	**1.218**	**-**	**1.782**	**-**	**209.300**
Mutações no Exercício	**12.800**	**(12.800)**	**(7.859)**	**-**	**(1.575)**	**-**	**(9.434)**
Saldos em 30 de junho de 2019	**206.300**	**-**	**9.795**	**13.654**	**4.558**	**-**	**234.307**
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	-	(17.692)	(17.692)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.539)	-	-	(4.539)
Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos	-	-	-	-	(2.867)	-	(2.867)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	91	-	91
Realização de reservas	-	-	(8.577)	(9.115)	-	17.692	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**206.300**	**-**	**1.218**	**-**	**1.782**	**-**	**209.300**
Mutações no Semestre	**-**	**-**	**(8.578)**	**(13.654)**	**(2.776)**	**-**	**(25.008)**

(i) Constituição de reservas com lucro do 1º semestre/2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. ("SOCOPA") e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir de 2020, com a reorganização societária envolvendo Banco e Socopa, conforme descrito na nota explicativa nº 31, a SOCOPA deixará de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, como por exemplo, a adequação de sua estrutura organizacional, em função da descontinuidade da operação de câmbio, sob o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da divulgação	IASB	BACEN resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	*Framework*	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, mensuração ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 27 de julho de 2020.

b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019:

- Em 13 de abril de 2018 o referido processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo do conhecimento, até o momento, manifestação ou de despacho da autoridade. Para 31 de dezembro de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria requerida;
- Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide nota explicativa 16.a e 28.d);
- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 28.d, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o Banco já tomou as providências para impugná-lo;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Socopa, conforme descrito na nota explicativa nº 31.

Considerados os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, através pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação. Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- O objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando todas as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- Foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- Foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outros, bem como a análise de delação em massa;
- Foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- Também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- Revisão do sistema de governança;
- Criação de um Canal de Ética;
- Contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- Sistema de monitoramento de transações; e
- Novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais e esclarece que não foi objeto de novas investigações ou denúncias na medida em que nada de novo ocorreu.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências auderas, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como empréstimos, financiamentos e garantias e prestação contra riscos. Os rendimentos auferidos em operações de câmbio são apropriados pelo método linear.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 incluí dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os investimentos auferem segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com as seguintes critérios:

- **Operações de futuros** - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- **Operações de swap** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são consideradas como hedge accounting são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculados pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica passada e os riscos específicos em relação à cada operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perdas). As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em função da reorganização societária envolvendo o Banco e sua subsidiária integral SOCOPA conforme descrito nota 31, as Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de forma individualizada.

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerem os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social também passou a ser 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Com o advindo da Emenda Constitucional nº nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passará a vigorar para as Bancos sob a alíquota de 20%.

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições temporárias e sobre resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

k) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas e a constituição de pertas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99. Estas operações foram descontinuadas durante o 2º semestre de 2019 conforme descritos na nota explicativa nº 1.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que garantam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto ações classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Outras aplicações, outras obrigações circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

n) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2019	2018
Disponibilidades - Em moeda nacional	25.140	174.490
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	1.350	163.542
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	663.398	1.121.745
Caixa e equivalentes de caixa	**689.888**	**1.459.777**

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto

	1 a 30 dias	2019 Total	2018 Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	**111.127**	**111.127**	**88.681**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			3.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.400	13.400	70.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	97.727	97.727	15.121
Posição financiada:	**552.271**	**552.271**	**1.033.064**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
Total	**663.398**	**663.398**	**1.121.745**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com operações compromissadas foi de R$ 50.919 (R$ 75.996 em 2018).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Vencimento até 90 dias	1.808	1.506
Total	**1.808**	**1.506**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$ 21 (R$ 734 em 2018).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**a) Títulos e valores mobi

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2020

BANCO PAULISTA

BANCO PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09

www.bancopaulista.com.br

...Continuação

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2019 Total	2018 Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	5.339	125	5.464	967
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	400	-	-	-	400	375
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	581	581	619
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	1	108	109	3
Cotas de Fundo de Investimento	9.917	-	-	-	-	9.917	12.558
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	3.699	5.881	9.580	4.492
Ações de Companhias Abertas	2.216	-	-	-	-	2.216	2.723
Aplicações em TVM no exterior	-	1.720	-	-	-	1.720	9.027
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	3.225	3.225	-
Total de títulos para negociação (i)	**12.133**	**2.120**	**-**	**9.039**	**9.920**	**33.212**	**30.760**
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.874	60.453	188.228	259.628	510.183	437.539
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	260	-	-	260	242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	718	24.730	25.448	698
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	1	1	80	82	19
Cotas de Fundo de Investimento	22.656	-	-	-	-	22.656	36.383
Total de títulos disponíveis para venda (i)	**22.656**	**1.874**	**60.714**	**188.947**	**284.438**	**558.629**	**474.881**
Total	**34.789**	**3.994**	**60.714**	**197.986**	**294.358**	**591.841**	**505.641**

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 33.359 (R$ 49.351 em 2018).
Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.
Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco. A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.
Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
	2019				2018			
Termos (NDF)	71.494	3.247	-	3.247	321.366	2.221	-	2.221
Total	**71.494**	**3.247**	**-**	**3.247**	**321.366**	**2.221**	**-**	**2.221**

a) Composição analítica das operações:

Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber/a pagar
Termo		
USD x XAU	23.529	22
Real x USD	47.965	3.215
Total	**71.494**	**3.237**

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2019 Total	2018 Total
Contratos a termo - NDF	-	3.247	-	3.247	2.221

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.
O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2019, o valor referencial de R$ 94.577 (R$ 300.176 em 2018), tendo sido apurado um ajuste a receber de R$ 348 (em 2018 a receber R$ 779).
Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são ajustados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como mangem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.693	37.581
Cotas de Fundos	1.360	25.979
	17.053	**63.560**

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Futuros	(71.185)	(15.719)
Operações a termo - NDF	147	10.391
	(1.038)	**(5.328)**

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	2019	2018
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	292.411	412.260
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	214.290	135.964
	506.701	**548.224**
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação (nota 10)	60.325	72.175
	60.325	**72.175**
Total das operações de crédito	**567.026**	**620.399**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(24.309)	(12.058)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(603)	(604)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	**(24.912)**	**(12.662)**
	542.114	**607.737**

b) Por setor de atividade

	2019	2018
Setor privado		
Indústria	133.076	172.998
Comércio	236.663	184.371
Serviços	188.396	244.532
Pessoas físicas	8.891	18.498
Total	**567.026**	**620.399**

c) Por faixa de vencimento

	2019	2018
Parcelas vencidas	26.077	4.709
Parcelas vincendas		
Até 90 dias	75.741	92.000
De 91 dias a 180 dias	78.864	138.688
De 181 dias a 360 dias	94.358	141.901
Acima de 360 dias	291.986	243.101
Total	**567.026**	**620.399**

d) Composição da carteira por nível de risco

					Saldos da carteira	
				2019	%	2018
Nível	Curso normal	Vencidas	Total	Total	Total	Total
A	52.121	-	52.121	9,19	35.739	5,76
B	443.556	-	443.556	78,23	479.686	77,32
C	38.043	-	38.043	6,71	91.628	14,77
D	3.106	1.420	4.526	0,80	2.724	0,44
E	4.122	-	4.122	0,73	7.497	1,21
F	-	14.531	14.531	2,56	1.078	0,17
G	-	21	21	0,00	1.098	0,18
H	1	10.105	10.106	1,78	1.484	0,24
	540.949	**26.077**	**567.026**	**100,00**	**620.399**	**100,00**

						Provisão	
				2019		2018	
Nível	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5	261	-	261	1,05	178	1,41
B	1,0	4.435	-	4.435	17,80	4.797	37,89
C	3,0	1.141	-	1.141	4,58	2.749	21,70
D	10,0	311	142	453	1,82	272	2,16
E	30,0	1.236	-	1.236	4,96	2.249	17,76
F	50,0	-	7.265	7.265	29,16	539	4,26
G	70,0	-	15	15	0,06	394	3,10
H	100,0	1	10.105	10.106	40,57	1.484	11,72
		7.385	**17.527**	**24.912**	**100,00**	**12.662**	**100,00**

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**12.662**	**10.248**
Constituições líquidas	14.065	2.823
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.815)	(409)
Saldo no final do exercício	**24.912**	**12.662**

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R$ 7.562 (R$ 8.271, em 2018).
Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R$ 1.229 (R$ 2.097, em 2018).

g) Cessões de crédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

h) Rendas com operações de crédito

	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	45.264	49.036
Financiamentos	16.180	16.337
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.229	2.097
Adiantamentos a depositantes	112	169
Total de resultado com operações de crédito	**62.805**	**67.639**

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	18.909	144.804
Direitos sobre venda de câmbio	5.970	113.101
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	-	(223)
	24.879	**257.682**
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	13.123	107.807
Obrigações por compra de câmbio	-	144.014
	13.123	**251.841**

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Circulante		
Impostos a compensar (i)	35.355	22.980
Créditos tributários (nota 24b)	2.250	3.230
Devedores diversos no país (ii)	725	61.706
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	1.641	902
Títulos e créditos a receber (iii)	60.325	72.175
Outros	267	341
	100.563	**161.334**
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 24b)	31.729	22.759
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	4.352	4.286
Títulos e créditos a receber	9.770	6.421
Outros	25	25
	45.876	**33.491**

(i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados;
(ii) Recursos antecipados de Câmbio;
(iii) Inclui o montante de R$ 60.325 (R$ 72.175 em 2018) relativo a Direitos Creditórios sem coobrigação (nota 8a);

11 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.
As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2019	2018
Quantidade de ações possuídas	3.200	3.200
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido inicial	102.892	106.749
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	282	418
Dividendos	(38.521)	-
Prejuízo do exercício	(870)	(4.275)
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido final	63.783	102.892
Resultado de Equivalência Patrimonial	(870)	(4.275)

12 ATIVOS INTANGÍVEIS

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Software	20%	5.192	(3.259)	1.933	1.679
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	**9.192**	**(3.259)**	**5.933**	**5.679**

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os diretos autorais para a exploração de novo produto.

13 DEPÓSITOS

a) Por prazo de vencimento:

	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019 Total	2018 Total
A vista - Moeda nacional	139.260	-	-	-	139.260	122.173
A vista - Moeda estrangeira	36	-	-	-	36	37.783
Interfinanceiros	-	75.368	-	-	75.368	157.874
A prazo	-	30.178	114.049	293.344	437.571	710.222
	139.296	**105.546**	**114.049**	**293.344**	**652.235**	**1.028.052**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com "Depósitos" foram de R$ 48.126 (R$ 54.000 em 2018) e as despesas com o "Fundo Garantidor de Crédito" foram de R$ 971 (R$ 1.055 em 2018). (nota 18)

b) Taxa média praticada:

	2019		2018	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/a	99,00	n/a	99,05
A prazo	9,77	109,10	6,88	110,12

14 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	De 1 a 30 dias	2019	2018
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (nota 25)	314.849	314.849	161.978
	314.849	**314.849**	**161.978**
Carteira de terceiros			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
	552.271	**552.271**	**1.033.064**
Total	**867.120**	**867.120**	**1.195.042**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com "Captações no Mercado aberto" foram de R$ 54.576 (R$ 79.340 em 2018). (nota 18).

15 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019 Total	2018 Total
Obrigações por empréstimos							
Empréstimos no exterior (i)	-	-	-	-	-	-	35.197
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	7.218	-	-	-	-	7.218	8.471
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (iii)	-	9.695	6.056	13.851	64.204	93.806	75.845
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iv)	-	-	-	-	32.928	32.928	20.691
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (v)	-	-	-	-	1.077	1.077	1.008
	7.218	**9.695**	**6.056**	**13.851**	**98.209**	**135.029**	**141.212**

(i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas. A taxa praticada foi de 4,75% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado;
(ii) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
(iii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 95% a 100% do CDI;
(iv) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 25);
(v) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 115,50% do CDI, com vencimento em 08/11/2021 (nota 25)
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R$ 6.453 (R$ 5.762 em 2018). (nota 18 e 25)

16 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	11.621	14.835
Impostos e contribuições sobre os lucros	-	11.462
	11.621	**26.297**
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher (i)	26.694	36.293
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 24b)	-	6.059
	26.694	**42.352**

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R$ 43.528, ajuizados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Dívidas subordinadas

	2019	2018
Exigível a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (i) (nota 25)	31.063	29.060
	31.063	**29.060**

(i) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos, a taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com "Dívidas Subordinadas" foram de R$ 2.073 (R$ 3.420 em 2018). (nota 18)

c) Diversas

	2019	2018
Circulante		
Provisões para pagamentos a efetuar (i) (nota 22)	5.983	11.522
Provisões para finas prestadas (nota 27)	814	681
Pendências a regularizar - Câmbio	18.719	15.406
Correlagens a creditar - Câmbio	-	2.100
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Outros valores a pagar	373	217
	25.898	**29.935**
Exigível a longo prazo		
Provisões para pagamentos a efetuar	60	106
Provisões para passivos contingentes (nota 28b)	3.417	4.232
	3.477	**4.338**

(i) Substancialmente, refere-se à Reversão de Provisões com multas CVM no montante R$ 4.002. O Banco atuava como agente custodiante de diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCS), administrados pela SOCOPA, até o exercício de 2017, quando esta atividade passou a ser executada pela SOCOPA. Como custodiante destes fundos de investimento, o Banco era responsável pela elaboração e envio das suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração decidiu por reconhecer essas multas somente quando for notificada pela CVM, realizando, assim, a reversão da provisão.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 foi deliberada a elevação do Capital Social de R$ 193.500 para R$ 206.300, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R$ 12.800, correspondentes à emissão de 6.400.000 ações ordinárias e 6.400.000 ações preferenciais, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2019.
Em 31 de dezembro de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R$ 206.300 (R$ 193.500 em 2018), é representado por 298.031.760 ações nominativas (298.031.760 em 2018), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações ordinárias e 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2019, com base na projeção do resultado do exercício apurado no balancete de novembro de 2019, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 4.539 (R$ 18.107 em 2018).

c) Reservas de lucros e prejuízos acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício deve ser destinado à conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2019 o prejuízo auferido no exercício foi de R$ 3.320 (prejuízo de R$ 473 em 2018).

d) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

e) Reserva estatutária

O lucro remanescente, após destinação da Reserva Legal e do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, foi utilizado em sua totalidade para absorção do prejuízo do exercício, no montante de R$ 9.115.

18 DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2019	2018
Depósitos a prazo (nota 13)	38.115	43.450
Captações no mercado aberto (nota 14)	54.576	79.340
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 13)	971	1.055
Depósitos interfinanceiros (nota 13)	7.206	10.302
Letras financeiras (nota 16b e 25)	2.073	4.420
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 15 e 25)	4.401	4.044
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 15 e 25)	2.092	1.718
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	2.805	243
	112.199	**143.577**

19 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019	2018
Tarifas de operações de câmbio	2.310	6.638
Tarifas de serviços bancários	59.292	55.830
Serviços de custódia	1.073	810
Tarifa de administração de fundos de investimento	-	215
Outros serviços	341	482
	63.016	**63.975**

20 DESPESAS DE PESSOAL

	2019	2018
Proventos	36.167	27.893
Encargos sociais	17.200	15.165
Benefícios	7.400	7.410
Honorários	14.936	13.976
Treinamentos	1.011	1.215
Remuneração de estagiários	81	84
	76.795	**65.743**

21 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Transportes de numerários - Câmbio	27.812	57.780
Transportes de numerários - Outros	1.580	2.051
Serviços técnicos especializados	20.797	14.373
Processamento de dados	13.977	10.633
Aluguéis	3.331	3.571
Sistema financeiro	7.539	6.030
Comunicações	1.424	1.181
Serviços de terceiros	970	1.218
Emolumentos cartorários	1.129	1.340
Serviços de vigilância e segurança	236	227
Materiais	221	263
Propaganda e publicidade	49	93
Outras	4.668	5.723
	83.733	**104.433**

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Rendas de garantias prestadas	400	308
Variações monetárias ativas	1.947	4.696
Juros sobre precatórios do banco nacional	2.347	1.680
Cessão de precatórios (i)	5.243	-
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	128	139
Variações monetárias sobre garantias	-	107
Ajuste de marcação a mercado (ii)	2.983	-
Recuperação de encargos e despesas	1.447	1.385
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	362	1.343
Reversão de provisões para riscos cíveis	112	2.225
Reversão de provisões para riscos fiscais	1.476	-
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	1.771	-
Reversão de provisão indedutível (iii)	4.002	1.243
Reversão de provisões de fiangas	2	48
Juros sobre capital - Ações	39	71
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	2	1.031
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	6.789	7.030
Variações cambiais com empréstimos no exterior	2.078	68
Outras	241	940
	31.369	**23.314**

(i) Refere-se ao resultado com operações de aquisição de precatórios públicos (Federal, Estadual e Municipal) - ver nota 10).
(ii) Reconhecimento de receita com ajuste de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda que estava contabilizada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo que tais títulos já haviam sido negociados;
(iii) Reversão de multas com a CVM , conforme nota 16c.

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Consultorias para operações de crédito	8.664	13.336
Despesas com operações de ouro	1.333	2.318
Provisão para perdas com clientes	33	1.057
Despesas com recuperações de contratos de CDC	2.073	2.475
Variação cambial	735	-
Cartão pré-pago	704	780
Amortizações e depreciações	1.470	1.164
Tarifas interbancárias	242	694
Despesas financeiras - PSH	536	550
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	56	89
Contingências - Judiciais e legais	1.656	2.223
Provisão para honorários advocatícios	21	161
Despesas do auto de infração da Receita Federal (i) (nota 16a)	975	43.528
Comissões sobre contratos de financiamentos	26	22
Assessoria financeira - Câmbio fácil	-	92
Provisão sobre fianças prestadas	137	135
Outras Despesas - Controladorias de fundos	502	-
Despesas jurídicas (i)	3.937	-
Perdas com encerramento de atividades operacionais	10.293	-
Reversão de Impostos a compensar	-	713
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	4.606
Despesas com atualizações de precatórios	54	1.964
Outras	1.198	786
	34.315	**76.693**

(i) Em 2018, referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente;
(ii) Reconhecimento de prejuízo decorrente de saldos remanescentes de operações de câmbio registradas na rubrica de outras despesas operacionais, as quais a administração julgou como estando inteiramente liquidadas.

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação das despesas dos provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(17.731)	37.529
(-) Juros sobre capital próprio (nota 17b)		(15.107)
(-) Participações nos lucros	(3.759)	(2.031)
Resultado antes da tributação e depois das participações	(15.490)	20.391
Adições e exclusões temporárias	**16.409**	**9.349**
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	3.821	573
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	14.065	2.823
Provisão para riscos fiscais (nota 28b.3)	(2.216)	5.580
Outras adições e exclusões temporárias (nota 23)	739	373
Adições e exclusões permanentes	**4.346**	**41.093**
Equivalência patrimonial da controlada (nota 11)	870	4.275
Outras adições e exclusões permanentes	3.476	36.818
Base de cálculo	**5.265**	**70.833**
Imposto de renda/Contribuição social	2.083	31.851
Deduções - Incentivos fiscais	(1.443)	(830)
Imposto de renda e contribuição social	640	31.021
Alíno final diferido (i)	(12.810)	4.960
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(12.170)**	**35.971**

(i) Em 2019 foi reconhecido no resultado a contribuição da majoração da CSLL de 5% e a constituição de créditos tributários de períodos anteriores.

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Provisão para perdas esperadas	58.985	32.214
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.788	12.265
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(1.798)	(8.715)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	7.532	7.533
Outras	-	6.528
	75.507	**49.825**

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2017	Constituição	Realização/ reversão	31/12/2018
Provisão para perdas esperadas	18.357	1.149	(2.093)	17.462
Provisão para riscos fiscais e contingências	6.030	-	(4.064)	1.966
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	923	-	(422)	501
Total dos Créditos Tributários (*)	**25.310**	**1.129**	**(6.509)**	**19.930**

	31/12/2018	Constituição	Realização/ reversão	Reclassificação (i)	31/12/2019
Provisão para perdas esperadas (ii)	17.462	12.288	(532)	(2.679)	26.540
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.966	1.006	(1.826)	3.708	4.854
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	501	3.992	(879)	(4.423)	(809)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	3.390	3.390
Total dos Créditos Tributários (*)	**19.930**	**17.286**	**(3.237)**	**-**	**33.979**

(i) Em 2019 ocorreram reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado, para melhor aderência da informação;
(ii) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R$ 14.332 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas par para prejuízo.
(*) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2019	2018
Outros créditos diversos - Créditos tributários (nota 10)	33.979	25.980
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16a)	-	(6.059)
Total dos Créditos Tributários	**33.979**	**19.930**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo prescricional pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.
Não há créditos tributários sobre diferenças temporárias que não estejam devidamente reconhecidos.
O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 25.294, tendo sido utilizadas as taxas do CDI apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente para a absorção de tais valores.
A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que devera auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.
A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	26.540
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.618	1.618	1.618	-	-	-	-	-	4.854
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(405)	(405)	-	-	-	-	-	-	-	-	(810)
Outros	629	1.469	1.297	-	-	-	-	-	-	-	3.395
Total	**2.878**	**3.718**	**5.569**	**4.272**	**4.272**	**2.654**	**2.654**	**2.654**	**2.654**	**2.654**	**33.979**
Valor Presente	**2.756**	**3.365**	**4.717**	**3.380**	**3.149**	**1.821**	**1.695**	**1.579**	**1.466**	**1.366**	**25.294**

25 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	(15.054)	(11.025)	-	-
Disponibilidade em moedas estrangeiras	-	(273)	-	-
Depósitos a prazo	(84.836)	(133.257)	(7.442)	(26.021)
Depósitos interfinanceiros	(60.136)	(151.422)	(6.548)	(8.440)
Captações no mercado aberto (nota 14)	(54.001)	(18.942)	(1.987)	(1.588)
Devedores - Conta liquid

BANCO PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09

www.bancopaulista.com.br

...Continuação

• Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
• Ações trabalhistas.
Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco. No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.d, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.
d) Órgãos reguladores
Há um processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, em curso no Banco Central em fase inicial, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, o qual, conforme nota explicativa nº 2.d e ainda não é possível determinar seu estágio e necessidade de reconhecimento de eventuais provisões.

23 LIMITES OPERACIONAIS

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basileia	31/12/2019	31/12/2018
PR	198.571	218.505
PR nível I	192.358	201.529
Capital Principal	192.358	201.529
PR nível II	6.213	16.976
RWA Opad - Crédito	811.427	944.295
RWA Cam - Câmbio	40.053	35.184
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	-	1.517
RWA Opad - Operacional	260.586	290.990
RWA - Total	**1.511.565**	**1.481.359**
PR Mínimo	120.925	127.767
Índice de Basileia (PR/RWA Total)	13,14%	14,78%
Índice Nível I (PR nível I/RWA Total)	12,73%	13,60%
Índice Capital Principal (CP/RWA Total)	12,73%	13,60%

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 13,14% para o Conglomerado Financeiro.

30 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as melhores práticas, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária
Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua Reorganização Societária, envolvendo a Cia. Paulista de Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Socopa") aos seus acionistas, mantendo-se inalterada a participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.
A finalidade da redução de capital social é formar as estruturas societárias do Banco e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:
• A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
• O Banco, reduziu o Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista;
• Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Alvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R$ 19.000, a ser pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional.
Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020-BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.
Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis
O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.
Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.
A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.
Reconhece que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade das consequências que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos, além do fato de não ter verificado picos de inadimplência na sua carteira de crédito e por praticar taxas de captação compatíveis com as de mercado, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis..

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. Apresentação
Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Paulista e SOCOPA (Grupo Paulista), referente ao Semestre findo em 31/12/19, elaborado em atendimento à Resolução do CMN nº 3.198/04, artigo 17º.
2. Introdução
Em 29 de novembro de 2019 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a eleição do Comitê de Administração do Banco Paulista. Desde então o Comitê de Auditoria passou a se reportar diretamente à Diretoria. Além do fato acima citado, em 28 de fevereiro de 2020 ocorreu a renúncia do Membro Qualificado do Comitê de Auditoria, o qual teve a sua eleição aprovada em 25 de julho de 2019.
Atualmente o Comitê de Auditoria é composto por 2 Diretores com larga experiência e tempo dedicado à administração da Sociedade.
Face à conjunção dos fatos descritos, o presente Relatório do Comitê de Auditoria é subscrito pelos membros que atualmente o compõem.
3. Competências
Em conformidade as atribuições que constam em seu regulamento e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria, zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles que suportam a integridade das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos e conformidade das operações e negócios com os dispositivos regulamentares e exigências legais, pela qualidade e independência da auditoria dos trabalhos da Auditoria Externa e da Interna, supervisão das atividades de Compliance e Ouvidoria, fornecendo o respectivo resultado a Administração.
As análises do Comitê de Auditoria foram pautadas nas informações recebidas da Administração, da Controladoria, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, Área de Compliance e nas propriais avaliações decorrentes de observação direta.
A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade da Administração, cabendo a esta estabelecer procedimentos necessários para assegurar sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzam demonstrações financeiras em observância a legislação societária, às práticas contábeis, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.
A Administração também é responsável pelo aprimoramento, execução dos processos, políticas e supervisão das atividades corporativas, controle, gerenciamento dos riscos, Compliance e Ouvidoria.
A BDO RCS Auditores Associados Ltda. (**BDO**), na qualidade de Auditor Externo, é responsável por examinar as demonstrações contábeis, devendo assegurar que elas representam de forma adequada, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas adotadas no Brasil (incorporam toda a legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produzir relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos.
A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento dos riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica aos principais riscos que a Instituição está exposta. Permanence a gerência interna de Auditoria Interna, com reporte à Administração, sendo a equipe da Grant Thornton Auditores e Consultoria Ltda. responsável pela execução das auditorias do planejamento de 2019.
4. Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria se reuniu ao longo deste semestre para desempenhar as atividades sob sua responsabilidade, com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das auditorias externa e interna, a suficiência dos sistemas de controles internos, processos de gerenciamento de riscos, de Compliance, atendimento de normas regulatórias e de Ouvidoria. Além das atribuições desempenhadas pelos membros do Comitê descritas acima, foi dedicada especial atenção em vista dos fatos elencados no Auto de Busca e Apreensão 5007771-77.2019.4.04.7000 da Polícia Federal, pelos Processos Administrativos n.º 119723 e 157096 do Banco Central do Brasil e Mandado de Procedimento Fiscal 08.1.66.00-2018-00007-3 - Auto de Infração e Processo Administrativo: 16327-721.025/2018-35 e 16327-721.120/2019-10 da Receita Federal do Brasil referente à RPJ, CSLL e IRRF, lavrado em razão da glosa de despesas.
Adicionalmente, a Diretoria do Banco decidiu por constituir um Comitê de Investigação, coordenado pelo escritório Felsberg Advogados que visa apurar as denúncias e extensa revisão da documentação relacionada ao tema, entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras relacionadas a transações específicas, tendo o acompanhamento/participação do Comitê de Auditoria e dos representantes da **BDO**.
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, concluindo-se que não há evidência de novos fatos além daqueles de conhecimento público, levando a conclusão que a administração do Banco teve ação irrepreensível.
E o emissão do Relatório Final da investigação não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica e que soube lidar com a situação.
5. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos, gerenciamento de risco e Compliance
O Comitê de Auditoria pondera que os sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e Compliance permanecem compatíveis com o porte e a complexidade dos negócios do Banco. As ações tomadas pela Administração têm focado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de risco, de processos e do ambiente de controles, com destaque na priorização de mapeamento de riscos e controles corporativos e na manutenção do aperfeiçoamento da governança/acompanhamento dos principais planos de ação para mitigação dos riscos. Houve investimento em novas ferramentas para Área de PLD, reforço das estruturas de controle nas Áreas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Compliance e Segurança da Informação. Além da centralização em Área de Riscos Não Financeiros do gerenciamento de riscos operacionais, socioambiental e controles internos, utilização de consultoria externa no aperfeiçoamento/ implementação de novos controles de Cyber Security junto à Área de Compliance, e/ou para auxiliar o processo de mapeamento de riscos e controles junto à Área de Riscos Não Financeiros, dentre outros investimentos.
No que tange ao cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas: Quanto aos riscos legais, com base nas informações recebidas das Áreas responsáveis, nos trabalhos de Auditoria Interna, Externa, da Área de Compliance e que se refere ao relatório da função de Conformidade (Resolução CMN nº 4595/2017) e dos órgãos de supervisão (BACEN, CVM, BSM e ANBIMA), concluímos que para as falhas identificadas houve endereçamento junto aos responsáveis, sendo as respectivas recomendações priorizadas e acompanhadas pela Administração. Durante o período, foram realizadas reuniões da Administração com os supervisores do BACEN nas quais a Administração teve a oportunidade de expor as ações em curso.
A avaliação de efetividade dos recomendações relativas ao período: O Comitê de Auditoria vem acompanhando as principais providências em curso, para as quais tem a oportunidade de expor opinião sobre os diversos aspectos relacionados ao exercício de sua função.
6. Avaliação da Demonstração Financeira e Efetividade das Auditorias Independente e Interna
Auditoria Externa: durante o semestre findo em 31/12/2019, foram mantidas reuniões com os auditores externos para tratar da avaliação dos efeitos advindos das investigações realizadas pelo Comitê de Investigação.
Auditoria Interna: com base no planejamento de suas atividades aprovado e acompanhados no foro, teve sua atuação voltada para os principais riscos e processos, sendo as melhorias identificadas encaminhadas aos responsáveis e a implementação/planos de ação foram objetos de acompanhamento no âmbito do Comitê de Auditoria, com ciência da Administração dos reportes emitidos e acompanhamento do planejamento de 2019, bem como acompanhamento/aprovação do planejamento de 2020 e do relatório anual de Auditoria Interna, atendendo aos conceitos da nova norma regulatória.
7. Avaliação da Ouvidoria e do Canal de Ética
O Comitê de Auditoria recebeu os relatórios acerca da atuação da Ouvidoria (Resolução CMN nº 4.433/2015 e Instrução CVM nº. 529/2012) e do Canal de Ética (Resolução CMN nº. 4567/2017) para o 2º semestre de 2019, cujas adequações foram endereçadas aos responsáveis, sendo as respectivas ações acompanhadas pela Administração.
8. Conclusão
O ambiente de controles internos, que inclui sistemas de informações contábeis, operacionais e gerenciais e cumprimento de normas legais e regulamentares, após as ações tomadas pela Administração (descritas no item 5) apresenta-se compatível com a natureza, complexidade, risco da operação e apetite de riscos aprovado. A Administração vem atuando no aprimoramento da governança corporativa e no endereçamento dos planos de ação identificados pelas auditorias interna e/ou externa e órgãos de supervisão de forma a mitigar riscos e/ou falhas operacionais que impactem a instituição. Assim o Comitê de Auditoria, ponderada suas responsabilidades e as limitações naturais do alcance de sua atuação, declara que teve conhecimento de todos os fatos relevantes, necessários e exacução no âmbito deste colegiado.

São Paulo, 27 de julho 2020

MARCELO PEREIRA CARDOSO - Coordenador
RUI LUIS FERNANDES - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA — **ANA CRISTINA ALVES AFONSO** - Contadora - CRC 1SP 234.300/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP
Opinião com ressalvas
Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Base para opinião com ressalvas
Investigações independentes
Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Ministério Público Federal (MPF), a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco concluiu investigação independente sobre os procedimentos de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-colaboradores. Os serviços relacionados a esse trabalho de investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços que constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para comprovar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de empresas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R$ 55.586 mil, conforme nota explicativa nº 16.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota por possuir, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas.
Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função da alíquota da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica tem a mesma interpretação ao auto original. Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN, conforme notas explicativas nº 2.d e 28.d, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão seria pertas é requerida. Com base nas investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte do fim do processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.
Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas
A administração não está apresentando as demonstrações contábeis consolidadas do Banco, conforme nota explicativa nº 03. Consequentemente, a leitura destas demonstrações contábeis deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis da controlada.
Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior
Como procedimento de auditoria referido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, as quais não foram respondidas, exceto para nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2019 o Banco apresenta disponibilidades em moedas estrangeiras no montante R$ 1.350 mil para os quais, até a conclusão de nosso exame, não foram apresentadas conciliações e extratos bancários que pudessem corroborar com o referido saldo, não tendo sido foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para corroborar os saldos contabilizados. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre estes procedimentos de auditoria e sobre eventuais impactos desse assunto nas demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.
Prejuízo com encerramento de atividades operacionais de câmbio
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23 as demonstrações contábeis, no exercício de 2019 o Banco reconheceu contra os resultados diversas rubricas contábeis relacionadas com encerramento de atividades operacionais de câmbio, resultando em perdas de R$ 10.293 mil, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que permitissem concluir sobre este procedimento, assim como sobre a correta competência destas transações, permitindo a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11. Como consequência, não nos foi possível aplicar os procedimentos de auditoria alternativos e satisfatórios envolvidos para representação e sseus respectivos impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.
Créditos tributários de exercícios anteriores
Conforme nota explicativa nº 24 as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, o Banco registrou créditos tributários no montante de R$ 12.810 mil, dos quais R$ 2.780 mil referem-se a créditos constituídos sobre operações anteriores ao exercício de 2019, para os quais possuem competências anteriores à 2019, levando a necessidade da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11 e a consequente representação das respectivas demonstrações contábeis envolvidas. Em consonância ao assunto, até o encerramento de nosso exame, não foram procedidas as devidas reclassificações das obrigações acessórias junto à Receita Federal do Brasil, procedimento obrigatório para que o crédito possa ser consumado. Enquanto estes processos não forem finalizados, ficamos impossibilitados de assegurar a qualidade dos mesmos e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.
Investimentos em controladas e coligadas
Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 as demonstrações contábeis, o Banco possui investimento na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Companhia Investida"), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida, a qual não concluiu o processo de auditoria de suas demonstrações contábeis até a data de emissão de nosso relatório. Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto à correta apresentação destes investimentos, no valor de R$ 63.783 mil, e da equivalência patrimonial, no valor de R$ 870 mil em 31 de dezembro de 2019.
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio
Conforme nota explicativa nº 17.b as demonstrações contábeis, o Banco pagou juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R$ 4.539 mil. Entretanto, o Banco não apresentou lucro ou suficiência de saldo de reservas que possibilitassem o pagamento do JCP. Adicionalmente, as ressalvas descritas nesse relatório indicam que o resultado do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados. Como consequência, o saldo da reserva legal não está adequadamente apresentado.
Apuração de créditos tributários
Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 as demonstrações contábeis, o Banco tem registrado créditos tributários no montante de R$ 33.979 mil, dos quais R$ 3.971 mil não tiveram apresentação de evidências apropriadas e suficientes para comprovar a constituição deste valor. Como consequência, o saldo de créditos tributários, o resultado do semestre e do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R$ 3.971 mil em 31 de dezembro de 2019.
Imparidade sobre o Intangível
Conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, o Banco possui Intangível de marcas e patentes no montante de R$ 4.000 mil, o qual foi locado pelo prazo de 240 meses, equivalente a aplicação do CPC 01 (R1) Redução do valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.566/08. A administração não procedeu ao teste de recuperabilidade de seu fluxo de caixa, tendo nosso exame apontado a necessidade de reconhecimento de impairment no montante de R$ 369 mil. Como consequência, o ativo não circulante, o patrimônio líquido e resultados referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados em R$ 369 mil.
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
Conforme nota explicativa nº 8.d as demonstrações contábeis, o Banco apresenta perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa o saldo de R$ 24.912 mil, enquanto nosso exame apontou para o montante de R$ 29.252 mil, indicando uma subavaliação de R$ 4.340 mil, por falta de garantia de operações e, por eventos subsequentes, terem sido totalmente provisionadas, contrariando o disposto nos CPC's 24 - Evento Subsequente e 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pelas Resoluções do CMN 3.973/13 e 3.823/09, respectivamente, e Resolução do CMN nº 2.682. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo e o patrimônio líquido foi superavaliados, assim como o resultado do semestre e exercício estão superavaliados em R$ 4.340 mil.
Multas CVM
Conforme notas explicativas nº 16.c e 22 às demonstrações contábeis, o Banco reverteu a provisão para multas por descumprimento de prazos junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no montante de R$ 4.002 mil, entendendo que as mesmas deixaram de ser reconhecidas quando da sua efetiva cobrança, independentemente da sua prescrição, contrariando o disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução do CMN 3.823/09. Paralelo à esta questão, a provisão foi constituída em exercícios anteriores, não podendo afetar os resultados futuros após suas respectivas constituições, exceto pela sua prescrição. Como consequência o passivo circulante está subavaliado, o patrimônio líquido e os resultados do semestre e do exercício estão superavaliados em R$ 4.002 mil.
Ajuste de avaliação patrimonial
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 as demonstrações contábeis, o Banco reconheceu ajuste como receita relacionado com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no montante de R$ 2.983 mil, decorrentes de títulos negociados e liquidados anteriormente ao exercício de 2019. A Administração optou por não reapresentar as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com as devidas correções apresentadas, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11. Como consequência, os resultados do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados em R$ 2.983 mil.
Resultado com instrumentos financeiros derivativos
No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco reconheceu resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos o montante de R$ 13.282 mil, dos quais, R$ 3.547 mil referem-se a despesas incorridas ao no semestre findo em 30 de junho de 2019. A Administração não procedeu a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019 com as devidas correções necessárias, como requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução do CMN 4.007/11. Como consequência, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 está subavaliado em R$ 3.547mil.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.
Incerteza quanto a continuidade operacional
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 13 de abril de 2018, e pendente a decisão do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação conduzida pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Disfarces de Mamom", encontra-se suas atividades no mercado de câmbio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo inicio deste processo em 2018. Como a descontinuidade das atividades de importação de reais, sendo estas operações responsáveis significativamente pela receita da intermediação financeira do Banco, conforme nota explicativa nº 1. Dentro do processo de reestruturação societária, foi homologado pelo BACEN em julho de 2020, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 31 e, com isso, o Banco deixa de ter os resultados de equivalência patrimonial alcançados nos últimos exercícios, como também a redução de receitas de prestação de serviços advindas dos assuntos mencionados acima e reportados nas notas explicativas nº 8.d, 16.c, 12, 22 e 23, 24 relativas à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que foram objeto de ressalvas descritas acima, a administração continua adotando medidas para manter e salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.
Ênfases
Operação com partes relacionadas
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, no exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresenta em suas demonstrações contábeis saldo de R$ 5.243 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Incertezas sobre valuation de ativos
O Banco detinha em 31 de dezembro de 2019, cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido") nos montantes de R$ 7.494 mil. As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de Incerteza relevante quanto a continuidade operacional:
"Conforme é abrigo para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR20), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR28) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou os valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto."
Assim, caso as ações desenvolvidas pela Administração das Companhias Investidas pelo Fundo Investido não se materializarem, o valor registrado neste investimento será diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.
Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2019
As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 15 de maio de 2020 com alteração sendo importante ressaltar que:
• Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas operações relacionadas com aquelas apontadas pelo MPF, fato pouco houve novas diligências deste órgão tendo como contraparte o Banco, seus acionistas ou administradores.
• A RFB encerrou sua fiscalização e seus apontamentos constam nos respectivos autos de infração, para os quais o montante de R$ 55 milhões foi apresentado impugnação e, consequentemente, o processo de recebimento e o segundo está em processo de impugnação, tendo os assessores jurídicos e o levantamento realizado pela investigação independente concluído estes como sendo inadequadas e com probabilidade de perda remota.
• Nossos exames confirmaram que as operações de câmbio foram suprimidas e não estão sendo realizadas novas operações nessa modalidade pelo Banco;
• A fiscalização do Banco Central foi concluída e como desdobramento deste processo foi orientado e solicitada a redução do capital do Banco através da cessão de sua participação acionária na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. aos acionistas do Banco, tendo sido homologado em julho de 2020, dentando-se haver concordância do órgão regulador com o processo de ajuste apresentado aquele órgão.
A sucessão dos fatos apresentados e que levam a avaliação dos riscos atrelados à estes assuntos, de maneira a conclusivos que as incertezas decorrentes das investigações em andamento não são mais pervasivas o suficiente para emissão de relatório de auditoria com abstenção de opinião.
Seguem os assuntos relacionados com a abstenção de opinião em 30 de junho de 2019:
Investigações independentes
Conforme mencionado na seção a ressalva descrita acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Investigações independentes".
Documentação suporte de operações de câmbio
Operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Devedores diversos no país", "Depósitos a vista em moeda estrangeira", e "Pendências a regularizar - Câmbio" nos montantes de, R$ 21.825 mil, R$ 15.064 mil e R$ 3.242 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas.
Circularização de instituições financeiras
Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.
Circularizações de operações de crédito
Confirmações de operações de crédito na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.
Reconhecimento de resultado
Reconhecimento de resultado com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços no valores de R$ 12.244 mil e R$ 32.130 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria

Continuidade operacional
Conforme mencionado em nossa seção acima na seção intitulada "Incerteza quanto a continuidade operacional";
Investimentos em controladas e coligadas
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía investimentos de R$ 70.493 mil na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Companhia Investida"), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida. As demonstrações contábeis da "Companhia Investida" foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 14 de maio de 2020 contenha abstenção de opinião devido ao assunto relacionado com a investigação realizada pela administração e pelos seguintes assuntos: i) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidades; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Carteira de câmbio - ativo", "Devedores diversos no país", "Carteira de câmbio - passivo", e "Comissão a pagar sobre operações de câmbio" para as quais não foram apresentados os respectivos controles de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; iv) Registro nas rubricas contábeis "Cotas de Fundos de Investimento", "Rendas a receber", "Taxa depositária do Tesouro Nacional" e "Credores diversos" sem apresentação de documentos suporte de tais registros; v) Reconhecimento de resultado com "Títulos e valores mobiliários" "Receita de prestação de serviços", "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais" sem apresentação de documentação suporte; vi) Insuficiência de provisionamento de contingencias junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários. Como consequência não nos

Camino Education Corp. Brazil S.A.

CNPJ nº 32.303.888/0001-26

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial	2019	2018
Ativo / Circulante	**7.853**	**1.957**
Caixa e equivalentes de caixa	7.304	1.768
Impostos a recuperar	78	0
Adiantamentos	50	0
Contas a receber - partes relacionadas	24	0
Outros créditos	397	189
Não circulante	**10.596**	**5.616**
Tributos diferidos	68	0
Imobilizado	2.923	247
Direito de uso	6.074	5.369
Intangível	1.533	0
Total do ativo	**18.449**	**7.573**

Passivo / Circulante	1.853
Fornecedores	641
Obrigações sociais e trabalhistas	364
Obrigações tributárias	10
Acordos a pagar	96
Passivos de arrendamentos	357
Não circulante	**1.960**
Acordos a pagar	247
Passivos de arrendamentos - LP	1.713
Patrimônio líquido	**10.876**
Capital social integralizado	16.080
Prejuízos acumulados	(5.204)
Total do passivo e patrimônio líquido	**18.449**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social Subscrito	Capital Social a integralizar	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2018 (não auditado)	**5**	**(5)**	**-**	**-**
Aumento de capital conforme AGE em 29/01/2019	6.830	(865)	-	5.965
Integralização de capital em 05/02/2019	-	30	-	30
Integralização de capital em 05/03/2019	-	30	-	30
Integralização de capital em 06/08/2019	-	1.053	-	1.053
Aumento de capital conforme AGE em 07/08/2019	9.245	(5.320)	-	3.925
Integralização de capital em 10/10/2019	-	5.077	-	5.077
Prejuízo do exercício	-	-	(5.204)	(5.204)
Saldo em 31/12/2019	**16.080**	**-**	**(5.204)**	**10.876**

Demonstração Resultado	2019	2018
Receitas e (despesas) operacionais	**832**	**(1.957)**
Receita operacional líquida	(5.339)	-
Despesas gerais e administrativas	(766)	-
Despesas comerciais	(277)	-
Avarias/ Indenizações	(276)	-
Despesas financeiras	(1.704)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	68	-
Prejuízo líquido do exercício	**(5.204)**	**-**

Demonstração do fluxo de caixa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**(4.255)**	**(1.957)**
Resultados antes de IR e contribuição social	(5.272)	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado	825	-
(Aumento) redução das contas de ativo	(549)	-
Aumento (redução) das contas de passivo	741	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	**(4.202)**	**-**
Adições de imobilizado e intangível	(4.202)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	**15.781**	**-**
Pagamento dos passivos de arrendamentos	(319)	-
Aumento de capital	16.080	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	**7.304**	**-**

Diretores: Fernando Shayer e Bruno Gebara Stephano
Fábio Comitre - Contador - CRC 1SP308888/O-1

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do Relatório da Diretoria, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia.

EBPark Nações Unidas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 14.966.664/0001-96

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em Milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo	(não auditado)	
Circulante	**1.204**	**676**
Caixa e equivalentes de caixa	880	676
Contas a receber	324	-
Não circulante	**33.056**	**32.417**
Propriedade para investimentos	33.056	32.417
Total do ativo	**34.260**	**33.094**
Demonstrações do Resultado	**2019**	**2018**
	(não auditado)	
Receita operacional líquida	**4.551**	**3.597**
Custo de Operação	**(623)**	**(595)**
Lucro bruto	**3.928**	**3.002**
Despesas operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas	(189)	(1.005)
Despesas Tributárias	(4)	(25)
Outras receitas/despesas	-	(1)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**2.868**	**2.809**
Resultado financeiro líquido	**(2)**	**(4)**
Receitas financeiras	1	-
Despesas financeiras	(3)	(4)
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**2.866**	**2.805**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	(26)	(26)
Impostos IRPJ e CSLL	(470)	(383)
Lucro/Prejuízo do exercício	**2.367**	**2.420**

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Passivo	(não auditado)	
Circulante	**346**	**214**
Fornecedores	192	78
Obrigações tributárias	194	136
Não circulante	**41**	**-**
Impostos Diferidos	41	-
Total Passivo líquido	**33.873**	**32.880**
Capital social	25.209	25.209
Reserva legal	1.414	1.047
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.250	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.260**	**33.094**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	2019	2018
	(não auditado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2.866**	**2.810**
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	308	290
Depreciação e amortização	12	-
Pis e Cofins diferido	**2.367**	**2.426**
Variações nas contas de ativo e passivo	(324)	-
Contas a receber	74	21
Fornecedores	(412)	(346)
Obrigações tributárias	**2.776**	**2.370**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(1.374)**	**(1.950)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.074)	**(1.950)**
Adições de propriedade para investimento	**(1.074)**	**(1.950)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**204**	**(249)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**676**	**925**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**880**	**676**
	204	**(249)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2019	2018
	(não auditado)	
Lucro/Prejuízo do exercício	**2.367**	**2.426**
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	**2.367**	**2.426**
Lucros distribuídos	(2.624)	(1.950)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de Lucros - legal	Lucros - lucros retidos	Lucros - lucros a realizar	Total APAC	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2017 (não auditado)	**25.209**	**-**	**(7.581)**	**-**	**17.628**	**35.404**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.426	2.426	2.426
Lucros distribuídos	-	-	-	(1.950)	(1.950)	(1.950)
Saldos em 31/12/2018	**25.209**	**-**	**(7.581)**	**2.426**	**2.426**	**35.880**
Transferência para	-	-	2.426	(2.426)	(2.426)	-
Reserva de Lucros	-	476	(476)	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	**25.209**	**7.671**	**-**	**-**	**-**	**-**
(não auditado)	-	-	-	2.367	2.367	**32.880**
APAC	-	-	-	-	-	1.250
Lucro líquido do exercício	-	-	2.367	2.367	-	2.367
Reserva legal	-	118	(118)	-	-	-
Lucros distribuídos	-	-	(370)	(2.624)	(2.624)	-
Saldos em 31/12/2019	**25.209**	**118**	**7.296**	**-**	**32.623**	**1.250**

CROP CARE HOLDING S.A.

CNPJ: 30.274.753/0001-06

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

Balanço patrimonial	Notas	2019	2018
Ativo			(não auditado)
Circulante		2.871	1.781
Caixa e equivalente de caixa	4	2.473	1.768
Partes relacionadas a receber	5	11	-
Adiantamentos a fornecedores	7	329	-
Impostos a recuperar	6	54	8
Despesas antecipadas	8	4	-
Não circulante		755	6
Imobilizado	9	26	-
Intangível	10	5	6
Direito de uso	11.a	724	-
Total do ativo		3.626	1.787
Passivo			
Circulante		1.291	258
Contas a pagar	14	819	58
Obrigações trabalhistas	12	331	196
Arrendamento mercantil	11.b	137	-
Obrigações tributárias	13	4	-
Não circulante		592	-
Arrendamento mercantil	11. b	592	-
Patrimônio líquido		1.743	1.529
Capital social	15	14.701	7.177
Lucros (prejuízos) acumulados		(12.958)	(5.648)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.626	1.787

Demonstrações dos resultados	Notas	2019	2018
			(não auditado)
Despesas comerciais			
Despesas administrativas	16	(7.514)	(5.705)
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social		(7.514)	(5.706)
Receita financeira	17	204	58
Lucro líquido do exercício		(7.310)	(5.648)

Demonstrações dos resultados abrangentes	2019	2018
		(não auditado)
Lucro líquido do exercício	**(7.310)**	(5.648)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**(7.310)**	(5.648)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 6 de abril de 2018 (não auditado)	1	-	1
Aumento de capital	15 7.176	-	7.176
Prejuízo do exercício	-	(5.648)	(5.648)
Em 31/12/2018 (não auditado)	7.177	(5.648)	1.529
Aumento de capital	15 7.524	-	7.524
Prejuízo do exercício	-	(7.310)	(7.310)
Em 31 de dezembro de 2019	14.701	(12.958)	1.743

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	2019	2018
			(Não auditado)
Prejuízo do período		(7.310)	(5.648)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9,10 e 11	33	-
Redução (aumento) nos ativos:			
Adiantamentos em geral		(329)	(5)
Impostos a recuperar		(46)	(8)
Partes relacionadas net		(6)	-
Despesas antecipadas		(4)	-
Aumento nos passivos:			
Obrigações trabalhistas		135	196
Obrigações tributárias		(4)	-
Contas a pagar		764	55
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		510	245
Adições de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(28)	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(26)	(6)
Pagamentos de arrendamento mercantil	11	(26)	-
Aumento de capital	15	7.524	7.177
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		7.498	7.177
Aumento no caixa e equivalente de caixa		705	1.768
Caixa e equivalente de caixa no início do período		1.768	-
Caixa e equivalente de caixa no final do período		2.473	1.768
Aumento no caixa e equivalente de caixa		705	1.768

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019

1. Contexto operacional - A Crop Care Holding S.A., sociedade anônima de capital fechado ("Companhia"), com sede atual na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo CEP 01453-000, foi constituída em 6 de abril de 2018, tendo como denominação inicial CMN Solutions A103 Participações S.A. Em 2 de maio de 2018 foi alterada para a denominação atual. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding").

2. Políticas contábeis - As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. O balanço patrimonial adicional na data-base de 23 de abril de 2018 é apresentado nestas demonstrações financeiras individuais devido à adoção de nova política contábil, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) - Classificação corrente versus não corrente - A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: ● Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; ● Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; ● Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e ● É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. ● Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: ● Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; ● Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; ● Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e ● A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. ● Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. ● A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. b) Mensuração do valor justo - A Companhia mensura instrumentos financeiros como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: ● No mercado principal para o ativo ou passivo; e ● Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo que é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido à subjetividade inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. c) Tributos - *Imposto de renda e contribuição social - correntes* - Os ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas ou fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações para a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. d) Imobilizado - Máquinas, equipamentos, computadores e periféricos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição de ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos, a Companhia as depreciação separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: ● Edificações: de 15 a 20 anos; ● Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos; e ● Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. e) Ativos intangíveis - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos pelo menos no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros pelo ativo são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesas consistente com a função do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle de acordo relacionado) ou quando não há benefícios econômicos futuros esperados para o seu utilização ou venda. Eventual ganho ou prejuízo resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. *Licenças de uso de software* - As licenças de software foram capitalizadas com base na quantia incorrida como intangíveis com vida útil definida. f) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente - Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) *Ativo financeiro - Reconhecimento inicial e mensuração* - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "apenas pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de SPPJ) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em pleno de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais e enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócios com objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega dentro do prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: ● Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ● Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e ● Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida) - Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada no valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Os investimentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais) - No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando eles atendem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas desses ativos financeiros nunca são reciclados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficiar como produtos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos à avaliação de redução ao valor recuperável. A Companhia optou por classificar irrevogavelmente seus investimentos patrimoniais não registrados em bolsa nesta última categoria. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação no curto prazo, ganhos variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria compreende instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados na bolsa, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos de investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver direito de pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não são estreitamente relacionados às características e aos riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos não mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento* - Ativos financeiros (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retreve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados de modo em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). ii) Passivos financeiros - *Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para a finalidade de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data do reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos) - Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são contratados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados bem como através do processo de amortização da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados bem como através do processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contratados sujeitos a juros. *Reconhecimento* - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) *Compensação de instrumentos financeiros* - Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual da Companhia se, e somente se, houver atualmente direito legal executável de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. g) *Caixa e equivalentes de caixa* - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluem fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira que, normalmente, satisfaz prazos de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. h) *Provisões* - Gerais - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Transações e saldos* - As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre esses itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes. i) *A juste a valor presente de ativos e passivos* - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e seu efeito é considerado irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, das respectivas ações e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou ajustes. j) *Arrendamentos* - A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. *Companhia como arrendatário* - A Companhia aplica uma abordagem de reconhecimento e mensuração única para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso* - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos quaisquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso incluído o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: ● Imóvel 3 a 5 anos. Se a Companhia razoavelmente certa de exercer uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Consulte as políticas contábeis de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 11. *Passivos

Landco Administradora de Bens e Imóveis S.A.

CNPJ nº 26.778.081/0001-78

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo:	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		**3.778**	**18.816**	**19.105**	**35.735**
Caixa e equivalentes de caixa	11	3.676	20	4.638	2.622
Contas a receber de clientes		-	-	7	126
Impostos a recuperar		102	96	349	138
Outros		12	18.700	14.111	32.849
Não circulante		**783.764**	**792.447**	**851.256**	**835.714**
Ativo fiscal diferido	14	56.423	56.423	56.423	56.423
Outros		-	-	422.804	436.917
Propriedades para investimento	15	29.261	-	120.902	90.220
Investimentos	16	698.080	736.024	-	-
Imobilizado	17	-	-	246.414	247.455
Intangíveis	18	-	-	4.707	4.707
		787.542	**811.263**	**870.361**	**871.449**
Passivo/Circulante		**52.498**	**42.047**	**82.501**	**47.145**
Fornecedores	19	52.470	42.046	54.349	43.927
IR e CS a recolher		23	-	858	760
Impostos e contribuições a recolher		5	1	112	102
Salários e contribuições sociais		-	-	29	29
Adiantamentos de clientes	20	-	-	27.153	2.331
Não circulante		**736.044**	**749.998**	**778.859**	**824.969**
Fornecedores	19	723.717	747.065	723.717	747.065
Impostos diferidos passivos	14	-	-	52.810	55.088
Outras contas a pagar	21.c	2.327	2.845	2.327	2.845
Patrimônio líquido		**8.999**	**19.308**	**8.999**	**19.306**
Capital social	21.a	93	93	93	93
Reserva Legal	21.b	19	19	19	19
Reservas de Lucros	21.d	8.887	19.196	8.887	19.196
		787.542	**811.263**	**870.359**	**871.449**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	22	103	-	14.625	13.920
Lucro bruto		**103**	**-**	**14.625**	**13.920**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais e de vendas	23	(486)	(38)	(2.491)	(1.719)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(584)	(617)	888	2.297
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		**(968)**	**(655)**	**13.023**	**14.076**
Receitas financeiras		1.769	55	1.194	43
Despesas financeiras		(1.769)	8	(1.940)	(4)
Despesas financeiras líquidas		**(1.639)**	**8**	**(746)**	**47**
Resultado de equivalência patrimonial	16	13.852	12.048	-	-
Resultado antes do IR e CS		**11.245**	**11.401**	**12.276**	**14.123**
IR e CS - corrente		(43)	(9)	(3.341)	(3.054)
IR e CS - diferido	14	-	-	2.278	329
Resultado do exercício		**11.211**	**11.398**	**11.213**	**11.398**

Demonstrações do resultados abrangente

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Resultado do exercício	**11.211**	**11.398**	**11.213**	**11.398**
Resultado abrangente total	**11.211**	**11.398**	**11.213**	**11.398**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital Social	Legal	Reservas de Lucros	Total
Saldo em 01/01/2018		**93**	**-**	**10.662**	**10.755**
Resultado do exercício		-	-	11.398	11.398
Destinações: Lucros distribuídos	21.c	-	-	(2.845)	(2.845)
Constituição de reserva legal	21.b	-	19	(19)	-
Saldo em 31/12/2018		**93**	**19**	**19.196**	**19.308**
Resultado do exercício		-	-	11.213	11.213
Destinações: Lucros distribuídos - obrigatórios	21.c	-	-	(422.804)	(436.917)
Lucros distribuídos - adicionais	21.c	-	-	(19.196)	(19.196)
Saldo em 31/12/2019		**93**	**19**	**8.887**	**8.999**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		11.213	11.398	11.213	11.398
Ajustes por:					
Variação no valor justo propriedades p/investimentos	15	-	-	(1.421)	(2.910)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(13.858)	(12.048)	-	-
Depreciação e amortização	17/18	-	-	84	83
Resultado na venda de ativo imobilizado		-	-	(52)	-
Realização de mais valia de investimentos	16	585	617	585	617
IR e CS diferidos	14	-	-	(2.278)	(329)
IR e CS correntes		43	3	3.341	3.054
Variações nos ativos e passivos					
Variação em contas a receber de clientes		-	-	119	(6)
Variação em impostos a recuperar		(6)	25	(211)	(4)
Variação em outras contas a receber	12	-	-	14.144	14.459
Variação em outras contas a pagar		(2.845)	-	(2.845)	-
Variação em salários e contribuições sociais		-	-	29	(4)
Variação em fornecedores	19	(23.482)	(23.349)	(23.484)	(23.445)
Variação em impostos e contribuições a recolher		4	1	10	(4)
Variação em adiantamentos de clientes	20	-	-	24.823	761
Impostos sobre o lucro pagos		(20)	(2)	(2.243)	(3.060)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		**(28.364)**	**(23.357)**	**20.789**	**707**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos	16	51.217	23.360	-	-
Alienação de Imobilizado		-	-	97	-
Aquisição de imobilizado e intangível	17/18	-	-	337	(5)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		**51.217**	**23.360**	**424**	**(5)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos distribuídos	21c	(19.197)	-	(19.197)	-
Fluxo de caixa líquido (usado no) atividades de financiamento		**(19.197)**	**-**	**(19.197)**	**-**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.656**	**3**	**2.016**	**702**
No início do exercício	11	20	17	2.622	1.921
No fim do exercício	11	3.676	20	4.638	2.622
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.656**	**3**	**2.016**	**702**

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

11. Caixa e equivalentes a caixa:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e bancos	3.676	20	4.638	2.622
	3.676	**20**	**4.638**	**2.622**

12. Outros:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Outros créditos (a)	-	-	435.362	448.968
Bens destinados a venda (b)	-	18.700	-	18.700
Adiantamento fornecedores	-	-	5	-
Despesa antecipada	-	-	1.548	2.048
	-	**18.700**	**436.915**	**469.716**
Aluguel a receber	-	18.700	14.111	32.849
Ativo não circulante	-	-	422.804	436.910

(a) Refere-se a recebível da operação de arrendamento financeiro por parte da controlada Landco Operações Societárias Ltda. Junto à Belagricola Comércio e Representação de Produtos Agrícolas S.A. e Bela Sementes Ltda., de propriedades rurais com estruturas de recebimento e armazenagem de grãos (silos), realizada em 2016. Contabilizamos estes arrendamentos como uma operação de venda, dos como leasings financeiros uma vez que o prazo do contrato equivale à maior parte da vida útil dos bens, contrato este firmado em 35 anos, o que caracterizou a operação como uma venda a prazo e registrar parte da operação como venda. De acordo com as condições específicas reconhecidas entre as partes, tais contratos possuem cláusula de correção monetária com base no Indice Geral de Preços - IGP-M. (b) Refere-se a áreas rurais adquiridas em dezembro de 2018 as quais ainda estão em processo de venda. Apesar dos esforços ativos da administração para a realização de venda dessas áreas, a mesma ainda não é altamente provável que seja concluída em até um ano, dessa forma, estes bens foram classificados em 2019 para propriedades para investimentos (veja nota explicativa 16), mantido para valorização de capital até que se tenha expectativa provável de venda dentro curto prazo.

13. Partes relacionadas: Saldos e transações:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
(a) Contas a receber				
Outras partes relacionadas	-	126	-	126
	-	**126**	**-**	**126**
(b) Outras contas a receber				
Belagricola S/A - nota 14	376.540	388.307	376.540	388.307
Bela Sementes Ltda. - nota 14	58.822	60.660	58.822	60.660
	435.362	**448.967**	**435.362**	**448.967**
(c) Fornecedores				
DBM Participações	4.500	4.500	-	-
Belagricola S/A - nota 21	776.174	789.109	776.174	789.109
	780.674	**793.609**	**776.174**	**789.109**
(d) Adiantamento de clientes				
Belagricola S/A - nota 21	27.153	3.780	27.153	3.780
	27.153	**3.780**	**27.153**	**3.780**
(e) Operações com Partes Relacionadas	**Vendas**	**Vendas**	**Vendas**	**Vendas**
Belagricola S/A	15.613	14.517	15.613	14.517
	15.613	**14.517**	**15.613**	**14.517**

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições contratuais entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do grupo com um todo, e não somente, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros não integrantes do Grupo. **14. IR e CS diferidos:** O IR e CS diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis.

a. Controladora:	2019	2018
Ativo não circulante (adições temporárias)		
Prejuízo fiscal e base negativa apurados em combinação de negócios	168.374	168.374
Passivo não circulante (exclusões temporárias)		
Ganho por compra vantajosa	(2.424)	(2.424)
	165.950	**165.950**
Alíquota nominal	34%	34%
	56.423	56.423
CS diferida (9%)	14.936	14.936
Ativo fiscal diferido	**56.423**	**56.423**

b. Consolidado:	2019	2018
Ativo não circulante (adições temporárias)		
Prejuízo fiscal e base negativa apurados em combinação de negócios	168.375	168.375
Prejuízo fiscal	6.572	5.486
Passivo não circulante (exclusões temporárias)		
Ganho por compra vantajosa - Investimento	(2.424)	(2.424)
Ganho de capital em venda de ativos por leasing financeiro	(113.086)	(123.688)
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	(48.811)	(43.883)
	10.626	**3.927**
Alíquota nominal	34%	34%
IR diferido (25%)	2.657	982
CS diferida (9%)	956	354
Ativo fiscal diferido	**56.423**	**56.423**
Passivo fiscal diferido	**(52.810)**	**(55.088)**

15. Propriedades para investimento: Refere-se a terrenos e propriedades rurais que são arrendados para partes relacionadas (Belagricola S.A. e Bela Sementes Ltda.) por meio de contratos de arrendamento financeiro. Ajuste a valor justo: A classificação do valor justo de propriedades para investimento foi classificada como nível 2 no valor justo hierárquico (*inputs*) para a técnica de avaliação realizada. A empresa utilizou como metodologia o método comparativo direto de dados de mercado com tratamento por fatores de homogeneização, realizado a pesquisa em mercado local de cada imóvel (imobiliárias, classificados, corretores, sites, etc.). Demonstramos abaixo as movimentações das propriedades para investimento ocorridas durante o exercício de 2019:

Investimentos por equivalência patrimonial	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo em 31/12/2018			90.220	
Adição	29.261		29.261	
Variação no valor justo propriedades para investimentos			1.421	
Saldo em 31/12/2019	**29.261**		**120.902**	

16. Investimentos: a. Composição dos saldos da controladora:

	2019	2018
DBR Investimentos e Serviços Ltda.	466.860	503.742
DBM Participações Societárias Ltda.	231.220	232.282
	698.080	**736.024**

Informações das investidas diretas

DBR Investimentos e Serviços Ltda.	2019	2018
Ativos circulantes	15.587	15.587
Ativos não circulantes	518.500	529.389
Passivos circulantes	25.313	1.220
Passivos não circulantes	56.953	56.953
Receitas dos exercícios	17.059	16.455
Despesas dos exercícios	(4.048)	(1.756)
Lucro da investida nos exercícios	14.920	12.699
Capital social	400.032	400.032
Ajuste de avaliação patrimonial	30.065	30.065
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1	1
Patrimônio líquido	451.501	487.799
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	451.501	487.799
	DBM Participações Societárias Ltda.	
Ativos circulantes	59	4.509
Ativos não circulantes	16.000	12.118
Passivos circulantes	4.690	1.500
Passivos não circulantes	-	2.695
Receitas dos exercícios	372	-
Despesas dos exercícios	(1.434)	(651)
Lucro (prejuízo) da investida nos exercícios	(1.062)	(651)
Capital social	17.103	17.103
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1	1
Patrimônio líquido	11.370	12.432
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	11.370	12.432

Informações dos investimentos: a. Movimentação dos investimentos no exercício:

	DBR	DBM	Total
Saldo em 31/12/2018	**503.742**	**232.282**	**736.024**
Lucros distribuídos	(51.217)	-	(51.217)
Resultado na equivalência patrimonial	14.920	(1.062)	13.858
Ajuste a valor justo	(585)	-	(585)
Saldo em 31/12/2019	**466.860**	**231.220**	**698.080**

b. Composição do investimento:	DBR	DBM	Total
Custo do investimento (ajustado por equivalência patrimonial)	451.501	11.370	462.871
Mais-valia dos ativos identificados	15.359	219.850	235.209
Saldo em 31/12/2019	**466.860**	**231.220**	**698.080**

17. Imobilizado (consolidado):

a. Composição do saldo:	2019			2018
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	223.930	-	223.930	223.930
Edificações	16.642	(1.171)	15.471	15.854
Móveis e utensílios	383	(221)	162	193
Máquinas e equipamentos	1.485	(497)	987	1.130
Silos	1.506	(806)	700	777
Bens de informática e comunicação	113	(69)	44	62
Imobilizado em andamento	5.120	-	5.120	5.120
	249.179	**(2.765)**	**246.414**	**247.455**

b. Movimentação do imobilizado	Saldo em 2018	Movimentação Adições	Baixas	Saldo em 2019 Custo
Custo	249.179	-	-	249.179
Depreciação	(1.724)	(1.041)	-	(2.765)
	247.455	**(1.041)**	**-**	**246.414**

	2019	2018
Custo	249.179	249.179
Depreciação	(2.765)	(1.724)
Líquido	**246.414**	**247.455**

18. Intangíveis:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Terrenos	4.707	4.707	4.707	4.707
	4.707	**4.707**	**4.707**	**4.707**

19. Fornecedores:

	Circulante 2019	Circulante 2018	Não circulante 2019	Não circulante 2018
Bens e serviços (b)	29.119	18.700	-	-
Aquisição de participação societária (a)	23.346	23.346	723.717	747.063
Outros	5	-	-	2
	52.470	**42.046**	**723.717**	**747.065**

	Consolidado 2019	Consolidado 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Bens e serviços	30.980	20.600	-	-
Aquisição de participação societária (a)	23.346	23.346	723.717	747.063
Outros	23	1	-	2
	54.349	**43.927**	**723.717**	**747.063**

(a) Saldo inerente à compra junto à Belagricola Comércio e Representações de Produtos Agrícolas S.A. das quotas nas Empresas DBM Participações Societárias Ltda. e DBR Investimentos e Serviços Ltda. A compra ocorreu por valor de mercado, suportadas em laudos de avaliação elaborados por terceiros especialistas no montante de R$817.100, cujo prazo de pagamento determinado em contrato celebrado entre as partes é época foi de 35 anos, sendo 5 anos de carência, vencimento final previsto para 2051. (b) Saldo inerente à compra de bens (propriedades rurais) junto a Belagricola Comércio e Representação de Produtos Agrícolas S.A. que estão classificados como bens para venda no saldo de outras contas a receber não circulante. **20. Adiantamentos de clientes:** O saldo de adiantamentos de clientes no valor de R$27.153 (R$2.331 em 2018) referem-se a valores recebidos de forma antecipada pela controlada DBR Investimentos e Serviços Ltda. e pela controlada Belagricola Comércio e Representação de Produtos Agrícolas, referentes à receita de aluguéis a serem faturados nos próximos anos. **21. Patrimônio líquido: a.** Capital social: Em 31/12/2019 e 2018, o capital social é composto de 98.039 ações distribuídas igualmente entre os acionistas:

Acionistas	%	Capital
DKBA Participações Ltda.	49%	48.039
João Andrino Cobbe	27,71%	27.170
Flávio Barbosa Andreo	8,31%	8.150
Carlos Barbosa Andreo	8,31%	8.150
Gisele Barbosa Andreo	2,77%	2.717
Fernando Guerreiro Kruk	2,76%	2.728
Alberto Luis de Souza Araújo	1,11%	1.087
	100%	98.039
Custos de transação		(6.000)
Total Capital Social		**93.039**

b. Reservas legal: Instituída e tratada no artigo 193 da Lei 6.404/76, realizada de maneira obrigatória, é composta com a destinação de 5% do lucro líquido acumulado, até o limite de 20% do capital realizado do Grupo ou quando o saldo desta reserva somada a eventuais reservas de capital atingirem 30% do capital social. *c. Distribuição de dividendos:* Em 01/08/2019, a administração aprovou e realizou a distribuição dos saldos em reservas de lucros até dezembro de 2018, que somava o montante de R$19.196, distribuição essa realizada de forma proporcional a participação de cada acionista. Os dividendos foram pagos ainda durante o exercício de 2019. Já em relação aos lucros obtidos durante o exercício de 2019, conforme estatuto social da Companhia, foi realizado a distribuição, no montante de 25% conforme artigo 202 da Lei das S.A., no montante de R$2.327, registrados na rubrica de outras contas a pagar. *d. Reserva de retenção de lucros:* Os saldos da rubrica de lucros acumulados quando existentes serão destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. A assembleia geral deliberará sobre aplicação do excesso de saldo nesta rubrica frente ao capital social atual da companhia, pelo aumento do capital social ou na distribuição de dividendos no curso do ano-calendário de 2019.

22. Receita operacional líquida:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita com arrendamento	108	-	15.733	14.529
Receita bruta de vendas	**108**	**-**	**15.733**	**14.529**
Impostos sobre receita	(4)	-	(1.108)	(1.027)
Deduções da receita	**(4)**	**-**	**(1.108)**	**(1.027)**
Receita operacional líquida	**103**	**-**	**14.625**	**13.502**

23. Despesas administrativas e gerais e de vendas:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Gastos com pessoal	-	-	438	435
Depreciações e amortizações	-	-	84	83
Consumo de energia/água/telefone	-	-	24	23
Gastos com frota	-	-	57	52
Manutenções e reparos	-	-	12	24
Serviços de terceiros	64	37	356	331
Gastos com aluguéis	-	-	576	546
Outras despesas	343	-	897	15
Impostos e taxas	8	1	155	164
Despesas comerciais	70	-	70	-
Material de uso e consumo	-	-	99	47
	486	**38**	**2.491**	**1.719**

24. Outras receitas operacionais, líquidas:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Realização mais valia sobre investimentos	(584)	(617)	(584)	(617)
Resultados com Imobilizado	-	-	52	-
Variação no valor justo propriedades para investimentos	-	-	1.421	2.910
	(584)	**(617)**	**888**	**2.293**

25. Instrumentos financeiros (consolidado): As operações realizadas pela Companhia e suas controladas através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme quadro abaixo. Os saldos da controladora não são sendo apresentados nesta nota explicativa, em razão da irrelevância dos saldos frente os saldos consolidados.

Ativos: Custo amortizado	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	11	4.638	2.622
Contas a receber de clientes		7	126
Outras contas a receber	12	466.176	469.759
		470.821	**472.507**
Passivos: Custo amortizado		**805.221**	**793.322**
Fornecedores	19	778.087	790.990
Adiantamentos de clientes	20	27.153	2.331
Outras contas a pagar		1	1
		805.221	**793.322**

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: • **Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização no dia-a-dia de elaboração das demonstrações financeiras. • **Contas a receber de clientes / fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, registrados pelo seu valor original, deduzido de eventuais provisões para eventuais perdas; • **Outras contas a receber / outras contas a pagar:** Decorrem de adiantamentos realizados / recebidos e demais saldos ligados diretamente as operações da Companhia e suas controladas. a. *Gerenciamento de risco financeiro:* Os valores de mercados dos instrumentos de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A Companhia e suas controladas demonstram as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um destes riscos supracitados, descreverão os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Ativos	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e equivalentes de caixa	4.638	2.622
Contas a receber de clientes	7	126
Outras contas a receber	-	469.759
	470.821	**472.507**

Quanto aos recebíveis relacionados a venda dos ativos por arrendamento mercantil financeiro, a Companhia e suas controladas possuem garantias sobre os direitos creditórios dos investimentos junto a Belagricola em valores semelhantes ao fluxo de recebimento existente. *Risco de liquidez:* A Companhia e suas controladas trabalham na perspectiva de garantir que sempre existirão recursos financeiros suficientes para liquidar seus compromissos no prazo, sem custos adicionais ou prejuízos a terceiros que venham a prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Ativos	Valor Contábil	Até 12 Meses	2 a 3 Anos	4 a 5 Anos	Mais que 5 Anos
Caixa e equivalentes de caixa	4.638	4.638	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	7	-	-	-
Outras contas a receber	466.176	44.419	27.210	27.210	367.337
	470.821	**49.064**	**27.210**	**27.210**	**367.337**
Passivos: Fornecedores	778.087	54.349	46.661	46.661	630.335
Adiantamentos de clientes	27.153	27.153	-	-	-
Outras contas a pagar	1	1	-	-	-
	805.221	**81.502**	**46.662**	**46.661**	**630.335**
Ativos	**Valor Contábil**	**Até 12 Meses**	**2 a 3 Anos**	**4 a 5 Anos**	**Mais que 5 Anos**
Caixa e equivalentes de caixa	2.622	2.622	-	-	-
Contas a receber de clientes	126	126	-	-	-
Outras contas a receber	469.759	52.849	28.211	27.757	380.942
	472.507	**55.597**	**28.211**	**27.757**	**380.942**
Passivos: Fornecedores	790.990	43.927	46.661	46.661	653.681
Adiantamentos de clientes	2.331	2.331	-	-	-
Outras contas a pagar	1	1	-	-	-
	793.322	**46.259**	**46.661**	**46.661**	**653.681**

Existem valores contratuais relevantes inerentes ao arrendamento operacional de ativos que não foram registrados como recebíveis por serem enquadrados como leasing operacional. Tais recebíveis superiorão os passivos financeiros existentes pelo prazo remanescente dos contratos realizados. *Valor justo:* (*i*) Valor justo versus valor contábil: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativos	Consolidado Valor Contábil	Consolidado 2019 Valor Justo	Consolidado Valor Contábil	Consolidado 2018 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.638	4.638	2.622	2.622
Contas a receber de clientes	7	7	126	126
Outras contas a receber	466.176	466.176	469.759	469.759
Propriedades para investimento	91.641	91.641	90.220	90.220
	562.462	**562.462**	**562.727**	**562.727**
Passivos: Fornecedores	778.087	778.087	790.990	790.990
Adiantamentos de clientes	27.153	27.153	2.331	2.331
Outras contas a pagar	1	1	1	1
	805.221	**805.221**	**793.322**	**793.322**

• **Caixa e equivalentes a caixa:** Valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras têm seus valores registrados de acordo com as suas contrapartidas, ou seja, de eventuais títulos (valor de resgate); • **Contas a receber de clientes:** Valor justo idêntico ao saldo contábil uma vez que já são reconhecidos eventuais perdas de recuperabilidade; (*ii*) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Ativos	Valor contábil em 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	4.638	4.638	-	-
Propriedades para investimento	91.641	-	-	91.641
	96.279	**4.638**	**-**	**91.641**
Ativos	**Valor contábil em 2018**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Caixa e equivalentes de caixa	2.622	2.622	-	-
Propriedades para investimento	90.220	-	-	90.220
	92.842	**2.622**	**-**	**90.220**

26. Eventos subsequentes: Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou declínios significativos na economia global, que provavelmente terá um impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A administração da Companhia não determinou impactos diretos significativos em seu negócio, mesmo por que seu principal cliente está no ramo do agronegócio, que poderá sofrer boas oscilações a este ramo de negócios, mas também o principal passivo da Companhia também é com essa empresa, que faz parte do mesmo grupo podendo os fluxos de caixa serem reajustados entre si.

Diretoria

Flávio Barbosa Andreo - CEO
Alberto Luis de Souza Araujo - CFO
Alan Leite Dinz - Contador - CRC PR-054147/O-4

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas da **Landco Administradora de Bens e Imóveis S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Landco Administradora de Bens e Imóveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Landco Administradora de Bens e Imóveis S.A. em 31/12/2019 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 04.200.649/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas.

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia Província de Securitização, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras. A sociedade mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 9 (nove) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R$ 118.600.000,00 (cento e dezoito milhões e seiscentos mil reais. Estão ativas em 31 de dezembro de 2019 as seguintes séries: Em 15 de agosto de 2017 ocorreu uma emissão do CRI da 1ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), emitidas a quantidade de 11.000 CRI, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 15 de agosto de 2020, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. Em 19 de dezembro de 2017 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 3ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), emitidas a quantidade de 6.000 CRI, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 01 de fevereiro de 2021, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. Em 03 de agosto de 2018 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 4ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais), emitidas a quantidade de 15.100 CRIs, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 03 de agosto de 2021, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Em 04 de junho de 2019 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 5ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), emitidas a quantidade de 40.000 CRIs, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 29 de junho de 2023, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Em 25 de junho de 2019 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 6ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 17.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), emitidas a quantidade de 17.000 CRIs, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 29 de junho de 2023, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Em 27 de setembro de 2019 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), emitidas a quantidade de 15.000 CRIs, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 28 de setembro de 2023, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Em 18 de dezembro de 2019 ocorreu uma emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 8ª série da 3ª emissão da Companhia, no montante total de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), emitidas a quantidade de 35.000 CRIs, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, com vencimento final em 27 de dezembro de 2034, com Regime Fiduciário e Patrimônio Separado, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. A Companhia apresentou no exercício de 2019 um lucro líquido de R$ 56.308,95 (prejuízo de R$ 191.969,96 no exercício de 2018). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 72.057,46 (R$ 5.748,51 em 31 de dezembro de 218). A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram até o momento, providos principalmente por aportes de capital pelos acionistas. Informamos que a Auditoria Externa realizou nos exercícios de 2019 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 20 de março de 2020

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	129.834	826.319
Clientes	12.680	15.000
Impostos a recuperar	16.712	19.772
Outros valores a receber	182.968	–
Total do Circulante	**342.194**	**861.091**
Não Circulante		
Partes relacionadas	200	–
Imobilizado	3.726	–
Total do não Circulante	**3.926**	**–**
Total do Ativo	**346.120**	**861.091**

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Fornecedores	8.075	9.500
Obrigações trabalhistas	17.765	–
Impostos e contribuições a recolher	3.473	3.086
Débitos com patrimônios de afetação	32.816	794.918
Outras obrigações	26	–
Total do Circulante	**62.156**	**807.504**
Não Circulante		
Partes relacionadas	211.907	47.838
Total do não Circulante	**211.907**	**47.838**
Patrimônio Líquido		
Capital social	820.000	820.000
Reservas de lucros	2.816	–
Prejuízos acumulados	(750.758)	(814.251)
Total do Patrimônio Líquido	**72.058**	**5.749**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**346.120**	**861.091**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta		
Prestação de serviços	220.342	139.000
Deduções da Receita		
Impostos sobre serviços	(20.783)	(13.414)
Receita Operacional Líquida	199.559	125.586
Receitas (Despesas) Operacionais		
Salários, encargos sociais e benefícios	(68.684)	–
Serviços de terceiros	(202.434)	(250.242)
Anúncios e publicações	(46.353)	(17.185)
Locação de salas	(16.232)	–
Outras despesas administrativas	(8.624)	(12.570)
Resultado financeiro líquido	232.457	(6.879)
Despesas tributárias	(20.413)	**(500)**
Outras despesas operacionais	(1.597)	(30.180)
	(131.880)	**(317.556)**
Resultado antes dos Impostos	**67.679**	**(191.970)**
Imposto de renda	(7.106)	–
Contribuição social	(4.264)	–
Resultado Líquido do Exercício	**56.309**	**(191.970)**
Lucro/(prejuízo) por ação	0,07	(0,23)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Resultados do exercício	56.309	(191.970)
Resultados Abrangentes do Exercício	**56.309**	**(191.970)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Prestação de serviços	220.342	139.000
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia e outros	(10.969)	(72.416)
Serviços de terceiros	(249.787)	(259.249)
Valor Adicionado Bruto	**(39.414)**	**(183.658)**
Retenções	–	–
Valor Adicionado Líquido	**(39.414)**	**(183.658)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	249.782	5.746
Valor Adicionado a Distribuir	**210.368**	**(177.912)**
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Salários	42.657	–
Benefícios	10.586	–
FGTS	3.412	–
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federal e Municipal	63.847	13.913
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	16.232	–
Despesas bancárias	17.325	145
Remuneração do Capital Próprio		
Lucro (prejuízo) do exercício	56.309	(191.970)
Valor Distribuído	**210.368**	**(177.912)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	Capital Social	Recursos para Aumento de Capital	Reserva Legal	Lucro/ Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**200.000**	**620.000**	**–**	**(636.031)**	**183.969**
Ajuste de exercício anterior	–	–	–	13.750	13.750
Aumento de capital	620.000	(620.000)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(191.970)	(191.970)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**820.000**	**–**	**–**	**(814.251)**	**5.749**
Ajuste de exercício anterior	–	–	–	10.000	10.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	56.309	56.309
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	–	2.816	(2.816)	–
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**820.000**	**–**	**2.816**	**(750.758)**	**72.058**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do período	56.309	(191.970)
Ajustes que não afetam o caixa		
Ajuste do resultado de exercícios anteriores	10.000	13.750
	66.309	(178.220)
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	2.320	(15.000)
Impostos a recuperar	3.060	(3.731)
Outros valores a receber	(182.968)	–
Fornecedores	(1.425)	8.327
Obrigações trabalhistas	17.765	–
Impostos e contribuições a recolher	387	(41.058)
Débitos com patrimônios de afetação	(762.102)	175.412
Outras obrigações	26	–
	(922.937)	123.950
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**(856.628)**	**(54.270)**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.726)	–
Débitos com partes relacionadas	(901)	101
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos	**(4.027)**	**101**
Atividades de Financiamento		
Adiantamento para aumento de capital	–	(620.000)
Aumento de capital		620.000
Empréstimo	164.170	–
Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento	**164.170**	**–**
Aumento/Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(696.485)**	**(54.169)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	826.319	880.488
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	129.834	826.319

LUIS FELIPE CARLOMAGNO CARCHEDI
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

PAULO SÉRGIO MARQUES BURATO
Contador - CRC 1SP112455/O-0

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia.

www.ciaprovincia.com.br

AUGUSTUS ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.334.091/0001-76

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ficando outrossim, esta Diretoria à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários. São Paulo, 30 de Julho de 2020 **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37	33
Clientes a receber		–	13
Impostos a recuperar	4	14	10
Adiantamentos concedidos	5	1.226	353
Total do ativo circulante		**1.277**	**409**
Não circulante			
Partes relacionadas	6	2.120	2.032
Adiantamentos para futuro aumento de capital		2.698	1.077
Outras contas a receber		119	119
Ativo biológico		3.421	3.172
Investimentos	7	9.249	6.661
Imobilizado	8	8.236	8.268
Intangível		634	633
Total do ativo não circulante		**26.477**	**21.962**
Total do Ativo		**27.754**	**22.371**

Passivo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante			
Fornecedores		244	29
Obrigações trabalhistas e sociais		15	13
Obrigações tributárias		–	4
Outras contas a pagar		–	13
Dividendos a pagar	10c	328	–
Total do passivo circulante		**587**	**59**
Não circulante			
Partes relacionadas	6	144	144
Adiantamentos para futuro aumento de capital	9	6.119	2.319
Total do passivo não circulante		**6.263**	**2.463**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	43.800	43.800
Reserva reavaliação	10b	4.004	4.004
Reservas de lucros	10d	1.055	–
Prejuízos acumulados		(27.955)	(27.955)
Total do patrimônio líquido		**20.904**	**19.849**
Total do Passivo		**27.754**	**22.371**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**35.000**	**4.004**	**–**	**–**	**(25.044)**	**13.960**
Aumento de Capital social conforme AGO/E 25.05.2018	8.800	–	–	–	–	8.800
Prejuízo do Exercício 2018	–	–	–	–	(2.911)	(2.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**43.800**	**4.004**	**–**	**–**	**(27.955)**	**19.849**
Lucro do Exercício 2019	–	–	–	–	1.383	1.383
Destinação do resultado:						
• Constituição da reserva legal	–	–	–	70	(70)	–
• Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(328)	(328)
• Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	985	–	(985)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**43.800**	**4.004**	**985**	**70**	**(27.955)**	**20.904**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 12 de dezembro de 2007, sob a denominação de Juglans SP Participações S.A. cujo objeto social é a exploração e aproveitamento de jazidas minerais em todo território nacional, atividades agrícola e pecuária, reflorestamento, industrialização de produtos agrícolas, exportação, importação, planejamento arrendamento operacional e participações em outras empresas, entre outros. Em 17 de dezembro de 2008, através da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia passou a denominar-se Augustus Administração S.A.. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Base de Preparação:** Essas Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Investimentos:** Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, avaliados de acordo com o método de equivalência patrimonial ou método de custo, representado por diversos investimentos. **Ativo Biológico:** O ativo biológico, ainda em fase de implantação de plantio de palmito, está demonstrado ao valor de custo. A administração da Companhia está em processo de implementação dos registros contábeis, consubstanciados no CPC - 28 Ativo Biológico. O ativo biológico não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao *impairment test* anualmente. **Intangível:** Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa à medida em que ocorrem. **Imobilizado:** Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição e é depreciado com base no método linear sobre o custo de aquisição ou construção, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao *impairment test*, ao menos anualmente. **Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **Capital Social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Caixa e bancos	–	–
Aplicações financeiras	37	33
	37	**33**

4. Impostos a Recuperar:	**31.12.2019**	**31.12.2018**
IRRF a recuperar	14	10
	14	**10**

5. Adiantamentos Concedidos:	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Adiantamentos diversos	1.226	353
	1.226	**353**

6. Partes Relacionadas:	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Ativo		
Helmo Agropecuária e Urbanização Ltda.	1.526	1.438
Augustus Participações S.A.	418	418
Augustus Holding S.A.	47	47
F.Mota Administração Ltda.	129	129
	2.120	**2.032**

7. Investimentos:

	Avaliação	31.12.2019	31.12.2018
Helmo Agropecuária e Urbanização Ltda.(b)	Equivalência	179	254
Valle Blanche (b)	Equivalência	1.250	1.423
DTCom Direct to Company S.A.(a)	Mercado	5.223	2.458
		6.652	**4.135**

(a) Valorização ao mercado é composto pelo investimento em 928.224 ações ordinárias nominativas e 95.981 ações preferenciais nominativas, com valor nominal da última negociação em 31 de dezembro de 2019, no montante unitário de R$ 5,10. (b) Demonstramos abaixo o saldo em 31 de dezembro de 2019, avaliados pela equivalência patrimonial: Dados das investidas:

	Helmo Agropecuária e Urbanização Ltda.	Valle Blanche
Patrimônio líquido	**180**	**1.250**
• Capital social subscrito	810	3.922
• Reserva de capital	1.060	–
• Reserva de lucros	–	–
• Prejuízos acumulados	(1.690)	(2.672)
Participação	99,40%	100,00%
Capital investido	**179**	**1.250**

Os investimentos avaliados pelo custo ou pelo valor de mercado são atualizados até 31 de dezembro de 2019, e foram submetidos ao *impairment test*.

8. Imobilizado:

	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo residual
	Custo de depreciação (%)	corrigido		31.12.2019	31.12.2018
Terrenos	–	4.359	–	4.359	4.359
Imóveis	–	–	–	–	–
Construções e edificações	10%	4.128	(933)	3.195	3.195
Estradas	10%	681	(354)	327	354
Veículos	20%	194	(194)	–	–
Culturas	–	328	–	328	328
Instalações	10%	11	(11)	–	–
Móveis e utensílios	10%	134	(134)	–	–
Equipamentos, processamento de dados	20%	8	(8)	–	–
Máquinas e equipamentos	10%	44	(17)	27	31
Benfeitorias em bens de terceiros	–	–	–	–	–
Total imobilizado em uso		9.886	(1.651)	8.236	8.268

9. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: Os adiantamentos realizados no intuito de futuros aumentos de capital, no montante de R$ 6.119 (R$ 2.319 em 2018), estão suportados por Instrumentos Particulares de Compromissos de Aumentos de Capital e serão utilizados para futuro aumento de capital. **10. Patrimônio Líquido:** a. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 43.800 (R$ 43.800 em 2018), totalmente integralizado, é composto por 43.800.000 (quarenta e três mil e oitocentos) de ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional bruta	74	141
Deduções da receita bruta:		
Impostos e contribuições	(11)	(31)
Receita operacional líquida	**63**	**110**
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	2.518	(1.534)
Alienação de imobilizado	–	–
Despesas administrativas e gerais	(1.101)	(1.037)
Outras receitas ou despesas operacionais	(91)	(443)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**1.389**	**(2.904)**
Receitas (despesas) financeiras	(6)	(7)
Lucro antes do imposto de renda e Contribuição social	**1.383**	**(2.911)**
Imposto de renda pessoa jurídica	–	–
Contribuição social sobre lucro	–	–
Lucro/Prejuízo do exercício	**1.383**	**(2.911)**
Quantidade de ações no final do exercício	43.800	43.800
Lucro/Prejuízo por ação no final do exercício (lote de mil ações)	0,0316	(0,0665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	1.383	(2.911)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
• Resultado da equivalência patrimonial	(2.518)	1.534
• Custos das baixas do ativo permanente	–	–
• Depreciações e amortizações	31	102
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Adiantamentos concedidos	(873)	(77)
Impostos a recuperar	(3)	–
Outras contas a receber	12	426
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	215	6
Obrigações trabalhistas e sociais	2	6
Obrigações tributárias	(3)	2
Outras obrigações a pagar	(13)	(224)
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	**(1.767)**	**(1.136)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições/Reduções ao investimento	(69)	(174)
Adições ao ativo biológico, imobilizado e intangível	(251)	(571)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**(320)**	**(745)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(88)	146
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.179	10.495
Aumento de capital - Realização AFAC conforme AGE de 25.05.2018	–	(8.800)
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	**2.091**	**1.841**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(40)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	**33**	**73**
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	**37**	**33**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Acionista	Capital subscrito - R$	Ações	Participação %
Nilton Molina	43.454	43.454	99,21%
Sara Molina	319	319	0,73%
Helder Molina	14	14	0,03%
Mônica Molina	12	12	0,03%
Total	**43.800**	**43.800**	**100,00%**

b. Reserva de reavaliação: A reserva de reavaliação no montante de R$ 4.004 (idem em 2018) está composta integralmente pelos saldos de reavaliação em ativos próprios (terrenos e fazendas) e a Administração da Companhia optou pela manutenção dos registros relativos à reavaliação dos bens constantes do ativo imobilizado, e estima que tais saldos serão mantidos até a sua realização integral. c. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. d. Reservas de Lucros: Estão compostas integralmente pela reserva legal no montante de R$ 70 (R$ 0,00 em 2018) e pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 985 (R$ 0,00 em 2018), a qual foi constituída nos termos dos artigo 197 e 202 da Lei nº 10.303/01. A administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados, ao complemento de retenção de lucros, arguido nos seus orgamentos de capital. Entretanto a aprovação de tal proposição e consequente destinação de lucros remanescentes será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. **11. Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às seguradoras que foram definidas por orientação dos especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. **12. Instrumentos Financeiros:** Os valores de mercado estimados dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada.

Diretoria

Nilton Molina - Diretor-Presidente - CPF 067.182.388-34

Milton Fernando Ruiz Nogueira - Contador - CRC 1SP105860/O-1

COOPERATIVA PAULISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sandro Borelli no uso de suas atribuições conferme o artigo 20 do Estatuto Social da Cooperativa Paulista de Trabalho dos Profissionais de Dança – CPD, convoca os 159 (cento e cinquenta e nove) cooperados ativos da supracitada cooperativa, para comparecem à ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no endereço https://us02web.zoom.us/j/84340321324 ID. 843 4032 1324, nesta cidade de São Paulo/SP, no dia 10 de agosto de 2020, em 1ª convocação às 18h30 horas, com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados ativos; em 2ª convocação às 19h, com metade mais um dos seus cooperados, ou em 3ª convocação às 19h30 horas com o mínimo de 32 (trinta dois) cooperados que corresponde a 20% de total de sócios. Será deliberado na Assembleia Geral Extraordinária, na seguinte ordem do dia: a) Alteração do Estatuto Social - Artigo 58, incluindo as parágrafos 1º e 2º. São Paulo, 29 de julho de 2020. Sandro Borelli - Presidente

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ARTHUR KOUKDJIAN. REQUERIDO POR KIRKOR RICARDO KOUKDJIAN E OUTROS - PROCESSO Nº1087366-27.2018.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Marco Aurélio Paoletti Martins Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 28/05/2020, foi decretada a INTERDIÇÃO de ARTHUR KOUKDJIAN, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente e por conta própria, os atos da vida civil, na forma dos artigos 4, inciso III e 1.767, inciso I do Código Civil, diagnosticado com doença demencial em estágio avançado, com importante declínio cognitivo, e nomeada como CURADORA em caráter DEFINITIVO, a Sra. Elizabeth Koukdjian. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2020. 31/07 e 1/408

Edital de Leilões Eletrônicos

Artigos 881 e seguintes da Lei 13.105/2015 (CPC/2015)

12ª Vara e Ofício Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de São Paulo/SP. **Edital de Leilões Eletrônicos** de **Bem(ns) Imóvel(eis)** e para **Intimação do(s) executado(s) Maria Aparecida Vendrusco, Prefeitura do Município de São Paulo/SP,** além de eventuais ocupantes desconhecidos, e, por fim, do(s) exequente(s) **Condomínio Residencial Villa Flora,** expedido nos autos da **Cumprimento de Sentença** promovida por**Condomínio Residencial Villa Flora,** processo nº**0040720-13.2017.8.26.0002**. **A Dr(a). JU HYEON LEE . MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de São Paulo/SP**, na forma da lei e etc.. **faz saber** que por meio do sistema gestor de leilões eletrônicos **Casa Reis Leilões** levará às hastas públicas o(s) bem(ns) ao final descrito(s). Os lances serão recebidos pela internet no endereço **www.casareisleiloesonline.com.br**. O **1º. (Primeiro) Leilão** terá início dia **3 (três) de Agosto de 2020, 11:00:00 horas** e término dia **5 (cinco) de Agosto de 2020, 11:00:00 horas,** oportunidade em que o Bem Imóvel será entregue a **quem mais der acima do valor da avaliação atualizada.** O **2º (Segundo) Leilão,** caso não haja licitantes em primeira apregoação, terá início dia **5 (cinco) de Agosto de 2020, 11:01:00 horas** e término dia **26 (vinte e seis) de Agosto de 2020, 11:00:00 horas,** ocasião em que o Bem Imóvel será entregue a quem mais der, rejeitados lances inferiores ao equivalente a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizada do respectivo lote, atestado como o preço vil (**art. 885 e parágrafo único do art. 891 do CPC/2015).** O Bem Imóvel será ofertado para arrematação em **lote único (art. 893 do CPC/2015),** no estado de conservação em que se encontra, em caráter "ad corpus", consoante as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetidas as dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a real realidade existente. **O Pagamento do Preço da Arrematação** deverá ser feito à vista ou parcelado em até 30 (trinta) vezes, com pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) à vista, cf. art. 892 do CPC/2015, por meio de depósito judicial e sob pena de desfazimento da arrematação. As propostas para pagamento parcelado deverão ser encaminhadas ao leiloeiro oficial e respeitarem os termos e parâmetros do art. 895 do CPC/2015. A **Comissão Devida à Casa Reis Leilões Online** será de**5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante, cf. parágrafo único do art. 884 do CPC/2015, e será paga no ato da arrematação, sob pena de desfazimento, por meio de depósito em cheque ou guia de depósito em instituição bancária a ser indicada pelo sistema gestor no ocasião a aquisição judicial. **Bem Ofertado :** 01 (um) Apartamento nº 21 localizado no 2º andar do Edifício Adriana, integrante do Residencial Villa Flora situado à Rua Engenheiro Domício de L. Pacheco e Silva nº288, no Sítio Campo Grande, bairro do Campo Grande, 29º Subdistrito - Santo Amaro, com a área privativa total de 75,83m², , na qual já se acham incluídas as correspondente à vagas nº 43 e ao depósito nº 61, localizados no subsolo, e a área comum de 61,042m², , perfazendo a área total de 136,87m², , correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,0121 no terreno condominial . Matrícula nº 254.365 do 11º CRI/SP. Inscrição Municipal nº: 121.039.0214-8. **A Matrícula do Imóvel** indica que o imóvel foi havido por Maria Aparecida Vendrusco, enquanto divorciada (R. 10); e a penhora executada (Av. 11). Lucas Troiano Saraiva da Silva ingressou representado por advogado (fls.109) na condição de possuidor e promitente comprador. Trouxe a promessa de venda e compra de fls. 110/117. **Posse.** Lucas Troiano Saraiva da Silva ingressou na condição de possuidor. **Déb

PROFARMA SPECIALTY S.A.

CNPJ Nº 81.887.838/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

Ativos	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativos Circulantes		**358.746**	**441.004**	**358.937**	**441.198**
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.747	80.008	6.749	80.020
Contas a receber	8	205.615	220.365	205.620	220.365
Estoques	9	115.076	112.773	115.076	112.773
Impostos a recuperar	10	20.881	19.927	21.065	20.108
Adiantamentos		591	706	591	706
Outras contas a receber	11	9.836	7.227	9.836	7.227
Ativos Não Circulantes		**57.672**	**30.323**	**58.940**	**31.339**
Depósitos judiciais		285	222	399	335
IR e CSLL diferidos	21	1.231	3.211	1.231	3.211
Impostos a recuperar	10	-	-	1.154	1.154
Partes Relacionadas	12	17.182	4.639	17.182	4.639
Outras contas a receber	11	477	463	477	463
Investimentos	14	-	252	-	-
Imobilizado	15	8.775	9.303	8.775	9.303
Intangível	16	19.093	12.233	19.093	12.233
Direito de uso em arrendamento	05	10.629	-	10.629	-
Total dos Ativos		**416.418**	**471.327**	**417.877**	**472.537**

Passivos	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivos Circulantes		**189.535**	**279.994**	**189.949**	**280.408**
Fornecedores	17	168.457	205.703	168.464	205.706
Empréstimos	18	1.130	54.757	1.130	54.757
Arrendamentos a Pagar	05	1.533	-	1.533	-
Instrumentos Financeiros		-	491	-	491
Salários e contribuições sociais		4.175	5.231	4.175	5.231
Impostos e taxas	19	8.110	6.820	8.110	6.820
IR e CS a pagar	21	2.718	3.606	2.718	3.606
Outras Contas a pagar	22	3.412	3.385	3.819	3.797
Passivos Não Circulantes		**17.473**	**7.358**	**18.518**	**8.153**
Empréstimos	18	276	276	276	276
Arrendamentos a Pagar	05	9.743	-	9.743	-
Impostos e taxas	19	2.692	3.184	2.692	3.184
Contingência	20	3.224	3.392	5.807	4.692
Partes Relacionadas		442	506	-	-
Outros		1.096	-	-	-
Patrimônio líquido		**209.410**	**183.975**	**209.410**	**183.975**
Capital social	23	198.729	198.729	198.729	198.729
Reserva de capital	23	3.376	3.376	3.376	3.376
Reserva de incentivo fiscal	23	36.719	5.303	36.719	5.303
Ajuste em transações de capital	23	(6.048)	(6.048)	(6.048)	(6.048)
Prejuízos acumulados	23	(23.366)	(17.385)	(23.366)	(17.385)
Total do Patrimônio Líquido e Passivos		**416.418**	**471.327**	**417.877**	**472.537**

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Líquida de Vendas	24	1.049.429	1.042.260	**1.049.429**	**1.042.260**
Custo dos produtos e serviços vendidos	25	(945.918)	(945.340)	(945.918)	(945.340)
Lucro bruto		**103.516**	**96.918**	**103.516**	**96.918**
Despesas Gerais e Administrativas	27	(55.674)	(23.281)	(55.774)	(23.514)
Despesas Comerciais e Marketing		(6.382)	(22.486)	(6.382)	(22.486)
Despesas Logística e Distribuição		(12.708)	(21.719)	(12.708)	(21.719)
Depreciação e Amortização		(1.357)	(1.260)	(1.357)	(1.260)
Despesa com depreciação CPC 06		(2.099)	-	(2.099)	-
Perda por redução ao valor recuperável					
de contas a receber e ativos de contrato		3.620	219	3.620	219
Outras receitas (despesas)		(724)	(12.989)	(2.008)	(12.537)
Empreendimentos Controlados em Conjunto		(1.348)	286	-	-
		(76.672)	**(81.230)**	**(76.708)**	**(81.297)**
Resultado antes do resultado financeiro		**26.844**	**15.688**	**26.808**	**15.621**
Receitas financeiras		1.325	2.817	1.328	2.862
Despesas financeiras		(2.884)	(7.072)	(2.851)	(7.040)
Resultado Financeiro Líquido		**(1.559)**	**(4.255)**	**(1.523)**	**(4.178)**
Prejuízo antes de impostos		**25.285**	**11.433**	**25.285**	**11.433**
IR e CS - corrente		(2.129)	(2.129)	149	(2.129)
IR e CS - diferido		(1.980)	(4.001)	-	(4.001)
Lucro (prejuízo) do exercício		**25.434**	**5.303**	**25.434**	**5.303**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Para o exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	25.434	5.303	25.434	5.303
Total do resultado abrangente do exercício	25.434	5.303	25.434	5.303

Demonstração do Fluxo de Caixa

Para o exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Resultado antes dos impostos	**25.285**	**11.433**	**25.285**	**11.433**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.357	1.260	1.357	1.260
Depreciação do arrendamento operacional	2.099	-	2.099	-
Baixa de Imobilizado	-	525	-	525
Resultado equivalência patrimonial	1.348	(286)	-	-
Provisão para contingências	(316)	1.483	967	(598)
Juros sobre empréstimos	(1.559)	4.189	(1.523)	4.189
IR e Contribuição Social	2.129	(2.129)	149	(2.129)
PCLD	3.620	5.935	3.620	5.935
Provisão para perda de estoque	1.134	(690)	1.134	(690)
Encargos para CPC 06	(784)	-	(784)	-
	34.315	**21.722**	**32.304**	**19.926**
Variações nos ativos e passivos (Aumento)				
Diminuição dos ativos operacionais				
Contas a receber	11.130	(37.096)	11.125	(37.096)
Estoques	(3.437)	(22.068)	(3.437)	(22.068)
Impostos a recuperar	(954)	(627)	(957)	(1.654)
Outros	(3.759)	3.271	(721)	4.009
	2.975	**(56.520)**	**6.010**	**(56.789)**
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(37.246)	26.016	(37.242)	26.016
Salários e contribuições sociais	(1.056)	1.648	(1.056)	1.648
Impostos e taxas	(90)	9.546	(90)	9.546
Outros	10.375	1.001	9.274	1.550
	(28.017)	**38.211**	**(29.114)**	**38.760**
Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades operacionais	**9.275**	**3.413**	**9.200**	**1.897**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Intangível	(13.043)	(225)	(13.043)	(225)
Aquisição de Imobilizado	(3.258)	(2.960)	(3.258)	(2.960)
Partes relacionadas	(12.638)	14.735	(12.543)	16.186
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(28.909)**	**11.550**	**(28.844)**	**12.981**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimo e financiamentos - Captação	-	102.768	-	102.768
Empréstimo e financiamentos - Pagto	(53.373)	(153.120)	(53.373)	(153.120)
Empréstimo e financiamentos - Juros	(254)	(4.233)	(254)	(4.233)
Aumento de capital	-	85.380	-	85.380
Adoção inicial CPC 48	-	(5.157)	-	(5.157)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(53.627)**	**25.638**	**(53.627)**	**25.638**
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**(73.261)**	**40.601**	**(73.271)**	**40.516**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.008	39.406	80.020	39.504
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.747	80.008	6.749	80.020

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Para o exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Ágio em transação de Capital	Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Lucros (Prejuízos) do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	**113.496**	**(6.048)**	**3.376**	**-**	**(12.375)**	**98.449**
Aumento de capital	85.233			-		85.233
Lucro do exercício	-	-	-	-	(5.010)	(5.010)
Constituição de reservas	-	-	-	5.303	-	5.303
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**198.729**	**(6.048)**	**3.376**	**5.303**	**(17.385)**	**183.975**
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48						
Lucro do Exercício	-	-	-	-	(5.981)	(5.981)
Reserva Legal	-	-	-	31.416	-	31.416
Reservas Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**198.729**	**(6.048)**	**3.376**	**36.719**	**(23.366)**	**209.410**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Para o exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Resultado antes dos impostos	**25.285**	**11.433**	**25.285**	**11.433**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.357	1.260	1.357	1.260
Depreciação do arrendamento operacional	2.099	-	2.099	-
Baixa de Imobilizado	-	525	-	525
Resultado equivalência patrimonial	1.348	(286)	-	-
Provisão para contingências	(316)	1.483	967	(598)
Juros sobre empréstimos	(1.559)	4.189	(1.523)	4.189
IR e Contribuição Social	2.129	(2.129)	149	(2.129)
PCLD	3.620	5.935	3.620	5.935
Provisão para perda de estoque	1.134	(690)	1.134	(690)
Encargos para CPC 06	(784)	-	(784)	-
	34.315	**21.722**	**32.304**	**19.926**
Variações nos ativos e passivos (Aumento)				
Diminuição dos ativos operacionais				
Contas a receber	11.130	(37.096)	11.125	(37.096)
Estoques	(3.437)	(22.068)	(3.437)	(22.068)
Impostos a recuperar	(954)	(627)	(957)	(1.654)
Outros	(3.759)	3.271	(721)	4.009
	2.975	**(56.520)**	**6.010**	**(56.789)**
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(37.246)	26.016	(37.242)	26.016
Salários e contribuições sociais	(1.056)	1.648	(1.056)	1.648
Impostos e taxas	(90)	9.546	(90)	9.546
Outros	10.375	1.001	9.274	1.550
	(28.017)	**38.211**	**(29.114)**	**38.760**
Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades operacionais	**9.275**	**3.413**	**9.200**	**1.897**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Intangível	(13.043)	(225)	(13.043)	(225)
Aquisição de Imobilizado	(3.258)	(2.960)	(3.258)	(2.960)
Partes relacionadas	(12.638)	14.735	(12.543)	16.186
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(28.909)**	**11.550**	**(28.844)**	**12.981**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimo e financiamentos - Captação	-	102.768	-	102.768
Empréstimo e financiamentos - Pagto	(53.373)	(153.120)	(53.373)	(153.120)
Empréstimo e financiamentos - Juros	(254)	(4.233)	(254)	(4.233)
Aumento de capital	-	85.380	-	85.380
Adoção inicial CPC 48	-	(5.157)	-	(5.157)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(53.627)**	**25.638**	**(53.627)**	**25.638**
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**(73.261)**	**40.601**	**(73.271)**	**40.516**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.008	39.406	80.020	39.504
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.747	80.008	6.749	80.020

Notas explicativas às demonstrações financeiras - *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto Operacional: A Profarma Specialty S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo atuando desde 1990 na distribuição de medicamentos de especialidades para diversos segmentos dentre eles os principais são: hospitalar, oncologia e setor público. A Profarma Specialty tem centros de distribuição em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Espírito Santo. No setor público, a atuação da empresa se estende por quase todo território nacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 2019 abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo". O Grupo está envolvido, principalmente, na atividade de comércio atacadista de varejista de produtos farmacêuticos, médico-hospitalares, alimentícios, naturais, e artigos médicos. Todas as empresas do grupo têm seus endereços registrados no Brasil. As empresas operacionais do Grupo são: **Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.** - A Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda. é uma Companhia que tem por comércio atacadista de produtos farmacêuticos e medicamentos, produtos alimentícios, produtos de higiene e/ou higiene, produtos odonto-médico-hospitalares, produtos veterinários, produtos homeopáticos e produtos naturais. **2. Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 27 de julho de 2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 – Arrendamentos foi aplicado, conforme descrito na nota explicativa 2.1. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Principais Políticas Contábeis: a. Caixa e equivalente de caixa -** Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **b. Receita de contrato com cliente -** O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018 e demonstra ate a presente data os efeitos relevantes da norma. **c. Estimativas contábeis -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **7. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajuste dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas de estoques, provisão para contingências, recuperabilidade dos créditos tributários, impairment, valor justo de instrumentos financeiros. **2. *Incertezas sobre premissas e estimativas* -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, e são avaliados da seguinte maneira: • **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • **Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • **Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais:** principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda **d. Instrumentos financeiros -** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: ***Ativos financeiros a VJR:*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. ***Ativos financeiros a custo amortizado;*** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***Instrumentos de dívida a VJORA:*** **e** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. ***Instrumentos patrimoniais a VJORA -*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no de reconhecimento também é reconhecido no resultado. **e. Instrumentos financeiros derivativos -** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros. **f. Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável), para melhor refletir o valor justo da transação) e líquido de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, que tenha sua data de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco na transação. A contraparida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita ativa. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **g. Estoques -** Os estoques são avaliados com base no custo de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável). **h. Investimentos -** Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento de 100% na controlada Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda. E avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **i. Imobilizado/Intangível:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **j. Ativos intangíveis -** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: • Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário. • Software adquirido de terceiros com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos. Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. • Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de 5 anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. **k. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment* -** *Ativos financeiros* - Ativos financeiros (formado substancialmente pelo *contas a receber*) são avaliados para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, entre outros. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor ao agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o *contas a receber*). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***Ativos não financeiros*** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os intangíveis sem vida útil definida são testados anualmente, independente da existência de indicação de *impairment*. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de teste no valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2019 e 2018. **l. Passivo circulante e não circulante -** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contraparida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de hedge do valor justo da aplicação. **m. Provisão -** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **n. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido) -** O Imposto de renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revistos em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride. Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas fiscais que se espera que sejam aplicadas a diferenças temporárias quando se revertem, usando taxas de imposto realizadas ou substancialmente realizadas na data do relatório. **o. Demonstrações de Fluxo de Caixa** A Companhia entende que os juros sobre empréstimos devem ser registrados no grupo de atividades de financiamento no Fluxo de Caixa, porque são custos de obtenção de recursos financeiros. **5. Normas e Interpretações Novas e Revisadas:** *CPC 06 - Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento* - Substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou o NBC TG 06 (R3) para seus arrendamentos operacionais basicamente das instalações de lojas e centros de distribuição. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Companhia optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores. Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos na norma: (i) mensurar esse ativo de direito de uso: de acordo com o item C8b(ii) da norma, ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento e que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Nesta forma, as informações comparativas não foram representadas. (ii) Utilizar a taxa de juros incremental da Companhia; (iii) a Companhia utilizou o prazo contratual. Segundo análises da Administração, este representam melhor o tempo de retorno dos investimentos, as exceções se deram em que atua e incertezas envolvendo renovações posteriores. *Contratos enquadrados no NBC TG06 (R3) -* Foram considerados no estudo 06 contratos da Profarma Specialty, dos quais 4 contratos com *payback* superior a 1 ano e taxa de desconto utilizada foi de 6,75%% (com base no IGP-M ano) que é o custo médio ponderado de capital da Companhia. *As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:*

a) *Movimentação do ativo de direito de uso*

	Consolidado
Adoção inicial – NBC TG 06 (R3)	**112.728**
Saldos em 1º de janeiro de 2019	12.728
Depreciação acumulada	(2.099)
Em 31 de dezembro de 2019	**10.629**

b) *Movimentação do passivo de arrendamento*

	Consolidado
Adoção inicial – NBC TG 06 (R3)	**12.728**
Saldos em 1º de janeiro de 2019	12.728
Juros incorridos	784
Pagamentos	(2.239)
Em 31 de dezembro de 2019	**11.276**

c) *Cronograma do vencimento do passivo por arrendamento*

Vencimento	Consolidado
2020	1.266
2021	1.416
2022	1.613
2023	2.055
2024	2.889
	11.276

IFRIC 23 (ICPC 22) – Incertezas sobre o tratamento dos impostos e contribuições sobre o lucro líquido - Essa norma deve ser aplicada na existência de incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro, nesse caso IRPJ e CSLL. A Companhia não identificou os impostos dessa norma sobre as operações da Companhia, concluindo como não relevantes esses efeitos até o momento.

6. Informações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Participação (%) 2019	Participação (%) 2018
		Não auditado
Controladas diretas	100%	100%
Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.		

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

(a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas: (b) Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas. (d) As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e bancos	24	246	24	247
Aplicações financeiras	6.723	79.761	6.725	79.773
	6.747	**80.008**	**6.749**	**80.020**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras em sua maior parte referem-se a aplicações compromissadas do Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú, Banco Safra, Banco Bradesco, Banco Citibank e Banco Votorantim, cuja remuneração oscila entre 15% a 80% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI (97 a 101% em 31 de dezembro de 2018).

8. Contas a receber de clientes

| | Controladora 2019 | Controladora 2018

18. Empréstimos

Instituições	Indexador	Juros	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Banco BBM		100% do CDI + 4,5% a.a.	-	-	-	-
Banco BBM *		5,56% a.a. (US$)	-	-	-	-
ABC	CDI	137,7% do CDI	-	-	-	-
ABC	CDI	147,5% do CDI	-	-	-	-
Citibank *		1,18% a.a. (US$)	-	-	-	-
Votorantim *		3,45% a.a. (US$)	-	54.618	-	54.618
HSBC	CDI	CDI + 0,83 a.m	-	-	-	-
Banco Banrisul	CDI	120% do CDI	-	-	-	-
Banco Bonsucesso	CDI	CDI + 0,60 a.m	-	-	-	-
Banco BRB		9,26% a.a.	276	276	276	276
Banco Itaú	Selic	3,515% a.a.	-	139	-	139
			276	55.034	276	55.034
Circulante			1.130	54.757	1.130	54.757
Não Circulante			276	276	276	276

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para aquisição de investimentos e de bens, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Para empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia aplicava em 2018 hedge accounting (tipo valor justo). Consequentemente, todos os empréstimos em moeda estrangeira e instrumentos de hedge relacionados – as operações de swap, classificados como Derivativos, são contabilizados pelo valor justo, a fim de gerenciar melhor a volatilidade nos lucros e prejuízos. Os empréstimos que têm como finalidade financiar o capital de giro, possuem garantias de caução de recebíveis e aval da Proforma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e BPL Brasil Participações S.A. Nos contratos de empréstimos firmados não existem cláusulas de condições financeiras a serem cumpridas – covenants.

Os empréstimos possuem o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	Controladora 2019	Consolidado 2019
2019	-	-
2023	276	276
	276	276

19. Impostos e Taxas

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
ICMS	6.080	4.738	6.080	4.738
PIS e COFINS	43	-	43	-
INSS	11	-	11	-
ISS	10	-	10	-
Parcelamento - ICMS	1.886	1.994	1.886	1.994
Parcelamento - INSS	-	-	-	-
Parcelamento - ISS	-	-	-	-
Outros	80	88	80	88
	8.110	6.820	8.110	6.820

Segue Movimentação da Provisão:

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2017	217	3	1.980	2.200	10	2.764	2.716	5.290
Adições	2.729	-	46	762	-	1.502	46	1.134	2.682
Utilizações e Baixas	(1.818)	-	(43)	(203)	-	(2.890)	(42)	(348)	(3.280)
Em 31 de dezembro de 2018	1.128	15	2.249	3.392	1.176	14	3.502	4.692
Adições	-	1	2.321	2.323	64	449	3.158	3.670
Utilizações e Baixas	(807)	(5)	(1.679)	(2.491)	(807)	(5)	(1.743)	(2.556)
Em 31 de dezembro de 2019	321	11	2.892	3.223	433	458	4.916	5.807

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem nas solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício. As principais causas tributárias provisionadas no consolidado têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em períodos anteriores a aquisição da Empresa Integra Medical.

21. Imposto de renda e contribuição social: s. Conciliação da taxa efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

Proforma Specialty S.A.

Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.285	11.433	25.285	11.433
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	8.597	3.887	8.597	3.887
Adições:				
Provisão perda de estoque	1.133	690	1.133	690
Provisões e outras despesas permanentes não dedutíveis	532	894	532	0
Exclusões:				
Provisões e outras despesas não dedutíveis(PDD)	(3.797)	(342)	(3.797)	(342)
Subvenções governamentais	23.873	0	23.873	0
Reversão de Provisões Não Dedutíveis	0	0	0	0
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
Efeito empresas controlada - Lucro Presumido	0	0	(1.348)	286
Prejuizo fiscal não constituído IRCS diferido	0	(4.001)	0	(4.001)
Outras adições/exclusões permanentes	(449)	0	(449)	0
Adições (exclusões) temporárias	96	(482)	96	(482)
Aproveitamento do Ágio Incorporação Reversa	5.394	3.898	5.394	3.898
Reversão (Constituição) Base negativa de Prejuizo Fiscal - PERT	0	0	0	0
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.129	(2.129)	149	(2.129)
Aliquota efetiva				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.129	(2.129)	149	(2.129)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.980)	(4.001)	0	(4.001)

A Proforma Specialty S.A optou pelo regime de tributação do lucro real mensal. **b. Composição dos impostos diferidos -** O IRPJ e a CSLL diferidos ativos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

(i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) prejuízos fiscais incorridos, considerados recuperáveis pela administração da Companhia.

	Consolidado 2019			Consolidado 2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Impostos Diferidos						
Diferenças Temporárias	(2.286)	(803)	(3.090)	(1.428)	(502)	(1.930)
Prejuizo Fiscal	1.980	695	2.676	1.980	695	2.676
Ágio Carteira de Clientes	1.216	428	1.644	1.823	641	2.464
Total	910	320	1.230	2.375	834	2.464
Detalhamento dos Impostos Diferido:						
Ativo	910	320	1.230	2.375	834	2.464
Passivo	0	0	0	0	0	0
Ativos/Passivos Diferidos	910	320	1.230	2.375	834	2.464

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social aplicável. No exercício corrente, a Proforma Specialty realizou impostos diferidos ativos no montante de R$ 1.980, reduzindo o ativo não circulante para R$ 1.231 (R$3.211 em 31 de dezembro de 2018), decorrente de prejuízo fiscal e de diferenças temporárias. A Administração da Companhia considera que não há riscos de recuperação de tais saldos, tendo em vista a projeção de lucros da Companhia.

22. Outras contas a pagar:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Outras Contas a Pagar Funcionários	1.080	1.312	1.080	1.312
Outras Contas a Pagar	2.332	2.073	2.739	2.485
Adiantamento de Clientes	-	-	-	-
	3.412	3.385	3.819	3.797
Não Circulante				
Outras Contas a Pagar	1.096	-	-	-
	1.096	-	-	-

23. Patrimônio líquido (controladora): Capital social - O capital social integralizado é de R$ 198.729 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 198.729 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 58.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue a posição acionária referente ao capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Proforma Specialty	Posição em 31.12.2019 (Em unidades de ações) Posição Acionária Consolidada		Posição em 31.12.2018 (Em unidades de ações) Posição Acionária Consolidada	
	Ações		Ações	
Acionista	Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %	Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %
Cannes RJ Participações S.A.	58.000.000	100%	58.000.000	100%
Total	58.000.000	100%	58.000.000	100%

Dividendos - O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. A companhia registrou um lucro de R$ 25.434 apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o qual foi destinado à conta de prejuízo acumulado da Companhia (R$ 48.800). A conta de prejuízo acumulado da Companhia em 2019 era de R$ 17.385, composta por R$ 12.375 de prejuízos de exercícios anteriores e R$ 5.010 de ajuste para adoção inicial para novas CPCs. Por força do prejuízo acumulado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 não houve distribuição de dividendos e outros proventos aos acionistas nos termos do artigo 201 da Lei 6.404/76.

Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
2.692	3.184	2.692	3.184
-	-	-	-
2.692	3.184	2.692	3.184

A variação da conta de ICMS a Recolher entre os anos de 2019 e 2018, refere-se à efetiva implementação da Emenda Constitucional 87/2015, onde houve a alteração da sistemática de cálculo do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais, a partir de Janeiro de 2017, os Estados de origem dos produtos passam a recolher 100% da diferença entre a alíquota do Estado de destino e a sua alíquota interna de ICMS, ao passo que não fica mais nenhum percentual para os Estados de destino. A referida legislação impôs percentuais anuais de partilha, que de forma gradativa irão aproximar o ICMS Diferencial de Alíquotas entre os Estados de origem e destino. **20. Provisão para contingência: A** Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Tributárias	321	1.128	433	1.176
Cíveis	10	15	458	15
Trabalhistas	2.893	2.249	4.916	3.502
	3.224	3.392	5.807	4.692

24. Receita operacional

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	1.049.429	1.042.260	1.049.429	1.042.260
Impostos e outras deduções	(945.913)	(945.342)	(945.913)	(945.342)
Receita operacional líquida	103.516	96.918	103.516	96.918

25. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Custos Bonificação/ressarcimento	15.703	12.314	15.703	12.314
Custos Funcionários	-	-	-	-
Custos Medicamentos	(958.686)	(953.409)	(958.686)	(953.409)
Custos Perda Esperada Ac Com (CPC48)	1.667	(89)	1.667	(89)
Custos Perfumaria e Consumo	(3.998)	(3.557)	(3.998)	(3.557)
Outros Custos	(599)	(602)	(599)	(602)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(945.913)	(945.343)	(945.913)	(945.343)

d. Risco de Liquidez - A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, além de uma geração de caixa, no conceito EBITDA, satisfatória.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

	Controladora				
31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	276	-				276
Fornecedores	168.457		168.457			
			Controladora			
31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	55.309	-	55.033	-	-	276
Fornecedores	205.703	-	166.708	38.995	-	-
			Consolidado			
31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	276	-				276
Fornecedores	168.464		168.464			
			Consolidado			
31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	55.309	-	55.033	-	-	276
Fornecedores	205.706	-	166.711	38.995	-	-

e. Risco de Mercado - *Risco da Taxa de Juros* - Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía dívida bruta indexada ao CDI somada a posição assumida nos swaps contratados, como existia no período anterior (R$ 55.033 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante.

Segue abaixo quadro considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2019:

Controladora

Operação	Base de Cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário I Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	6.726	6.726	8.407	10.088
Empréstimos indexados ao CDI				
Empréstimos em moeda estrangeira - indexados ao CDI				
Despesa de Juros sobre Dívida líquida indexadas em CDI	6.726	6.726	8.407	10.088
Taxa anual realizada do CDI em 2019		5,96%	7,45%	8,94%

Controladora

Operação	Base de Cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário I Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	79.761	79.761	99.701	119.642
Empréstimos indexados ao CDI	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira - indexados ao CDI	-	-	-	-
Despesa de Juros sobre Dívida líquida indexadas em CDI	79.761	79.761	99.701	119.642
Taxa anual realizada do CDI em 2018		6,50%	8,13%	9,75%

Consolidado

Operação	Base de Cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário I Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	6.723	6.723	8.404	10.084
Empréstimos indexados ao CDI				
Empréstimos em moeda estrangeira - indexados ao CDI				
Despesa de Juros sobre Dívida líquida indexadas em CDI	6.723	6.723	8.404	10.084
Taxa anual realizada do CDI em 2019		5,96%	7,45%	8,94%

Consolidado

Operação	Base de Cálculo	Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário I Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	79.773	79.773	99.717	119.660
Empréstimos indexados ao CDI	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira - indexados ao CDI	-	-	-	-
Despesa de Juros sobre Dívida líquida indexadas em CDI	79.773	79.773	99.717	119.660
Taxa anual realizada do CDI em 2018		6,50%	8,13%	9,75%

f. Risco de Taxa de câmbio - A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante a para mitigar este risco contratou em 2018 junto ao Citibank operação de SWAP no montante de R$ 54.618. Entretanto em 2019 a Companhia não praticou tal modalidade visto a volatilidade da moeda dólar no período e quitou tal dívida junto a instituição financeira citada. ***g. Risco de Capital-*** Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização dos saldos de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos (Nota 18), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

27. Despesas operacionais

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas Gerais e administrativas				
Despesas com Funcionários e Serviços Terceiros	(49.707)	(23.161)	(49.772)	(21.888)
Despesas da Estrutura	(5.967)	(120)	(6.002)	(1.626)
	(55.674)	(23.281)	(55.774)	(23.514)

26. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de risco: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado. A administração desses instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

26.1. Valor justo versus valor contábil - A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora 2019 Valor contábil	2019 Valor justo	2018 Valor contábil	2018 Valor justo	*Nível*
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	6.747	6.747	80.008	80.008	*2*
Derivativos	-	-	-	-	
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a Receber	205.615	205.615	220.365	220.365	*2*
Passivos mensurados pelo valor justo					
Derivativos	-	-	491	491	
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	276	276	55.033	55.033	*2*
Fornecedores	168.457	168.457	205.703	205.703	*2*
Partes relacionadas	17.182	17.182	4.639	4.639	*2*

	Consolidado 2019 Valor contábil	2019 Valor justo	2018 Valor contábil	2018 Valor justo	*Nível*
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	6.749	6.749	80.020	80.020	*2*
Derivativos	-	-	-	-	
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a Receber	205.620	205.620	220.365	220.365	*2*
Passivos mensurados pelo valor justo					
Derivativos	-	-	491	491	
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	276	276	55.033	55.033	*2*
Fornecedores	168.464	168.464	205.706	205.706	*2*
Partes relacionadas	17.182	17.182	4.639	4.639	*2*

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** Dados provenientes do mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • **Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes do mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • **Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **26.2. Valorização dos instrumentos financeiros – Valor Justo** *a. Aplicações financeiras* - Classificadas como ativos financeiros, mensurados ao seu valor justo através do resultado. As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado. ***b. Empréstimos -*** Os empréstimos contratados em moeda nacional são classificados como passivos financeiros reconhecidos através do custo amortizado. As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado. Os empréstimos em moeda estrangeira são classificados como passivos financeiros e reconhecidos pelo valor justo de mercado, utilizando as metodologias Hedge Accounting e Fair Value Option. **26.3. Gerenciamento de Risco -** *c. Risco de crédito* - As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a probabilidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência. A Companhia registrou provisão para devedores duvidosos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 no consolidado é R$ 4.803 (R$ 8.423 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir possíveis riscos de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.747	80.008	6.749	80.020
Contas a receber	205.615	220.365	205.620	220.365
Outros ativos	10.313	7.690	10.313	7.690
	222.675	308.062	222.682	340.889

28. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/ Explosão	325.214
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	112.500
		437.714

29. Avais, finanças e garantias: O Grupo possui em 31 de dezembro de 2019, seguro garantia junto a Austral Seguradora, e Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. no montante de R$ 10.207, relacionados a autos de execução fiscal e processos de natureza trabalhista visando a garantia do juízo. **30. Eventos Subsequentes: a)** A administração da Companhia em função aos efeitos e enfrentamento a todos os desafios ocasionados pelo Covid-19, adotou como medida conservadora, visto o impacto pouco significativo para o negócio ao qual a Companhia atua se comparado ao restante do mercado nacional, realizou a captação de dois empréstimos junto ao banco ABC, na modalidade de Capital de Giro em Abril e Maio de 2020, no montante de R$ 35 milhões com taxas de 100% (cem por cento) do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa Média – CDI Over Extragrupo DI - CETIP, capitalizados diariamente, acrescidos da taxa de 4,5000% ao ano, equivalente à 0,3675% ao mês, calculada de forma exponencial "pró-rata temporis" com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta). Os empréstimos possuem vencimentos para Abril e Maio de 2022. **b)** A Controlada Proforma Specialty após avaliação estratégica de suas operações e visando melhorias no atendimento aos clientes localizados nas regiões Nordeste e Nordeste, optou por iniciar atividades operacionais através de um Centro de Distribuição localizado no Estado do Rio Grande do Norte. As operações logísticas devem iniciar no mês de Agosto de 2020.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:
Diretor Presidente - **VILSON SCHVARTZMAN**
Diretor Financeiro - **CRISTINA PROCOPIO GOMES DE SOUZA**
Contador - **HEBERLET GIBIM LEOTERIO** - CRC-SP 233311/O-4

Biscayne Empreendimentos e Participações S/A - CNPJ 23.980.749/0001-48

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31.12.2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas, de conformidade com os preceitos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2018. Colocamo-nos à disposição em nossa sede social para qualquer esclarecimento que se fizerem necessários - São Paulo, 31 de março de 2020

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo circulante	31	342	321	7.456
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	3.691	3.604
Duplicatas a receber de clientes	-	-	-	-
Partes relacionadas	13.542	215	-	-
Impostos a recuperar	1	1	1	2
Outros créditos	-	-	-	-
Total do ativo circulante	13.573	563	4.015	6.332
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	14.981	16.512	-	-
Imobilizado	7.390	21.723	61.723	35.606
Total do ativo não circulante	22.261	23.792	61.723	35.606
Total do ativo	35.834	24.355	65.738	41.938
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	**Controladora 2018**	**Controladora 2017**	**Consolidado 2018**	**Consolidado 2017**
Passivo circulante	276	55	276	55
Fornecedores	-	46	50	46
Ordenados e salários a pagar	-	-	-	-
Impostos e contribuições sociais a pagar	-	-	-	-
Partes relacionadas	13.631	688	27.173	1.083
Outras obrigações	-	-	1.726	669
Total do passivo circulante	13.631	869	29.556	1.931
Passivo não circulante	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	-	-	(144)	62
Capital Social	20.556	20.556	20.556	20.556
Reservas de capital	1.909	1.855	1.909	1.855
Lucros/Prejuízos acumulados	(263)	1.075	(263)	1.075
Total do patrimônio líquido	22.202	23.486	22.202	23.486
Participação de Acionista não controlador	-	-	18.180	16.521
Total do passivo e patrimônio líquido	35.834	24.355	65.738	41.938

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros acumulados	Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo 31.12.2017	20.556	1.855	1.075	23.486	16.512	39.997
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
não controladores	-	54	(54)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(2.590)	(2.590)	(2.948)	(5.538)
Resultado do exercício	-	-	1.297	1.297	1.418	2.715
Saldo 31.12.2018	20.556	1.909	(263)	22.202	14.981	37.183

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto

Fluxo de caixas das atividades operacionais	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Recebimentos de clientes	-	-	6.317	7.162
Pagamentos a fornecedores e empregados	(65)	(77)	(1.739)	(1.098)
Impostos e tributos pagos	(37)	-	(1.224)	(520)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(497)	(360)
Caixa líquido proveniente atividades operacionais	(121)	(77)	3.538	5.429
Compra de ativo imobilizado	-	-	(25.186)	(308)
Obras em andamento em imóveis próprios	-	-	(158)	-
Aumento de capital	-	-	26.200	1.052
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	-	856	744
Recebimento líquido de aplicação financeira	-	8	71	90
Dividendos pagos	-	(2.917)	(8.302)	(3.713)
Dividendos recebidos	-	418	2.772	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(196)	424	(5.560)	(3.623)
Caixa e equivalência de caixa em 31/12/2017	352	-	2.488	-
Caixa e equivalência de caixa em 31/12/2018	31	347	321	2.496

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	-	-	5.952	6.574
Custos dos produtos vendidos	-	-	(1.452)	(1.301)
Lucro Bruto	-	-	4.500	5.272
Despesas Administrativas gerais	(97)	(47)	(468)	(200)
Depreciações	-	-	(140)	(131)
Despesas financeiras	-	-	(3)	(1)
Receitas financeiras	4	11	86	105
Outras receitas (despesas) operacionais	(37)	(30)	(654)	(256)
Resultado da equivalência patrimonial	1.430	2.715	-	-
Resultado antes dos impostos	1.299	2.150	3.132	4.783
Imposto de renda e contribuição social	(2)	(3)	(417)	(420)
Resultado do exercício	1.297	2.147	2.715	4.363
Resultado de não controladores	-	-	(1.418)	(2.218)
	1.297	2.147	1.297	2.147

Demonstrações do Ativo não Circulante-Investimentos e Imobilizados

	Terrenos	Edifícios	Terra Nua	Investimentos	Total
Saldo 31.12.2017	4.947	3.133	-	16.512	23.792
Resultado equiva-	-	-	-	-	-
lência patrimonial	-	-	-	(1.531)	(1.531)
Saldo 31.12.2018	4.947	3.133	-	14.981	22.261

As adições no ano são creditas ocorreram devido ao resultado da equivalência patrimonial conforme abaixo:

Equivalência patrimonial positiva referente aos	
Lucros de exercício 2018 das controladas:	1.418
Dimunição nos investimento referente a Distribuição de lucros do exercício de 2017 e 2018 das controladas:	(2.949)
Variação do Investimento	(1.531)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto

Fluxo de caixas das atividades operacionais	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Recebimentos de clientes	7.162	7.162
Pagamentos a fornecedores e empregados	(1.098)	(1.098)
Impostos e tributos pagos	(520)	(520)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(360)	(360)
Caixa líquido proveniente atividades operacionais	5.429	5.429
Compra de ativo imobilizado	(308)	(308)
Obras em andamento em imóveis próprios	-	-
Aumento de capital	1.052	1.052
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	744	744
Recebimento líquido de aplicação financeira	90	90
Dividendos pagos	(3.713)	(3.713)
Dividendos recebidos	-	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(3.623)	(3.623)
Caixa e equivalência de caixa em 31/12/2017	-	-
Caixa e equivalência de caixa em 31/12/2018	2.496	2.496

Demonstrações dos Resultados

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita

Brasil tem 2,6 milhões de casos da Covid-19 e 1.824.095 recuperados

O Brasil chegou a 2.610.102 casos acumulados de covid-19. Nas últimas 24 horas, foram registradas mais 57.837 pessoas infectadas. Ontem (29), o sistema trazia 2.552.265 casos desde o início da pandemia. Os dados são da atualização diária do Ministério da Saúde, divulgada na início da noite desta quinta-feira (30).

Também conforme o balanço do órgão, foram 91.263 vidas perdidas desde o início da pandemia. O painel recebeu 1.129 novos registros nas últimas 24 horas. Ainda há 3.591 óbitos em investigação. Ontem, o sistema marcava 90.134 falecimentos em função da doença.

Ainda de acordo com a atualização diária do Ministério da Saúde, há 694.744 pacientes em acompanhamento. Outras 1.824.095 pessoas já se recuperaram da covid-19.

A taxa de letalidade (número de mortes pelo total de casos) ficou em 3.5%. A mortalidade (quantidade de óbitos por 100 mil habitantes) atingiu 43,4. A incidência dos casos de covid-19 por 100 mil habitantes é de 1.242.

Covid-19 nos estados

Os estados com mais mortes são: São Paulo (22.710), Rio de Janeiro (13.348), Ceará (7.661), Pernambuco (6.526) e Pará (5.699). As Unidades da Federação com menos falecimentos pela pandemia são: Mato Grosso do Sul (357), Tocantins (368), Roraima (501), Acre (521) e Amapá (561).

Já em termos de casos, São Paulo lidera (529.006), seguido por Ceará (171.648), Rio de Janeiro (163.642), Bahia (161.630) e Pará (153.350). Os estados com menos pessoas infectadas até o momento são: Acre (19.573), Tocantins (24.278), Mato Grosso do Sul (24.287), Roraima (31.455) e Amapá (36.272).

Mas segundo o boletim epidemiológico divulgado ontem pelo Ministério da Saúde, Roraima teve maior crescimento de mortes e casos na 30ª semana epidemiológica em relação à anterior (80% e 146%, respectivamente). O Amapá teve grande aumento de óbitos no mesmo período (53%), bem como o Tocantins (41%). (Agência Brasil)

CMN eleva para R$ 100 mil valor mínimo que estrangeiros devem declarar

Os estrangeiros que movimentarem recursos bancários no Brasil só deverão declarar ao Banco Central (BC) movimentações a partir de R$ 100 mil, decidiu na quinta-feira, (30) o Conselho Monetário Nacional (CMN). Até agora, qualquer movimentação a partir de R$ 10 mil precisava ser informada.

A medida afeta empresas e pessoas físicas não residentes que mantém contas de depósito em bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio. Segundo o BC, a flexibilização do valor pretende atualizar as normas à realidade atual do câmbio e reduzir o custo de manutenção dessas contas pelos estrangeiros.

Declaração de capitais

O CMN também multiplicou por 10 o limite mínimo de patrimônio mantido no exterior que precisa ser declarado. O valor a partir do qual pessoas físicas e empresas precisam preencher a Declaração Anual de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) passou de US$ 100 mil para US$ 1 milhão.

De acordo com o Banco Central, a elevação do limite reduzirá o custo de monitoramento sem prejudicar o controle. Segundo o órgão, o Poder Público continua tendo acesso às informações detalhadas de ativos de brasileiros no exterior caso os órgãos de controle detectem alguma suspeita.

Essa foi a primeira atualização no piso da CBE desde 2004. Com objetivo estatístico, a declaração é entregue ao BC todos os anos por quem tem o patrimônio no exterior enquadrado no limite mínimo. (Agência Brasil)

Senado aprova MPs que repassam verba a ministérios

O Senado aprovou na quinta-feira, (30) duas medidas provisórias (MPs) que liberam crédito extra para o Poder Executivo enfrentar a pandemia do novo coronavírus e seus desdobramentos. Foram aprovadas as MPs 941 e 942/2020. A primeira destina R$ 2,1 bilhões aos ministérios da Cidadania, da Educação e da Saúde. A segunda MP destina R$ 639 milhões para os ministérios da Educação, da Justiça e dos Direitos Humanos.

As duas MPs seguem para promulgação, a cargo do presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já que não houve alterações no texto encaminhado pelo Poder Executivo. A MP 941 repassou R$ 2,04 bilhões para a pasta da Saúde, R$ 50,1 milhões para a da Cidadania e R$ 14,9 milhões para o MEC. A verba será aplicada no apoio a universidades e hospitais, controle de qualidade da água e desenvolvimento sustentável.

"A MP nº 941/2020 é dotada de justificativas de relevância e urgência condizentes com a programação orçamentária que contempla, uma vez que o aumento exponencial dos casos de infecção humana pela covid-19 impõe a necessidade de dotar o sistema de saúde brasileiro de capacidade para prevenir, controlar e conter os danos e agravos à saúde pública em decorrência da pandemia global", disse o relator da matéria, Marcelo Castro (MDB-PI).

A MP 942 repassa R$ 54,8 milhões à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom-PR), que deverá aplicá-los em campanhas publicitárias destinadas a informar a população sobre o novo coronavírus, causador da covid-19.

Desse valor, R$ 2,8 milhões são para **Empresa Brasil de Comunicação** (**EBC**), antes vinculada à Secom-PR e recentemente transferida ao Ministério das Comunicações. A **EBC**, no cumprimento de sua função de empresa de comunicação pública, vai ampliar serviços de transmissão de sinais via satélite para oferecer teleaulas a crianças e jovens durante o enfrentamento da pandemia.

O Ministério da Educação receberá R$ 339,4 milhões. Desse valor, R$ 84,8 milhões são para universidades e institutos federais, que devem investir no desenvolvimento de medidas de controle e combate ao novo coronavírus, como a produção de álcool em gel, oxigênio para uso hospitalar, análises clínicas e laboratoriais.

Ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública caberão R$ 199,8 milhões, incluindo verba para a Polícia Rodoviária Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Fundo Penitenciário Nacional. Já o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vai receber R$ 45 milhões e deverá investir em campanhas voltadas para idosos, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Marubeni Grãos Brasil S.A.

CNPJ nº 05.142.876/0001-69

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

	Nota	2019	2018
Ativo circulante		1.748.158	1.190.892
Caixa e equivalente de caixa	4	48.988	68.006
Contas a receber - partes relacionadas	5	116	179
Tributos a recuperar	6	7.386	3.966
Estoques	7	1.774	5.171
Instrumentos financeiros derivativos	20	34.840	16.582
Outros		112	29
Imobilizado	8	272	349
Intangível	10	1.465.066	1.096.610
Total do ativo não circulante		1.508.422	1.123.235
Total ativo		3.256.580	2.314.127

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Marubeni Grãos Brasil S.A. (a "Companhia" ou "MGB") foi fundada em 27/04/2016, e é uma sociedade anônima por ações, e que tem por objeto (i) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de grãos em geral, em especial soja, milho e trigo; (ii) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de cereais e leguminosas beneficiados; (iii) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de óleo de soja; (iv) o agenciamento de cargas; (v) as atividades de representação nacional e internacional de matérias agrícolas e de mercadorias em geral; (vi) a importação e exportação de bens e serviços relacionados com suas atividades operacionais; (vii) a administração de bens próprios e (viii) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia iniciou as suas atividades em 3/05/2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis adotadas: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019 foram autorizadas para emissão pelo Administrador em 20/07/2020. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estiveram vigentes em 31/12/2019. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo como regra geral. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 meses. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aquelas advindas de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Para a determinação do resultado abrangente são usadas demonstrações financeiras. Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como projeções econômicas, volumes, margem e segurança, não foram auditados. Para o uso correto, foram efetuadas reclassificações no saldo do ativo e passivo, referente aos saldos de instrumentos financeiros para melhor visualização dos saldos dentro do ativo circulante envolvendo o item. O saldos do ativo e passivo referente a transações com instrumentos financeiros eram antes apresentados líquidos. Desta forma, para o ano de 2019, a apresentação dos saldos foi efetuada separadamente para melhor visualização dos ganhos e perdas com as transações envolvendo ativos e passivos financeiros. Estimativas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo para método de ajuste a valor presente, análise de risco de crédito para determinação de provisão para perdas esperadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores substancialmente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos uma vez por ano. Moeda funcional e moeda de apresentação: De acordo com o CPC 02(R2), a moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Entidade opera. A norma estabelece ainda que, na geração de futuros caixas que devem ser considerados para determinação da moeda funcional, cabe exercício de julgamento, mesmo a taxa de câmbio ou taxas que devem ser considerados para determinação da moeda funcional, deve ser utilizada a que é direta e em algumas situações a Administração, com base em seu julgamento, determina a moeda funcional por meio de classificação dos efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o dólar norte-americano. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (moeda de apresentação), convertendo-se o dólar norte-americano para Reais, utilizando-se para isto a taxa de câmbio de fechamento do exercício em R$/USD para as peças e passivos, e a taxa média mensal para as contas de resultado de acordo com as regras contidas resultantes da conversão de ativos, passivos, contas de resultado e do patrimônio líquido foram reconhecidas em conta específica de patrimônio líquido denominada "Ajustes Acumulados de Conversão". As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Aquisição de resultados: O resultado bruto das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebido, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. b) Reconhecimento de receita: i) Venda de produtos – exportação: A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e (iii) quando critérios de venda específicos foram seis atendidos, quais seja quem transferência da propriedade e do risco da mercadoria ao cliente. A compensação da mercadoria é baseada nos parâmetros previstos pelo *Incoterms*, que no caso da Companhia se-rem-te exporta na modalidade FCA ("Free Carrier"). A receita é reconhecida líquido das vendas, após dedução de impostos, descontos e devoluções. A receita é reconhecida pela emissão do certificado de embarque ("Bill of Lading"). ii) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida a medida que for realizada por meio de rendimento auferido. c) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data de avaliação, para os itens que são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas". d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, cálculo disponível, e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais não ultrapassam a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. e) Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber da Marubeni América ("MAC"), que é uma subsidiária, pela venda de grãos (soja ou milho) no decurso normal das atividades da Companhia, mantidos com base no valor de mercado e que representa de fato o valor justo. f) Estoques: Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não ultrapassa o valor de mercado. Os estoques são inferiores a 60 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. e) Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber da Marubeni América ("MAC"), que é uma subsidiária, pela venda de grãos (soja ou milho) no decurso normal das atividades da Companhia, mantidos com base no valor de mercado e que representa de fato o valor justo. g) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são registrados inicialmente: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e os benefícios da propriedade. As operações de mercado futuro de commodities têm ajustes diários e são realizadas a valor de mercado até a conclusão dos contratos comerciais, sendo que o ganho ou a perda é apurado pela diferença entre o preço de mercado e o preço negociado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do investimento. Ativos com derivativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidos na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o item. Os ganhos ou perdas líquidos resultantes de mudanças no valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas". Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Eles surgem quando a Companhia fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar o recebível. Eles são incluídos no ativo circulante, exceto para vencimentos superiores a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, usando o método da taxa de juros efetiva. h) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem as disponibilidades em caixa e os depósitos bancários de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. i) Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber da Marubeni América ("MAC"), que é uma subsidiária, pela venda de grãos (soja ou milho) no decurso normal das atividades da Companhia, mantidos com base no valor de mercado e que representa de fato o valor justo. j) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não atendem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38, Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros e passivos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os derivativos são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. k) Ativo imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. l) Ativos intangíveis: A Companhia somente possui ativos intangíveis de vida útil definida, e que são em sua totalidade formados por sistemas de informática, que são mensurados pelo custo no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. m) Redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e se prejuízos de impairment são reconhecidos somente se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e que esse evento (ou eventos) de perda incorrida) tenha impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para o título ou ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros. Primeiramente julga-se se é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original desses ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. j) Ativos ativos e passivos e classificação entre curto e longo prazo: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sendo gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas pelo valor considerado pela Administração como suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos ativos e as obrigações assumidas, inclusive as contingências. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, e compreendem caixa e equivalentes de caixa, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. l) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, usando o método da taxa de juros efetiva. m) Tributos a pagar e provisão para impostos: Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias que foram adquiridas ou serviços que foram recebidos, mas não pagos até a data do balanço. Os valores são classificados no passivo circulante se o pagamento for devido em um ano ou menos (ou no ciclo normal do negócio, se for mais longo). Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. n) Provisões: Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e (iii) uma estimativa confiável pode ser feita da quantia da obrigação. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, as provisões são descontadas usando uma taxa atual antes de impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto é utilizado, o aumento no passivo em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. o) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Os benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos em base não descontada e são incluídos em despesas conforme o serviço relacionado é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor esperado a ser pago sob planos de bônus de curto prazo em dinheiro se a Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada de pagar esse valor como resultado de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável. p) Benefícios de aposentadoria: A Companhia oferece benefícios de aposentadoria para seus empregados elegíveis. Os planos de benefícios definidos são aqueles que definem um valor de benefício de aposentadoria a ser fornecido, geralmente com base em um ou mais fatores, como idade, anos de serviço e remuneração. Os planos de contribuição definida são planos de benefícios de aposentadoria pelos quais a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios relacionados aos serviços prestados pelos empregados no período atual e em períodos anteriores. q) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos valores captados. r) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, com base no estatuto social da empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas. s) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na medida em que for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e a receita puder ser confiavelmente mensurada. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos. Os critérios específicos de reconhecimento descritos a seguir também devem ser atendidos antes que a receita seja reconhecida. t) Receita de exportação: A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues ao navio. u) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida à medida que for ganhada. v) Despesa financeira: As despesas financeiras incluem despesas de juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre arrendamentos financeiros, despesas de juros sobre títulos de dívida emitidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor reconhecidas em ativos financeiros. w) Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro ajustado sobre a base tributável. Ambos são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço. As despesas de tributos sobre o lucro compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, o tributo também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. x) Arrendamentos mercantil: Arrendamentos em que a Companhia assume substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se for menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e os encargos financeiros, de modo a obter uma taxa de juros constante sobre o saldo em aberto da obrigação. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31/12/2019, a Companhia não possuía nenhum contrato de arrendamento financeiro em aberto. y) Arrendamentos operacionais: Os arrendamentos em que o arrendador mantém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas também o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tem benefícios de arrendamentos operacionais (líquidos de qualquer incentivo recebido do arrendador), esses benefícios são apropriados linearmente durante o período do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. z) Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, como parte integrante das suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA tem por objetivo demonstrar a riqueza gerada pela Companhia em um período e a forma como essa riqueza foi distribuída. aa) Mensuração do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Apenas ativos ou passivos que se enquadram como Nível 1 na composição da rubrica "Títulos e valores mobiliários", Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados observáveis de mercado (ou seja, inserções não observáveis). Técnica de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou contratos para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de câmbio calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas taxas de câmbio e taxas de juros contratuais. Todos os instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. ab) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que contratos de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo em cada data de balanço. Os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são registrados na demonstração do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Os derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros e passivos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os derivativos são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. ac) Instrumentos financeiros derivativos - ativo e passivo: Instrumentos financeiros derivativos são instrumentos financeiros cujo valor justo flutua em resposta a mudanças em uma variável de mercado observável, tais como uma taxa de juros, preço de uma ação ou índice de preços, e que são liquidados em uma data futura. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. ad) Instrumentos financeiros derivativos - hedge: A Companhia designa certos instrumentos financeiros derivativos como instrumentos de hedge para proteger a exposição a variações nos fluxos de caixa futuros atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável que possa afetar o resultado. Para se qualificar para a contabilização de hedge, a Companhia deve documentar formalmente a relação de hedge e o objetivo e a estratégia de gestão de risco para a realização do hedge, incluindo a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação coberta, a natureza do risco coberto e como a Companhia irá avaliar a eficácia da relação de hedge. Os derivativos designados como hedge são avaliados quanto à eficácia na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, tanto no início do hedge como em bases contínuas. Os derivativos são designados como hedge de fluxo de caixa quando protegem a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável. Para os hedges de fluxo de caixa que atendem aos critérios para contabilização de hedge, a parte efetiva do ganho ou perda no instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto a parte ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para a demonstração do resultado no período em que o item coberto afeta o resultado, como quando a receita ou despesa coberta é reconhecida ou quando uma transação prevista ocorre. Se o instrumento de hedge expirar, for vendido ou não atender mais os critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido permanece diferido até que a transação prevista ocorra ou seja reconhecida no resultado. Se uma transação prevista não for mais esperada, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é reclassificado imediatamente para a demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro designado como instrumento de hedge. ae) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de commodities para fornecer proteção contra o risco de taxa de câmbio e o risco de variação dos preços de commodities, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado, sendo subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração do resultado, exceto pela parcela de ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa eficaz. af) Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado e registrado a débito ou a crédito da conta específica do ativo ou passivo e, posteriormente, é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nos casos em que o ajuste a valor presente for considerado irrelevante, o saldo é mantido pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração o fluxo de caixa contratual e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nessa metodologia, não há diferenças relevantes a serem registradas em 31/12/2019 e 2018. ag) Ativos financeiros: Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e avalia esta classificação em cada data de encerramento das demonstrações financeiras. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são registrados inicialmente: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. As operações de mercado futuro de commodities têm ajustes diários e são realizadas a valor de mercado até a conclusão dos contratos comerciais, sendo que o ganho ou a perda é apurado pela diferença entre o preço de mercado e o preço negociado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do investimento. Ativos com derivativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidos na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o item. Os ganhos ou perdas líquidos resultantes de mudanças no valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas". Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Eles surgem quando a Companhia fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar o recebível. Eles são incluídos no ativo circulante, exceto para vencimentos superiores a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387714 | **Extrato da Ata de RCA Realizada em 20/2/20**

Aos 28/2/20, às 15h, na sede social da Companhia. **Presenças:** Todos os membros do conselho de administração. **Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguiar. **Deliberações:** Unanimemente, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos: (i) Manifestaram-se favoravelmente, as contas da administração e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/19, e mandaram arquivar os documentos apresentados pela diretoria, as quais serão submetidas para aprecição, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2020; (ii) Manifestaram-se favoravelmente, ao Relatório de Auditoria Anual, previamente submetido à análise dos membros do Conselho de administração, o qual será submetido para apreciação, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2020; **(iii)** considerando a existência de lucro, verificado nas demonstrações financeiras datadas de 31/12/19, o Conselho de Administração recomenda, a seguinte destinação para dito lucro: **(a)** parte do lucro verificado deverá ser compensado com a totalidade do prejuízo acumulado existente, na exata medida indicada nas demonstrações financeiras da Companhia para que o prejuízo em questão seja extinto; **(b)** 5% do lucro remanescente, deverá ser destinado à constituição da reserva legal; **(c)** 25% por cento deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e **(d)** o saldo remanescente deverá ser destinado à conta de reserva de lucros da Companhia. **Encerramento.** Nada mais. JUCESP nº 136.924/20-9 em 5/6/20. Gisela Simienta Ceschin - Secretária-Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387714 | **Extrato da Ata de RCA Realizada em 30/4/20**

Aos 30/4/20, às 15h, na sede social da Companhia. **Presenças:** Todos os membros do conselho de administração. **Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguiar. **Deliberações:** Unanimemente, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos: (i) Manifestaram-se favoravelmente, as contas da administração e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/19, e mandaram arquivar os documentos apresentados pela diretoria, as quais serão submetidas para aprecição, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2020; (ii) Manifestaram-se favoravelmente, ao Relatório de Auditoria Anual, previamente submetido à análise dos membros do Conselho de administração, o qual será submetido para apreciação, ad referendum, à AGO, a ser realizada em 2020; **(iii)** considerando a existência de lucro, verificado nas demonstrações financeiras datadas de 31/12/19, o Conselho de Administração recomenda, a seguinte destinação para dito lucro: **(a)** parte do lucro verificado deverá ser compensado com a totalidade do prejuízo acumulado existente, na exata medida indicada nas demonstrações financeiras da Companhia para que o prejuízo em questão seja extinto; **(b)** 5% do lucro remanescente, deverá ser destinado à constituição da reserva legal; **(c)** 25% por cento deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e **(d)** o saldo remanescente deverá ser destinado à conta de reserva de lucros da Companhia. **Encerramento.** Nada mais. JUCESP nº 136.924/20-9 em 5/6/20. Gisela Simienta Ceschin - Secretária-Geral.

GERU TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 20.895.842/0001-59

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, da Geru Tecnologia e Serviços S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Operacionalização:** A Companhia tem por objeto a operação de plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende as atividades de correspondente bancário, nos termos da regulamentação aplicável, a manutenção e gerenciamento de informações cadastrais, a configuração de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas, a avaliação de risco de crédito, o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros e a elaboração e disponibilização de relatórios, estatísticos e ferramentas de gestão para clientes. **Desempenho:** A Companhia encerrou o ano de 2019 com um prejuízo de R$ 59.758 mil (R$ 21.730 mil em 31 de dezembro de 2018) e foi

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.124	6.227
Contas a receber	9	1.224	377
Outros ativos	10	1.450	312
Total ativo circulante		**17.798**	**6.916**
Aplicações financeiras	8	338	814
Direito de Uso - Arrendamento	11	1.490	
Imobilizado	12	1.492	1.885
Intangível	13	10.670	12.514
Total ativo não circulante		**13.990**	**15.213**
Total ativo		**31.788**	**22.129**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações constituída em 17 de junho de 2014, domiciliada no Brasil, subsidiária da Geru Holding Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital. A Companhia tem por objeto a operação de plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende: (i) a manutenção e gerenciamento de informações cadastrais; (ii) a configuração de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas; (iii) a avaliação de risco de crédito; (iv) o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) a elaboração e disponibilização de cálculos, estatísticos e ferramentas de gestão para clientes; e (vi) o recebimento de depósitos e pagamentos de títulos por conta e ordem de terceiros.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada pela Diretoria em 29 de julho de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 21. **2.1. Reapresentação de valores correspondentes na demonstração do resultado:** Os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas no quadro das Demonstrações das Resultados dos Exercícios, estão sendo reapresentados em conformidade com CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas, e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, conforme descrito a seguir. A Companhia revisou e aprimorou a alocação dos custos de serviços prestados, nas Demonstrações dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As reclassificações realizadas não importaram o lucro líquido anteriormente demonstrado.Desta forma as reapresentações realizadas são: • **Custos dos serviços prestados:** Gastos incorridos com marketing não comercializados em nuvem e concessões de empréstimos foram reclassificados para "Despesas gerais e administrativas", uma vez que estes não se correlacionam diretamente à receita auferida. • **Despesas com amortização de intangível vs:** As amortizações dos intangíveis relacionadas aos sistemas principais da Companhia, intitulados de CORE, foram reclassificadas para custos dos serviços prestados, visto que a ferramenta é requisitada para a geração e validação de receita da Companhia.

	2018	Ajuste	2018 (Reapresentado)
Receita Líquida de Serviços	18.626	-	18.626
Custos de serviços	(12.720)	(10.191)	(7.548)
Lucro Bruto	**906**	**10.191**	**11.080**
Despesas gerais e administrativas	(6.562)	(11.537)	(18.099)
Despesas de depreciação e amortização	(1.845)	1.356	(489)
Resultado antes dos recursos (despesas) financeiras líquidas	**(21.193)**	**-**	**(21.193)**
Receitas financeiras	303	-	303
Despesas financeiras	(840)	-	(840)
Despesas financeiras líquidas	**(537)**	**-**	**(537)**
Prejuízo	**(21.730)**	**-**	**(21.730)**

3. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas informações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados podem diverger dessas estimativas. Em 31 de dezembro de 2019, a empresa apresentou uso de estimativas nos valores reportados de contingências e amortização da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou mensuras demonstrações financeiras é determinado nessa base.

6. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras. **6.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original qual ou inferior a três meses e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **6.2. Reconhecimento de receitas:** As principais formas de receitas estão descritas a seguir: • Serviços de originação de empréstimos, equivalente a 4,5% do valor do principal concedido aos tomadores de empréstimos na plataforma digital da Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Geru Tecnologia"). • Prestação de serviços de avaliação, cobrança e renegociação das créditos representados pelos CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% (1/7 e 7 emissão de debêntures "As 3% (6/7 e 7ª emissão de debêntures") dos recebimentos totais pagos pela Companhia e deduzidos do primeiro pago aos debenturistas; • Serviços de gestão de fluxos de caixa, sobre o montante de principal concedido. *"As debêntures as quais originam as CCBs, são securitizadas através da Companhia RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. A receita de serviços é reconhecida quando os serviços descritos acima são concedidos ao cliente, ou seja, após a concessão do empréstimo (serviço de originação e correspondente bancário), ou após a gestão dos recebimentos feito em nome dos debenturistas (serviço de cobrança), sendo mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber por estes, devida imediatamente ao momento em que o cliente adquire os serviços descritos acima, estando assim em consonância com o CPC 47- Receita de contrato com cliente, o qual estabelece que "a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços". Assim, o reconhecimento da receita está em consonância às sugestões diretrizes estabelecidas na norma (i) Os contratos entre as partes identificam e formalizam as receitas oriundas das originações e serviços de avaliação, cobrança e renegociação de créditos; (ii) O desempenho obedece a uma lógica binária, uma vez em que as receitas são somente auferidas após as originações e efetivação dos serviços de cobranças (materializadas através dos recebimentos das CCBs), contratadas através da plataforma da Companhia; (iii) O preço é fixado contratualmente, e reflete os percentuais descritos acima sobre as originações e avaliações de crédito e cobrança; iv) Os percentuais são aplicados de acordo com as originações e recebimentos das CCBs, conforme descrito acima; v) As receitas são reconhecidas na transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, ou seja, quando concluídas as originações e efetivadas as cobranças. **6.3. Reconhecimento de despesas:** As despesas são mensuradas de acordo com a competência dos passivos adquiridos pela Companhia, reconhecidos quando esta passa a possuir uma obrigação que ensejar uma provável transferência de recursos econômicos ou financeiros para a liquidação desta obrigação e seu valor de liquidação ou realização possa ser mensurado em bases confiáveis, ou ainda quando ocorrerem reduções nos benefícios econômicos futuros dos ativos. São compostas basicamente por despesas administrativas, de folha, tecnologia, amortizações e depreciações. **6.4. Benefícios a empregados:** Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação a valor transporte, vale refeição, plano de saúde e bônus, concedidos aos funcionários em regime de CLT. **6.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período compreende são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.6. Imobilizado:** O imobilizado é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está demonstrado ao custo deduzido de depreciação e gerdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado. **6.7. Intangível:** *(i) Ativos intangíveis adquiridos separadamente:* Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo prazo de vida útil estimado dos ativos com base no uso até extinção do ativo em 20%. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado de prospectivamente. **(ii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrados todos os seguintes requisitos: • Custo atribuível ao projeto claramente o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; • A intenção de concluir o ativo intangível e o seu uso ou venda; • Capacidade de usar ou vender o ativo intangível; • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • Adisponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível pela primeira vez atendeu os critérios de reconhecimento mencionados acima. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente pode ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período em que forem incorridos. Os ativos intangíveis internamente gerados são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **6.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar a montante dessa perda, se houver. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente pose ser identificada. Dado que os ativos não geram fluxo de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável considerando a empresa como uma única unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Se a unidade, ou ativo em uso, a fluxo de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais o estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Baseado na avaliação das estimativas de fluxo de caixa futuros, descontados a valor presente, bem como na avaliação de qualidade de fatores importantes como o crescimento de 52% da receita bruta e contentes investimentos em estrutura e marketing, não foram perda evidenciada durante os exercícios de 2019 e 2018. **6.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são avaliadas individualmente, apoiadas pelo seu grau de risco, pelo escritório especializado, sendo reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja provável esforço ou valores da forma confiável o seu liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos considerações requeridas para liquidar a obrigação ou no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As contingências são classificadas como: **Provisões:** São constituídas passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões. **Possíveis:** São divulgadas nas demonstrações financeiras, do mesmo modo, nenhuma provisão registrada. **Remotas:** Não requerem provisão nem divulgação. **6.10. Instrumentos financeiros:** De acordo com a norma (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) os ativos e passivos financeiros devem ser inicialmente mensurados pelo custo, amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido o custo amortizado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócios e qual são admitidos e das características de seus fluxos de caixa. • Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais as operações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito estimada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos. Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com empresas do grupo e os créditos originados pela sua plataforma serem endossados a outras vendas, sem retenção de risco de crédito para Geru Tecnologia. • Valor justo (instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR e instrumentos mensurados ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - VJORA. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado, os saldos de Aplicações Financeiras. Os possíveis financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores. **6.11. Normas e interpretações novas emitidas:** *Normas e interpretações emitidas que entraram em vigor no exercício de 2019:* • **CPC 06 (R2)** - Arrendamento - Requer o reconhecimento dos arrendamentos operacionais no balanço patrimonial para a maioria dos arrendamentos vigentes. O CPC 06 (R2) introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras dos arrendatários e arrendadores. Na adoção inicial do CPC 06 (R2), para todos os arrendamentos, a Companhia: • Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos futuros, descontados a uma taxa média de 10,95% a.a. • Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e as participações nas obrigações de arrendamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía compromissos de arrendamento operacional não canceláveis, conforme detalhado na nota 11. A Companhia adotou a norma de acordo com abordagem prospectiva, não havendo portanto impacto nos saldos comparativos de 2018. • **ICPC 22** - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Essa interpretação trata mais profundamente de certas sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro quando não está definido como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Não houve impacto contábil na adoção dessa interpretação ou exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

7. Caixa e equivalentes de caixa	**2019**	**2018**
Conta corrente em moeda nacional	59	16
Aplicações financeiras - CDB (i)	15.114	6.405
Total	**15.124**	**6.227**

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras, efetuadas junto a instituições financeiras de primeira linha, objetivam a gestão de caixa da Companhia e são remuneradas inicialmente pelo valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo seu valor justo, uma vez em que, dadas as características das aplicações, seus valores contabilizados não diferem em dos valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (99% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

8. Aplicações Financeiras	**2019**	**2018**
Aplicações financeiras - CDB (i)	338	814
Total	**338**	**814**

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Geru Tecnologia detém aplicações financeiras, efetuadas junto a instituições financeiras de primeira linha, com vencimento acima de um ano e restritas. Essas aplicações financeiras são mantidas para cobertura de eventuais riscos operacionais e extemalidades negativas, como erros econômicos, não sendo consideradas equivalentes de caixa dessa forma. São remuneradas pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI") a taxa de 95% (99% em Dezembro, 2018).

9. Contas a receber: São compostas por:	**2019**	**2018**
Clientes (i)	938	377
Outras contas a receber (ii)	286	-
Total	**1.224**	**377**

(i) O contas a receber é composto por fins de originação e serviços de avaliação de crédito e cobrança. Os empréstimos originados na plataforma da Companhia são cedidos para a RUGE Securitizadora e depois securitizados através da tomação de risco de crédito na Geru Tecnologia. ii) Tratam-se de saldos a receber de partes relacionadas por serviços de avaliação de crédito e cobrança, conforme nota 24.

10. Outros ativos: São compostos por:	**2019**	**2018**
Impostos a recuperar	1.233	225
Adiantamentos de férias	90	69
Adiantamentos a fornecedores	75	13
Outros a receber	52	5
Total	**1.450**	**312**

Demonstrações dos Resultados - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018 (Reapresentado)
Receita Líquida de Serviços	18	28.375	18.626
Custos de serviços	19	(11.267)	(7.548)
Lucro Bruto		**17.108**	**11.080**
Despesas gerais e administrativas	20	(19.953)	(18.099)
Despesas com pessoal	21	(26.464)	(13.691)
Despesas de depreciação e amortização	11-12-13	(11.200)	(489)
Resultados antes dos recursos (despesas) financeiras líquidas		**(40.519)**	**(21.193)**
Receitas financeiras	22	375	303
Despesas financeiras	22	(1.614)	(840)
Despesas financeiras líquidas		**(1.239)**	**(537)**
Prejuízo		**(59.758)**	**(21.730)**
Quantidade de ações		4.044	2.372
Prejuízo por ação		(15)	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	**(59.758)**	**(21.730)**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(59.758)**	**(21.730)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

11. Arrendamento: A Companhia reconheceu em 01 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso, referente à locação de prédio para operacionalização de negócios, em contrapartida um passivo de arrendamento a pagar no valor de R$ 1.986. Em 31 de dezembro de 2019, os valores reconhecidos para o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento a pagar são de R$ 1.490 e R$ 1.425, respectivamente.

Ativos de direito de uso					
	Saldos em 31/12/2018	**Adição inicial do CPC 06 (R2)**	**Amortização**		**Saldos em 31/12/2019**
Imóveis	-	1.986	(496)		1.490
Total	**-**	**1.986**	**(497)**		**1.490**
Passivo de arrendamento					
	Saldos em 31/12/2018	**Adição inicial do CPC 06 (R2)**	**Juros**	**Pagamentos**	**Saldos em 31/12/2019**
Imóveis	-	1.986	32	(593)	1.425
Total	**-**	**1.986**	**32**	**(593)**	**1.425**

Segue abaixo composição por prazo de vencimento para amortização dos valores a pagar do passivo de arrendamento.

Vencimentos	
2020	566
2021	422
2022	427
Total	**1.425**

12. Imobilizado	**Saldo em 2018**	**Adições**	**(Baixas)**	**(Depreciação)**	**% ao ano**	**Saldo em 2019**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	856	28	-	(443)	25%	**441**
Móveis e utensílios	462	53	-	(54)	10%	**461**
Equipamentos de informática	567	191	-	(189)	20%	**569**
Total	**1.885**	**272**	**-**	**(665)**		**1.492**

	Saldo em 2017	**Adições**	**(Baixas)**	**(Depreciação)**	**% ao ano**	**Saldo em 2018**
(Não auditado)						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	92	1.130	(42)	(314)	25%	**856**
Móveis e utensílios	193	320	(41)	(10)	10%	**462**
Equipamentos de informática	368	323	-	(122)	20%	**567**
Total	**653**	**1.763**	**(52)**	**(477)**		**1.885**

13. Intangível: O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados na nota explicativa 3.9.

	Saldo em 2018	**Adições**	**(Baixas)**	**(Amortização)**	**% ao ano**	**Saldo em 2019**
Software	5.560	510	-	(1.673)	20%	**4.434**
Licença e customizações	6.763	-	-	(676)	10%	**6.087**
	164	32	-	(39)	20%	**157**
Total	**12.524**	**542**	**-**	**2.389**		**10.678**

	Saldo em 2017 (Não auditado)	**Adições**	**(Baixas)**	**(Amortização)**	**% ao ano**	**Saldo em 2018**
Software	3.924	2.772	-	(1.136)	20%	**5.560**
Plataforma (i)	-	6.763	-	-		**6.763**
Licença e customizações	25	153	-	(12)	10%	**166**
Total	**3.949**	**10.043**	**-**	**(1.348)**		**12.524**

(i) O ativo intangível está relacionado à plataforma "Core", sendo essa a ferramenta utilizada para originação e gerenciamento dos pedidos de empréstimos feitos pela sua originação até a quitação do mesmo. Tendo como informação principal as etapas de cobrança e informações bancárias para cada empréstimo.

14. Fornecedores e outras contas a pagar: São compostos por:	**2019**	**2018**
Fornecedores (i)	5.953	605
Adiantamentos a clientes	-	34
Outras contas a pagar (ii)	28	220
Total	**5.981**	**1.080**

(i) São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios; (ii) Tratam-se de contas a pagar com partes relacionadas, que são as empresas que possuem influência significativa na gestão da Companhia, conforme descrito na nota 24.

15. Contingências: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura como parte em 17 (doisexpedi processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível/risco 5 (cinco) em 31 de dezembro de 2018), 8 (oito) como prováveis (1) (uma) em 31 de dezembro de 2018), conforme segue:

	2019	**2018**
Cíveis - Provisões	54	10
Trabalhistas	118	33
Total	**172**	**43**

16. Impostos a recolher: Os impostos a recolher da Companhia são compostos por:

	2019	**2018**
Pis	-	13
Cofins	1	61
Iss	165	78
IRRF sobre serviços tomados	17	16
PIS sobre serviços tomados	2	2
ISS sobre serviços tomados	4	10
PCC sobre serviços tomados	46	10
Total	**235**	**220**

17. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 2019 a Companhia emitiu 1.672 ações ordinárias pela Geru Holding Limited a um preço de R$ 51 (em 2018 foram emitidas 589 ações a um preço de R$ 51, parte destinada à formação de reserva, conforme evidenciado adiante), a título de incremento do capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e de R$ 115.587, representado por 4.044 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 53.375 em 31 de dezembro de 2018). As integralizações efetuadas em 2019 deram-se conforme quadro a seguir:

2019			
Subscrito	**A integralizar**	**Integralizado**	**Integralizado**
Fevereiro	3.855	3.855	196
Março	4.000	4.000	1.988
Abril	7.500	7.500	4.089
Maio	-	-	984
Junho	8.772	8.772	3.865
Julho	-	-	1.302
Agosto	-	-	6.024
Setembro	5.522	5.522	-
Outubro	15.000	(4.857)	10.143	3.695
Novembro	-	4.173	4.173	-
Dezembro	40.000	(21.553)	18.447	7.789
Aumento de Capital Social	**84.649**	**(22.237)**	**62.212**	**29.757**

b) Reserva de capital: Na constituição nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei 6.404/76, referindo as contribuições feitas pelos acionistas diretamente relacionadas à formação ou ao incremento do capital social, cujos preços, nos termos de emissão, forem fixados com base em critérios que não sejam o valor nominal ou a soma de capital. O saldo acumulado de Reservas de R$ 22.322, foi integralmente transferido para o Capital Social durante o exercício de 2019. Não há saldo em 31 de dezembro de 2019. **c) Distribuição de dividendos:** Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18. Receita de serviços: Conforme destacado na nota 6.2, as receitas estão constituídas conforme segue:	**2019**	**2018**
Receita de originação	9.755	7.230
Receita de avaliação, cobrança e renegociações	15.057	21.257
Receita de correspondência bancária	4.218	198
Impostos sobre receitas de serviços	(4.655)	(10.059)
Total	**28.375**	**18.626**

19. Custos de serviços: Os custos de serviços são compostos conforme segue:

	2019	**2018**
Custos de análise de crédito	7.795	6.902
Custos de formalização	480	-
Custo de Marketing	722	209
Custo de amortização de intangível	2.349	1.356
Total	**11.267**	**7.540**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018		**1.295**		**22.322**	**(15.139)**	**8.483**
Integralização de capital social	17	52.080	-	(22.322)	-	**29.757**
Resultado do exercício		-	-	-	(21.730)	**(21.730)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**53.375**	**-**	**-**	**(36.869)**	**16.510**
Aumento de Capital	17	84.649	-	-	-	**84.649**
Capital Social a Integralizar	17	-	(22.237)	-	-	**(22.237)**
Resultado do exercício		-	-	-	(59.758)	**(59.758)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**138.024**	**(22.237)**	**-**	**(96.627)**	**10.904**
Variação das mutações em 2019		***84.649***	***(22.237)***	***-***	***(59.758)***	***2.464***

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(59.758)**	**(21.730)**
Ajustes de:		
Depreciação e Amortização	3.549	1.845
Baixa de imobilizado	-	53
Juros sobre arrendamento	32	-
Provisão para contingências	44	-
Variação em ativos e passivos:		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	476	(500)
(Aumento) em contas a receber	(847)	(377)
(Aumento) redução em outros ativos	(1.138)	(79)
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas a pagar	4.895	(17)
Aumento (Redução) em salários e benefícios	834	1.776
Aumento (Redução) em partes rel

TERRAVERDE HOLDING S.A

CNPJ: 27.490.581/0001-43

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

Balanços patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	2019	2018	2019	2018
Circulante		**11.847**	15.391	**1.291.021**	710.573
Caixa e equivalentes de caixa	5	**2.954**	-	**63.147**	1.837
Aplicações financeiras	6	-	10.844	**1.485**	34.170
Contas a receber de clientes	7	-	3.871	**710.883**	405.960
Estoques	8	-	-	**365.202**	246.759
Partes relacionadas	9	**7.979**	-	**9.120**	-
Impostos a recuperar		**738**	633	**15.202**	11.043
Instrumentos derivativos	10	-	-	**3.092**	-
Outros créditos		**176**	43	**122.890**	10.804
Não circulante		**491.937**	269.212	**312.279**	183.745
Aplicações financeiras	6	-	-	**1.538**	-
Contas a receber de clientes	7	-	-	**7.896**	-
Outros créditos		-	-	**1.017**	3.239
Depósitos judiciais		-	-	**1.354**	-
Impostos diferidos	11	**2.137**	-	**12.849**	-
Investimentos	12	**487.945**	269.092	**12**	-
Imobilizado	13	**252**	120	**34.616**	7.874
Intangível	14	**1.603**	-	**252.907**	172.610
Total do ativo		**503.784**	284.603	**1.603.300**	894.318

Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		**15.443**	110.787	**983.827**	684.529
Fornecedores	15	**1.739**	7.476	**741.038**	396.696
Arrendamentos	16	**83**	-	**8.274**	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	**77.317**	93.596
Instrumentos derivativos	10	-	-	**10.929**	-
Obrigações trabalhistas		**8.097**	5.707	**22.513**	10.963
Obrigações tributárias		**2.348**	298	**10.831**	11.713
Adiantamentos de clientes		-	-	**47.443**	38.760
Contas a pagar por aquisição de controlada	18	**3.176**	97.259	**34.464**	97.259
Outras obrigações		-	27	**31.018**	35.592
Não circulante		-	-	**15.612**	9.182
Arrendamentos	16	-	-	**14.359**	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	1.653
Obrigações trabalhistas		-	-	**1.008**	1.811
Impostos diferidos	11	-	-	-	3.751
Outras obrigações		-	-	**245**	1.967
Patrimônio líquido	19	**488.341**	173.836	**603.861**	200.552
Capital social		**472.745**	210.918	**472.745**	210.918
Transações de capital		**69.122**	-	**69.122**	-
Prejuízos acumulados		**(53.526)**	(37.082)	**(53.526)**	(37.082)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		**488.341**	173.836	**488.341**	173.836
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores		-	-	**115.520**	26.721
Total do passivo e do patrimônio líquido		**503.784**	284.603	**1.603.300**	894.318

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Receita operacional líquida	20	**4.470**	-	**1.490.216**	570.948
Custo das mercadorias vendidas	21	**(4.437)**	-	**(1.293.559)**	(488.337)
Lucro bruto		**33**	-	**196.657**	82.611
Despesas comerciais	21	-	(378)	**(22.753)**	(5.945)
Despesas gerais e administrativas	21	**(21.874)**	(48.450)	**(201.493)**	(110.456)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**3.327**	13.286	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		**4.525**	-	**23.509**	1.580
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(13.989)**	(35.539)	**(14.080)**	(32.210)
Receitas financeiras	22	**2.491**	3.602	**196.751**	52.199
Despesas financeiras	22	**(4.759)**	(393)	**(197.961)**	(39.911)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(16.257)**	(32.325)	**(15.330)**	(19.922)
I.R e C.S correntes	11	**(2.324)**	-	**(17.446)**	(7.183)
I.R e C.S diferidos	11	**2.137**	-	**17.806**	(493)
Prejuízo do exercício		**(16.444)**	(32.325)	**(14.970)**	(27.598)
Atribuível aos acionistas controladores				**(16.444)**	(32.325)
Atribuível aos acionistas não controladores				**1.468**	4.727
Prejuízo por ação (em reais)		**(0,03)**	(0,15)		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	**(16.444)**	(32.325)	**(14.970)**	(27.598)
Outros resultados abrangentes			**(173)**	-
Resultado abrangente total do exercício	**(16.444)**	(32.325)	**(15.143)**	(27.598)
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	**(16.444)**	(32.325)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	**1.468**	4.727

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Total	Patrimônio líquido atribuível aos não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		210.918	-	(4.757)	76.424	4.166	80.602
Integralização de capital	19	129.727	-	-	129.727	17.828	147.555
Prejuízo do exercício		-	-	(32.325)	(32.325)	4.727	(27.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		210.918	-	(37.082)	173.836	26.721	200.557
Integralização de capital	19	**261.827**	-	-	**261.827**	**87.331**	**349.158**
Transações entre acionistas	19	-	**69.122**	-	**69.122**	-	**69.122**
Prejuízo do exercício		-	-	**(16.444)**	**(16.444)**	**1.468**	**(14.976)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**472.745**	**69.122**	**(53.526)**	**488.341**	**115.520**	**603.861**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(16.444)**	(32.325)	**(14.976)**	(27.598)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**(45)**	(4.099)
Provisão para perda com estoques	-	-	**1.354**	-
Equivalência patrimonial	**(3.327)**	(13.289)	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	**(242)**	(932)	**(1.214)**	(2.314)
Juros incorridos sobre empréstimos e arrendamentos	**20**	-	**14.673**	6.361
Juros sobre contas a pagar por aquisição de controlada	-	370	**1.306**	370
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.137)**	-	**(17.800)**	-
Efeito de derivativos não liquidados	-	-	**7.837**	-
Depreciação e amortização	**20.558**	11.252	**36.339**	12.589
Baixa de bens do imobilizado e itens do intangível	**27**	-	**2.647**	1.258
Realidade/(aumento) dos ativos				
Contas a receber de clientes	**3.871**	(3.871)	**(188.590)**	(185.355)
Estoques	-	-	**(120.912)**	(46.261)
Partes relacionadas	**(7.979)**	-	**(9.120)**	-
Impostos a recuperar	**(105)**	(623)	**(3.555)**	(4.466)
Depósitos judiciais	-	-	**(1.354)**	-
Outros créditos	**(133)**	(19)	**(103.426)**	7.522
Aumento/(redução) dos passivos				
Fornecedores	**(5.737)**	7.478	**255.253**	243.115
Obrigações sociais e trabalhistas	**2.390**	5.507	**11.480**	8.607
Obrigações tributárias	**2.650**	239	**(4.980)**	8.926
Outras obrigações	**901**	121	**27.359**	(29.429)
Fluxo de caixa aplicado em atividades operacionais	**(6.287)**	(26.092)	**(85.933)**	(29.774)
Atividades de investimentos				
Aplicações financeiras e títulos de investimento	**11.086**	20.161	**32.490**	(1.783)
Pagamentos por aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	**(94.083)**	(128.250)	**(110.856)**	(65.242)
Aquisição de bens do imobilizado e adiantamento para futuro aumento de capital	**(170.876)**	-	-	-
Distribuição de lucros de controladas	**3.340**	5.507	**11.480**	8.607
Aquisição de bens do ativo imobilizado e itens do intangível	**(1.719)**	(104)	**(75.456)**	(5.309)
Fluxo de caixa originado de (aplicado em) atividades de investimento	**(252.251)**	(108.193)	**(153.822)**	(72.334)
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	-	-	**281.692**	69.759
Pagamentos de empréstimos e arrendamentos	**(335)**	-	**(329.783)**	(9.775)
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	(3.020)
Integralização de capital	**261.827**	129.727	**349.158**	148.736
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	**261.492**	129.727	**301.065**	95.702
Variação líquida de caixa e equivalentes a caixa	**2.954**	(4.558)	**61.310**	(6.406)
Caixa e equivalentes no início do exercício	**-**	4.558	**1.837**	8.243
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**2.954**	-	**63.147**	1.837

Transações que não afetaram caixa

Aquisição de direito de uso por meio de contratos de arrendamento:

Imobilizado (direito de uso)	**(398)**	-	**(28.461)**
Arrendamentos	**398**	-	**28.461**
Aquisição de controlada (Impacto):			
Investimentos	**(69.122)**	-	-
Transações de capital	**69.122**	-	**69.122**
Aplicações financeiras e outros investimentos	-	-	**(141)**
Contas a receber de clientes	-	-	**(119.333)**
Estoques	-	-	**(20.685)**
Impostos a recuperar	-	-	**(366)**
Outros créditos	-	-	**(6.263)**
Imobilizado	**3.340**	-	**(5.525)**
Intangível	-	-	**(41.621)**
Fornecedores	-	-	**86.789**
Empréstimos e financiamentos	-	-	**9.660**
Obrigações trabalhistas	-	-	**70**
Obrigações tributárias e impostos diferidos	-	-	**5.495**
Outras obrigações	-	-	**5.267**
Contas a pagar por aquisição de controlada *Incorporação (Lado a Lado):*	-	-	**31.288**
Contas a receber de clientes	-	-	**(4.644)**
Depósitos a recuperar	-	-	**(238)**
Outros créditos	-	-	**(173)**
Imobilizado	-	-	**(30)**
Fornecedores	-	-	**2.300**
Outras obrigações	-	-	**4.193**

Bedin e Nilson Bedin 4.555% cada um, Luiz Rogerio Caleffi 3,95%, Márcio José Dal Moro Malthaes e Ednei Luis Rodrigueiro, possuem, cada um, 2,39% de participação na Lavoro. A Lavoro é uma Companhia de capital fechado, constituída em 30 de março de 2006, com sede no Av. Daniel Clemente, nº 87, Lote 18-b, Quadra IND-4, loteamento Distrito Industrial, na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. **Principais práticas:** As operações possuem Aporte Agrícola Bonsiti 15%, Edy Tadeu Sicchi 7,5%, Cristina Maria Scutti de Castro, Ricardo José Scutti e Marcelo Scutti 2,5% cada um, perfazendo os 30% restantes. A Pitangueiras é uma Companhia Anônima de capital fechado, constituída em 24 de maio de 1990, com sede na Avenida Senador Pinto Carneiro Guimarães, 1111, Barracão nº 1, Boa Vista, na Cidade de Nova Grosseta, Estado do Paraná. Impacto - A Impacto é uma Empresa limitada, constituída em em 2 de junho de 2008, com sede na Avenida Perimetral Sudeste, 9.319, na Cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso.

3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na Lei das Sociedades por Ações (Lei das Sociedades por Ações) e as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 19 de maio de 2020.

IFRS 16 – Leasing foi reconhecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis beis mediante o pronunciamento técnico CPC 06 R2 – Arrendamentos. Tal normativo requer que os arrendatários reconheçam os direitos e obrigações em seu balanço patrimonial, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso. Isenções de reconhecimento serão permitidas para contratos de baixo valor e curto prazo. A definição de arrendamento engloba todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação que se enquadrem na definição de arrendamento da Companhia a maioria. As despesas de arrendamento não são mais reconhecidas de forma linear. As mesmas são substituídas como despesa de juros e amortização, sendo que a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato. Isso significa dizer que a Companhia deverá não gerar despesas operacionais e financeiras. A adoção na forma de classificação da despesa de arrendamento irá aumentar o EBITDA, bem como o fluxo de caixa operacional. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos, como pagamentos baseados na produtividade do ativo), e/ou equipamentos com parte dos pagamentos baseados na produtividade do ativo), quando existentes, não são considerados na definição de pagamentos, sendo registrados como despesa operacional. A Companhia adotou a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito da adoção inicial reconhecido na data da aplicação inicial, em 1º. janeiro de 2019. Sendo assim, não reapresentaremos informações e saldos em base comparativa. A nova norma também requer que sejam divulgadas e opcional; a Companhia fez a adoção das seguintes políticas contábeis na transição: • **a)** Arrendamentos não reavaliou se o contrato era ou continha um arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicou-se ao CPC 06 R2 a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 R2 e ICPC 03 (IFRIC 4). • A Companhia optou por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, assim, como um único componente de arrendamento. • A Companhia não registrou os contratos de curto o prazo do arrendamento termino dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial ou que contenham uma opção de compra. A definição de arrendamento de curto prazo é de baixo valor quando novo. Valor definido em vinte mil reais; • A Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; • A Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato incluir opções de renovação ou rescisão antecipada ou de arrendamento, de termo outros; e • A Companhia aplicou uma taxa de desconto única a carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Dentro deste respectivo classificados de arrendamentos, a Companhia aplicou a IFRS 16 retrospectivamente as nossas demonstrações financeiras e processos internos. Estamos com o processo atualmente, a saber, acreditamos que os efeitos mais significativos se relacionam com: (1) o reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para nossos arrendamentos operacionais; (2) a mudança na despesa de arrendamento sobre nossas atividades de arrendamento. Os efeitos em 1º. de janeiro de 2019, de passivos operacionais adicionais para os saldos Companhia, em contraparteda ao reconhecimento de direitos de uso, são os seguintes: • Não esperamos impactos nos pagamentos mínimos remanescentes dos aluguéis dos arrendamentos operacionais divulgados em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 em arrendamentos foram divulgadas na nota 16. *ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro* - A interpretação técnica ICPC 22 (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente os seguintes: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame de tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas fiscais. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. Ainda a Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, na adoção da Interpretação a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas, e concluiu que não houve impacto de cálculo nas demonstrações financeiras com a adoção da nova interpretação.

4. Resumo das principais práticas contábeis - Abaixo estão descritas as principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Essas práticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção de novas normas, conforme explicitado nº 2. e) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial - As participações em investimentos são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso. Isenções de reconhecimento serão permitidas para contratos de baixo valor e curto prazo. A definição de arrendamento engloba todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação que se enquadrem na definição de arrendamento da Companhia a maioria. As despesas de arrendamento não são mais reconhecidas de forma linear. As mesmas são substituídas como despesa de juros e amortização, sendo que a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato. Isso significa dizer que a Companhia deverá não gerar despesas operacionais e financeiras. A adoção na forma de classificação da despesa de arrendamento irá aumentar o EBITDA, bem como o fluxo de caixa operacional. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos, como pagamentos baseados na produtividade do ativo), e/ou equipamentos com parte dos pagamentos baseados na produtividade do ativo), quando existentes, não são considerados na definição de pagamentos, sendo registrados como despesa operacional. A Companhia adotou a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito da adoção inicial reconhecido na data da aplicação inicial, em 1º. janeiro de 2019. Sendo assim, não reapresentaremos informações e saldos em base comparativa. A nova norma também requer que sejam divulgadas e opcional; a Companhia fez a adoção das seguintes políticas contábeis na transição: • **a)** Arrendamentos não reavaliou se o contrato era ou continha um arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicou-se ao CPC 06 R2 a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 R2 e ICPC 03 (IFRIC 4). • A Companhia optou por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, assim, como um único componente de arrendamento. • A Companhia não registrou os contratos de curto o prazo do arrendamento termino dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial ou que contenham uma opção de compra. A definição de arrendamento de curto prazo é de baixo valor quando novo. Valor definido em vinte mil reais; • A Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; • A Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato incluir opções de renovação ou rescisão antecipada ou de arrendamento, de termo outros; e • A Companhia aplicou uma taxa de desconto única a carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Dentro deste respectivo classificados de arrendamentos, a Companhia aplicou a IFRS 16 retrospectivamente as nossas demonstrações financeiras e processos internos. Estamos com o processo atualmente, a saber, acreditamos que os efeitos mais significativos se relacionam com: (1) o reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para nossos arrendamentos operacionais; (2) a mudança na despesa de arrendamento sobre nossas atividades de arrendamento. Os efeitos em 1º. de janeiro de 2019, de passivos operacionais adicionais para os saldos Companhia, em contraparteda ao reconhecimento de direitos de uso, são os seguintes: • Não esperamos impactos nos pagamentos mínimos remanescentes dos aluguéis dos arrendamentos operacionais divulgados em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 em arrendamentos foram divulgadas na nota 16. *ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro* - A interpretação técnica ICPC 22 (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente os seguintes: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame de tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas fiscais. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. Ainda a Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, na adoção da Interpretação a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas, e concluiu que não houve impacto de cálculo nas demonstrações financeiras com a adoção da nova interpretação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Caixa	-	-	**574**	121
Bancos - conta corrente	-	-	**5.227**	1.716
Aplicações financeiras (i)	**2.954**	-	**57.346**	-
Total	**2.954**	-	**63.147**	1.837

(i) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas a média de 82% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de remuneração por ocasião de resgate antecipado e/ou com vencimento inferior a 90 dias.

6. Aplicações financeiras

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Títulos de capitalização	-	-	**30**	-
Fundos de investimento (nacional)	-	-	**1.455**	34.170
Aplicação financeira (i)	-	10.844	**2.973**	34.170
Total	-	10.844	**4.458**	34.170
Circulante	-	10.844	**1.485**	34.170
Não circulante	-	-	**1.538**	-

(i) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e cotas em fundos de investimentos, bem como saldos mantidos em corretoras de investimento. Estas aplicações têm por objetivo prover rendimentos e possuem vencimentos de até 720 dias.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Duplicatas a receber	-	3.871	**725.302**	412.604
Variação cambial	-	-	**(570)**	-
(-) Ajuste a valor presente	-	-	**(6.596)**	(6.644)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**(45)**	(4.099)
Total	-	3.871	**718.779**	405.960
Circulante	-	3.871	**710.883**	405.960
Não circulante	-	-	**7.896**	-

Movimentação da provisão para crédito de liquidação:

	Consolidado 2019	2018
Saldo inicial	**(6.644)**	(3.525)
Adições	**(12.192)**	(21.696)
Reversão	**2.719**	18.577
Baixa - perda efetiva	**9.112**	-
Saldo final	**(6.596)**	(6.644)

"Aging list" de contas a receber

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
A vencer	-	3.871	**603.202**	373.170
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	**38.265**	1.146
Entre 31 e 60 dias	-	-	**24.176**	809
Entre 61 e 180 dias	-	-	**13.139**	10.879
Há mais de 180 dias	-	-	**6.520**	26.500
Total	-	3.871	**725.302**	412.604

8. Estoques

	Consolidado 2019	2018
Mercadorias para revenda	**319.544**	226.005
Adiantamentos a fornecedores	**46.712**	20.754
(-) Provisão para perdas esperadas em estoques	**(1.054)**	-
Total	**365.202**	246.759

A abertura por tipo de estoques está disposta da seguinte maneira:

	Consolidado 2019	2018
Mercadorias para revenda:		
Defensivos	**255.919**	171.518
Fertilizantes foliares	**31.581**	21.795
Fertilizantes granulados	**6.115**	4.211
Sementes de milho	**12.765**	5.276
Sementes de soja	**2.541**	439
Semente de trigo	**11**	-
Grãos	**9.198**	4.822
Biológicos	**1.263**	4.847
Mercadoria em trânsito	**151**	601
Outros	-	12.496
Total	**319.544**	226.005

	Consolidado 2019	2018
Adiantamentos a fornecedores:		
Fornecedores de sementes	**27.150**	8.948
Fornecedores de adubos	**15.821**	3.308
Fornecedores gerais	**3.741**	7.340
Outros	-	1.158
Total	**46.712**	20.754

Movimentação da provisão para perdas esperadas em estoques:

	Consolidado 2019	2018
Saldo inicial	-	-
Provisão	**(1.054)**	-
Saldo final	**(1.054)**	-

9. Partes relacionadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber:				
Agrointegral Andina S.A.	**3.721**	-	**3.721**	-
Crop Care S.A.	**882**	-	**882**	-
Marcelo Scutti	-	-	**11**	-
José Aparecido Bonacin	-	-	**592**	-
Roberto Bedin	-	-	**2.810**	-
JSCP a receber:				
Distribuidora Pitangueiras Produtos Agropecuários S.A.	**3.376**	-	-	-
	7.979	-	**9.120**	-

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas de serviços prestados:				
Agrointegral Andina S.A.	**3.721**	-	**3.721**	-
Frooly Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.	**26**	-	**26**	-
Lavoro Agrocomercial S.A.	**847**	-	-	-
	4.594	-	**3.747**	-

Os valores de contas a receber e de venda de serviços prestados com a Agrointegral Andina S.A., Frooly Comércio e Indústria de Alimentos Ltda., Crop Care S.A. e Lavoro Agrocomercial S.A. são provenientes da prestação de serviços de consultoria, consultoria e repasse de custos de serviços de terceiros compartilhados. Estas sociedades são investidas do Controlador da Companhia, Brazilian Private Equity V - Fundo de investimento em Participações. Os demais valores de contas a receber se referem a negociações comerciais com as acionistas das controladas Distribuidora Pitangueiras Produtos Agropecuários S.A. e Lavoro Agrocomercial S.A. Remuneração da Administração - O pessoal-chave da Administração são os diretores da Companhia e das controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração foi de aproximadamente R$21.930 (R$3.869 em 31 de dezembro de 2018) e incluiu salário e encargos.

10. Instrumentos financeiros e derivativos

	Consolidado 2019	2018
Ativo:		
Contratos NDF	**43**	-
Contratos futuros	**3.049**	-
Contrato a termo	**3.092**	-
Total ativo		
Passivo:		
Contratos NDF	**1.880**	-
Contrato a termo	**9.049**	-
Total passivo	**10.929**	-

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

	Consolidado					
	2019			2018		
	Saldo contábil	Custo amortizado	Valor justo via resultado	Saldo contábil	Custo amortizado	Valor justo via resultado
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	**63.147**	-	**63.147**	1.837	-	1.837
Aplicações financeiras	**1.485**	-	**1.485**	34.170	-	34.170
Contas a receber de clientes	**710.883**	**710.883**	-	405.960	405.960	-
Partes relacionadas	**9.120**	**9.120**	-	-	-	-
Instrumentos derivativos	**3.092**	-	**3.092**	-	-	-
Total ativo	**787.727**	**720.003**	**67.724**	441.967	405.960	36.007
Passivo:						
Fornecedores	**741.038**	**741.038**	-	396.696	396.696	-
Empréstimos e financiamentos	**77.317**	**77.317**	-	95.249	95.249	-
Total passivo	**818.355**	**818.355**	-	491.945	491.945	-

a) Derivativos gerais - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxa de juros. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Companhia tem o objetivo de manter tais investimentos até o momento do seu efetivo resgate. b) Gestão de risco de capital - A Companhia administra seu capital para continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno para partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. c) Exposição a risco de taxas de juros - As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI, com condições, taxas e prazos compatíveis com as de operações similares realizadas no mercado. d) Gestão do risco de liquidez - E o risco relacionado a dificuldades em cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de risco é garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações. e) Risco de crédito - E o risco de prejuízo financeiro para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber de clientes da Companhia. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. f) Análise de sensibilidade do risco de variação no preço das commodities - A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros com o objetivo de avaliar sua sensibilidade a mudanças nas variáveis de mercado, e apresentou mais dois cenários com deterioração de 15% e 30% da variável de risco considerados. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia e de suas controladas, conforme descrito a seguir: • Cenário-base: manutenção de juros e preços em níveis observados em 31 de dezembro de 2019. • Cenário adverso: deterioração de 15% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019. • Cenário remoto: deterioração de 30% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019. Premissas - Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, da variação do dólar norte-americano em relação aos empréstimos em moeda estrangeira, e da variação do preço da soja, milho e trigo em relação aos fornecedores. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

	Consolidado		
	Cenário base	Cenário adverso (15%)	Cenário remoto (30%)
Premissas			
Aumento das "commodities":			
Fornecedores – soja (saca)	96,88	111,41	125,94
Fornecedores - milho (saca)	48,35	55,60	62,86
Fornecedores - trigo (saca)	48,04	55,25	62,45
Redução do CDI:			
Aplicação financeira	3,65	3,10	2,56

Análise da Administração	Consolidado			
Fator de risco	Instrumento financeiro	Risco	Cenário base	Cenário adverso (15%)	Cenário remoto (30%)
Fornecedor	Variação das "commodities"	Variação da "commodities"	6.036	6.942	7.847
Aplicação financeira	Variação do CDI	Redução do CDI	58.831	50.006	41.182

g) Análise de liquidez - A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Companhia, que elaborou um modelo para gerenciamento de curto, médio e longo prazos de liquidez ou caixa, de modelo e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas em seus períodos de vencimento contratuais. As tabelas foram elaboradas com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima à que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

| | Consolidado

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2020

parte da negociação na aquisição da empresa Impacto em 28 de fevereiro de 2019, conforme divulgados na nota 1 e nota 19. (ii) A redução de capital na investida se deu em função de contratos de cessão de cotas entre os sócios, e pela incorporação da empresa Lado a Lado, cujo patrimônio líquido era negativo, vide nota 1. (iii) A mais-valia é composta pela carteira de clientes, estoque e imobilizado, oriundos das aquisições de controladas. Abaixo estão apresentados os saldos das entidades que representam os investimentos da Controladora:

13. Imobilizado

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo ou avaliação:							
Em 31 de dezembro de 2017	136	381	447	506	3.236	-	4.706
Adições	1.006	4.262	1.306	496	4.529	489	12.088
Aquisição de controlada (i)	192	914	250	95	858	-	2.309
Baixas	(126)	(532)	(163)	(62)	(565)	(61)	(1.509)
Em 31 de dezembro de 2018	1.208	4.025	840	035	8.058	428	17.594
Adições	20.961	4.021	201	926	8.440	-	34.549
Aquisição de controlada (ii)	1.455	812	138	436	1.113	-	3.954
Incorporação (iii)	39	-	-	-	-	-	39
Baixas	(508)	(300)	(103)	(46)	(5.321)	(428)	(6.706)
Em 31 de dezembro de 2019	23.146	8.458	076	2.361	12.290	-	43.434
Depreciação:							
Em 31 de dezembro de 2017	(1)	(96)	(103)	(61)	(1.214)	-	(1.475)
Depreciação do exercício	(15)	(3.846)	(655)	(195)	(3.462)	(72)	(8.245)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	(16)	(3.942)	(758)	(256)	(4.676)	(72)	(9.720)
Depreciação do exercício	(4.587)	(687)	(419)	(225)	(3.413)	-	(9.330)
Baixas	-	143	16	56	72	-	4.445
Em 31 de dezembro de 2019	(4.603)	(4.474)	(1.034)	(462)	(4.137)	-	(14.606)
Em 31 de dezembro de 2018	1.192	083	1.082	779	3.382	356	7.874
Em 31 de dezembro de 2019	18.543	4.884	1.042	1.889	8.258	-	34.616

(i) Saldos oriundos da aquisição da controlada Pitangueiras. (ii) Saldos oriundos da aquisição da controlada indireta Impacto, viabilizada por meio da controlada direta, Lavoro. (iii) Saldos oriundos da incorporação da empresa Lado a Lado, realizada pela controlada Lavoro.

14. Intangível

	Licença de uso de software	Ágio (Goodwill)	Mais-valia Carteira de clientes	Esto-ques	Imobi-lizado	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31/ 12/ 2017	115	108.971	-	-	-	109.086
Adições	380	-	-	-	-	380
Aquisição de controlada (i)	-	96.413	5.166	10.310	1.422	113.311
Baixas	-	(38.894)	-	-	-	(38.894)
Em 31/ 12/ 2018	495	166.490	5.166	10.310	1.422	183.883
Adições	2.245	-	-	-	-	2.245
Aquisição de controlada (ii)	17	26.214	76.862	2.219	-	105.312
Alocação de ágio (iii)	-	(54.249)	41.849	7.494	4.906	-
Baixas	(186)	-	-	-	-	(186)
Em 31/ 12/ 2019	2.571	138.455	123.880	20.023	6.328	291.257
Amortização:						
Em 31/ 12/ 2017	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(19)	-	(625)	(10.310)	(297)	(11.251)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31/ 12/ 2018	(19)	-	(625)	(10.310)	(297)	(11.251)
Amortização do exercício	(79)	-	(17.088)	(9.713)	(138)	(27.019)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31/ 12/ 2019	(98)	-	(17.713)	(20.023)	(435)	(38.269)
Em 31/ 12/ 2018	476	166.490	4.541	-	1.125	172.837
Em 31/ 12/ 2019	2.482	138.455	106.167	-	5.893	252.988

(i) Saldos oriundos da aquisição da controlada Pitangueiras. (ii) Saldos oriundos da aquisição da controlada indireta Impacto, viabilizada por meio da controlada direta Lavoro. (iii) Em 2018 o excesso pago na aquisição foi alocado para Goodwill e em 2019 foi alocado de forma preliminar. A Companhia optou pela realização da alocação definitiva no exercício de 2019, vide nota 1.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	2019	2018
Bayer S.A.	195.477	192.238
Basf S.A.	116.881	24.132
Adama Brasil S.A.	90.402	21.553
Monsanto do Brasil Ltda.	54.924	12.543
FMC Química do Brasil Ltda.	37.797	26.509
Fertiper Fertilizantes do Paraná Ltda.	20.620	5.503
Helm Do Brasil Mexamil Ltda.	17.946	9.108
Ihara bras S.A. Indústrias Químicas	17.665	11.043
Castrolanda - Cooperativa Agroindustrial Ltda.	11.731	3.916
UPL do Brasil Ind. e Com. de Insumos Agrop S.A.	8.261	1.951
Yara Brasil Fertilizantes S.A.	7.423	11.174
Nortox S.A.	7.065	4.475
Nidera Seeds Brasil Ltda.	6.376	7.040
Mahara Agrocomercial Ltda.	5.467	5.653
	2019	2018
RIBER - KWS Sementes Ltda.	4.975	2.716
Agrichem do Brasil S.A.	4.941	11.685
Timac Agro Industria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	3.253	3.224
Ou Pont do Brasil S.A.	2.839	7.642
Syngenta Proteção De Cultivos Ltda.	2.532	15.656
Fertilizantes Tocantins S.A.	2.521	11.192
Albaugh Agro Brasil Ltda.	1.126	6.489
Rudolf Thomas Maria Aernoudts	463	1.059
Rotam do Brasil Agroquímica e Prod Agrícolas Ltda.	378	-
CHS Agronegócio Industria e Comércio Ltda.	329	18.052
MM Macatuba Insumos Modernos Ltda.	129	3.364
Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quim. e Agro S.A.	-	11.629
Outros	119.537	36.010
Total	741.038	396.696

16. Arrendamentos

Descrições	Taxas anuais	Vencimento	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Edificações	7%-8%	2020-2027	83	-	17.202	-
Veículos	8%-9%	2020-2023	-	-	3.486	-
Máquinas e Equipamentos	7%	2020-2022	-	-	1.935	-
Total			83	-	22.623	-
Circulante			83	-	8.274	-
Não circulante			-	-	14.349	-

A Companhia possui contratos de arrendamento de diversos itens de edificações, veículos e máquinas e equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento das edificações geralmente variam entre 2 e 8 anos, enquanto veículos e outros equipamentos geralmente têm prazos de arrendamento entre 2 e 5 anos. Existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovando e de rescisão. A Companhia também possui alguns arrendamentos de máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de baixo valor. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos no imobilizado e as movimentações durante o exercício: Controladora

Ativo	Edificações
Em 1º de janeiro de 2019	398
Adições	-
Despesas com depreciação	(318)
Em 31 de dezembro de 2019	80
Consolidado	

Ativo	Edifi-cações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2019	11.101	1.335	-	12.436
Adições	8.552	5.213	2.260	16.025
Despesas com depreciação	(4.319)	(1.964)	(356)	(6.639)
Em 31 de dezembro de 2019	15.334	4.584	1.904	21.822

	Lavoro Agrocomercial S.A. 2019	2018	Distribuidora Pitangueiras Produtos Agropecuários S.A. 2019	2018
Total de ativos	527.291	520.832	515.246	388.850
Total de passivos	598.854	244.502	392.169	325.061
Receitas líquidas	839.293	627.481	638.576	211.812
Resultado do exercício	(597)	7.190	5.391	(151)
Patrimônio líquido	328.437	76.330	123.077	44.789
Participação no capital social	74,76%	83,50%	70,00%	70,00%

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	-	398
Adições	-	-
Pagamentos	-	(335)
Juros	-	83
Em 31 de dezembro de 2019	-	83
Circulante	-	83
Não circulante	-	-
Consolidado		

Passivo	
Em 1º de janeiro de 2019	12.436
Adições	12.025
Pagamentos	(7.360)
Juros	1.542
Em 31 de dezembro de 2019	22.633
Circulante	8.274
Não circulante	14.359

17. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento final	Encargos financeiros	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Adiantamento sobre contrato de Câmbio (ACC)	2019	5,08% a 6,48% a 7,50% e	-	-	2.713	-
BNDES Automático	2020	7,83% + TJLP	1.829	5.092	-	-
Capital de Giro	2020	8,54% a	15.144	-	-	-
Capital de Giro (moeda estrangeira)	2019	16,68% a.a.	-	122	-	-
Capital de Giro (moeda estrangeira)	2019	20,28% a.a.	-	2.000	-	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2019	7,60% a 10,70% a.a.	-	-	29.241	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	2019	7,81% a 11,57% a.a.	-	-	12.839	-
Consórcio	2020	15,80% a.a.	39	48	-	-
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	2020	17,46% e 18,86% a.a.	-	-	78	179
FGPP	2019	9,50% a 9,63% a.a.	-	-	36.402	-
Finame	2019	6,00% a.a.	-	-	31	-
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO)	2020	3,9% a.a. + TJLP	165	223	-	-
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO)	2019	16,56% a.a.	-	-	15	-
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO)	2020	6,48% a.a.	360	410	-	-
Nota de crédito à exportação (NCE)	2020	7,70% a.a.	60.502	-	-	-
Vendor	2019	-	-	6.134	-	-
Total			77.317	14.029	81.319	179
Circulante			77.317	93.596		
Não circulante			-	1.653		

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.690
Adição por aquisição de controlada (i)	73.215
Juros incorridos	6.124
Pagamentos	59.756
Apropriação de custo de empréstimo	2.441
Amortização de principal e juros	(121.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.249
Adição por aquisição de controlada (ii)	20.598
Captações	270.754
Juros incorridos	13.141
Amortização de principal e juros	(327.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	77.317

(i) Saldos oriundos da aquisição controlada Pitangueiras. (ii) Saldos oriundos da aquisição da controlada indireta, adquirida por meio da controlada direta, Lavoro. As parcelas estão assim distribuídas por ano de vencimento:

	Consolidado 2019
2019	77.317
2020	77.317
Total	77.317

Não há cláusulas restritivas ("covenants") para os empréstimos e financiamentos vigentes. A Companhia não realizou operações de empréstimos e financiamentos de partes relacionadas, e não há bens oferecidos como garantias nas operações vigentes.

18. Contas a pagar por aquisição de controladas

	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Contraprestação a pagar por aquisição de controladas	34.464	97.259
Total	34.464	97.259

A movimentação do contas a pagar por aquisição de controladas são como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	87.713
Aquisição de nova investida (i)	137.425
Juros	371
Pagamento	(128.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	97.259
Aquisição de nova investida (ii)	65.720
Juros	1.366
Pagamento	(129.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.464

(i) A Companhia efetuou a aquisição da Pitangueiras em 7 de agosto de 2018 pelo valor de R$137.425, o montante da dívida em aberto será pago em duas vezes SELIC + equidado o pagamento no prazo de 3 anos a contar da data de compra da controlada. (ii) A Companhia efetuou a aquisição, da Impacto em 28 de fevereiro de 2019, por intermédio da controlada Lavoro, parte da negociação se deu pelo pagamento em dinheiro no montante de R$65.720, sendo 50% deste valor no momento da aquisição, o saldo da dívida em aberto será atualizado pela taxa SELIC, e liquidado o pagamento no prazo de 1 ano a contar da data de compra da controlada.

19. Patrimônio líquido - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$472.745 (31 de dezembro de 2018 R$210.918), representado por 472.744.853 (31 de dezembro de 2018 por 210.918.267) ações ordinárias e sem valor nominal. As subscrições e integralizações de capital realizadas em 2019 e 2018 ocorreram conforme segue:

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Capital social
Em 31 de dezembro de 2017	81.191	-	81.191
Assembléia realizada em 15/02/2018	9.485	-	9.485
Assembléia realizada em 15/02/2018	345	-	345
Assembléia realizada em 16/04/2018	10.455	-	10.455
Assembléia realizada em 16/05/2018	4.839	-	4.839
Assembléia realizada em 17/05/2018	8.890	-	8.890
Assembléia realizada em 04/07/2018	68.713	-	68.713
Assembléia realizada em 05/10/2018	20.000	-	20.000
Assembléia realizada em 27/11/2018	10.000	-	10.000
Em 31 de dezembro de 2018	210.918	-	210.918
Assembléia realizada em 18/02/2019	100.721	-	100.721
Assembléia realizada em 18/04/2019	5.000	-	5.000
Assembléia realizada em 07/05/2019	58.000	-	58.000
Assembléia realizada em 05/08/2019	72.966	-	72.966
Assembléia realizada em 23/08/2019	78.000	(52.860)	25.140
Assembléia realizada em 19/12/2019	130.268	(130.268)	-
Em 31 de dezembro de 2019	653.873	(183.128)	472.745

Os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018
Brazilian Private Equity V - Fundo de investimento em Participações	100%	100%
Total	100%	100%

Transações entre acionistas - Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 foi reconhecido em conta de investimentos como transação de capital um ganho de R$89.122, que se refere ao reflexo na controladora do ganho apurado na venda pela controlada Lavoro Agrocomercial S.A. proveniente de operações societárias de troca de ações, descontinuidade de aquisição do Pitangueiras (SELIC + 2%) em 28 de fevereiro de 2019. Reserva legal - É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. Política de dividendos - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

20. Resultado básico e diluído por ação

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(14.139)	(7.190)
Quantidade média ponderada de ação(em milhares)	472.745	210.918
Prejuízo básico e diluído por ação - R$	(0,03)	(0,15)

21. Receita operacional líquida

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Receita	4.594	1.526	1.726.739	588.520
Receita de revenda de produtos agrícolas	-	-	(42.083)	(14.585)
Devoluções e abatimentos	-	-	(4.440)	(2.987)
Impostos	(124)	-	(4.470)	(1.482)
Total	4.470	1.526	1.675.746	569.466

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Custo de mercadorias para revenda	-	-	(1.293.559)	(488.337)
Despesas com pessoal	(3.939)	(15.013)	(71.241)	(46.104)
Materiais de uso e consumo	(535)	(410)	(2.760)	(6.720)
Serviços de terceiros	(865)	(23.372)	(13.780)	(40.362)
Fretes	-	-	(10.362)	(5.422)
Bonificações	-	(378)	(6.420)	(5.422)
Comissões	-	-	(1.812)	(1.217)
Armazenagem	-	-	(4.460)	(230)
Despesas financeiras	(344)	(1.551)	(2.737)	(2.720)
Depreciação e amortização	(20.558)	(11.251)	(36.339)	(1.358)
Impostos e taxas	(54)	(212)	(4.598)	(3.587)
Aluguéis	(16)	-	(594)	(2.140)
Eventos comerciais	-	-	(612)	(5)
Publicidade e propaganda	-	-	(177)	(5)
Outros	3.359	(42.701)	(2.864)	
	(26.311)	(48.929)	(1.517.805)	(604.728)

Classificado como:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(4.437)	-	(1.293.559)	(488.337)
Despesas comerciais	-	(378)	(22.753)	(2.720)
Despesas gerais e administrativas	(21.874)	(48.450)	(201.493)	(110.456)
Total	(26.311)	(48.828)	(1.517.805)	(604.728)

22. Resultado financeiro

Receitas financeiras:	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Rendimento de aplicação financeira	942	932	1.214	2.314
Juros ativos	2.236	-	14.187	3.798
Variação cambial	-	-	19.076	17.321
Ganhos com derivativos	-	1	58.919	3.342
Descontos financeiros	3	-	75.992	15.442
Bonificações recebidas	9	-	992	992
Recuperação de despesas	9	-	8.132	741
Ajuste a valor presente	-	-	4.377	-
Reversão de provisões	-	-	-	5.669
Outros	1	2.674	908	2.674
Total	2.491	3.607	186.711	52.198
Despesas financeiras:				
Tarifas bancárias	(2)	(1)	(1.282)	(1.136)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(20)	(9)	(14.673)	(8.127)
Juros passivos	(105)	-	(1.431)	(1.430)
Variação cambial	(45)	-	(11.636)	(12.570)
Perdas com derivativos	-	-	(49.663)	(15.152)
Descontos concedidos	-	-	(72)	(8.379)
Ajuste a valor presente	-	-	(2.166)	-
IOF	(18)	(12)	(1.906)	(166)
Atualização de impostos	(3.967)	(371)	(3.967)	(371)
Outras	(2)	-	(8.467)	(4.180)
Total	(4.759)	(393)	(107.361)	(51.511)
Resultado financeiro líquido	(2.268)	3.214	(1.250)	12.298

23. Seguros - A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques. É escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluí a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Modalidade ou objeto do seguro	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Incêndio, raio e explosão	07/11/2019 a 14/11/2020	274	143.725
Veículos e fumaça	07/11/2019 a 14/11/2020	27	1.030
Danos elétricos	07/11/2019 a 14/11/2020	1	490
Responsabilidade civil operações	07/11/2019 a 14/11/2020	8	4.000
Roubo de valores no interior do estabelecimento	07/11/2019 a 14/11/2020	5	2.500
Vidros, anúncios, letreiros, antenas, espelhos e mármores	07/11/2019 a 14/11/2020	1	120
Danos Morais	07/11/2019 a 14/11/2020	5	1.030
Morte e invalidez permanente	07/11/2019 a 14/11/2020	6	3.220
Danos materiais e corporais	07/11/2019 a 14/11/2020	30	15.620
Total		357	186.735

24. Eventos subsequentes - Combinação de negócios - *Grupo ADC* - Em 10 de setembro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças ("Contrato") entre a Lavoro Agrocomercial S.A (controlada da Companhia) e os atuais acionistas do "Grupo ADP", estabelecendo os termos e outras condições para aquisição deste. Por Grupo ADP, entende-se como sendo o conjunto das sequintes empresas, Interventores Anuentes do Contrato: Agrocontato Comércio e Representações Ltda. e de Produtos Agropecuários Ltda., Agrovenci Comércio Importação Exportação e Agropecuária Ltda., e PCO Comércio Importação Exportação e Agropecuária Ltda. A transação inclua o pagamento de uma parcela de R$75.288, paga em moeda corrente nacional na data de fechamento da negociação, 21 de janeiro de 2020. E outra parcela no montante de R$32.258 a ser paga em até 12 meses após a data de fechamento. A Lavoro passou a ser a controladora das empresas acima citadas, detendo 100% do capital delas. *Produtec* - Em 09 de dezembro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças ("Contrato") entre a Companhia e os atuais acionistas da Produtec Comércio e Representações S.A. ("Produtec"), estabelecendo os termos e outras condições para aquisição desta. A transação incluiu o pagamento de duas parcelas de R$14.616 em moeda corrente nacional, a primeira paga na data de fechamento da negociação, 01 de abril de 2020, e a segunda a ser paga em até 12 meses após a data de fechamento. A Companhia passou a ser a controladora da Produtec, detendo 64,75% do capital dela. COVID-19 - Recentemente a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. Esta pandemia causará impactos relevantes na economia mundial afetando os mais diversos tipos de negócios. A Companhia informa, no entanto, que, até o presente momento, não registrou impactos econômicos/financeiros significativos. De forma a mitigar os possíveis impactos operacionais, econômicos e financeiros a Companhia está adotando diversas medidas, tais quais: • Realização de reuniões periódicas com o objetivo de monitorar os seus principais indicadores operacionais e projetar diferentes cenários com base no que está sendo identificado no Brasil e no resto do mundo; • Compra de estoque adicional de materiais; • Adoção de medidas para preservação da liquidez da Companhia como relagamento de dívida, renegociação de prazos com fornecedores e negociação com clientes de forma a minimizar inadimplência. • Adoção de home office e negociação de férias com seus colaboradores das áreas administrativas, revisão das escalas e rodízios das áreas operacionais. Apesar destas ações, neste momento, a Administração da Companhia não consegue estimar com precisão o a tamanho dos impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações e, consequentemente, em seus resultados financeiros. Até o momento, não existem indícios de magnitude suficiente que possam comprometer a continuidade dos negócios ou que pudesse gerar impactos nos saldos apresentados nestas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e acionistas da **Terraverde Holding S.A.**
Curitiba – Paraná

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terraverde Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terraverde Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes** - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 15 de maio de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio dentro da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da execução e das constatações de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 19 de maio de 2020. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP 015.199/F-6/PR. Ana Andrea Iten de Alcantara - Contador CRC-SC 025678/O-3-T-PR.

Fim

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN
NIRE 35.300.177.401 - CVM nº 18759 - CNPJ/ME nº 03.767.538/0001-14 - Sociedade por Ações ("Securitizadora")

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Edital de Convocação

Da Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 217ª e 218ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª e 218ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), para a Primeira Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Primeira Assembleia"), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos CRI ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em 1ª convocação, de forma exclusivamente digital, coordenada pela Securitizadora, a se realizar no dia 19 de agosto de 2020, às 10:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** alteração da tabela de amortização do CRI 297 do Anexo I, de forma a ser ajustada para acompanhar a curva de amortização definitiva do Pagamento Sequencial das Obrigações Relativas ao Patrimônio Separado, conforme descrito na cláusula 4.9 do Termo de Securitização; e **2)** a suspensão da atualização periódica do serviço de classificação de risco, conforme cláusula 5 do Termo de Securitização, a partir da próxima data de vencimento, inclusive, a realização da Primeira Assembleia. Não será admitido o uso da instrução de voto à distância, a manifestação do voto deverá ser feita no momento da Primeira Assembleia, através do acesso à plataforma digital. Para que recebam o link de acesso à Primeira Assembleia, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma *Microsoft Teams* e deverá, necessariamente, ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da Primeira Assembleia tanto para a Securitizadora, quanto para o Oliveira Trust DTVM S.A. ("Agente Fiduciário"), nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e ger1.agente@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 29 de julho de 2020

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN
NIRE 35.300.177.401 - CVM nº 18759 - CNPJ/ME nº 03.767.538/0001-14
Sociedade por Ações ("Securitizadora")

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Edital de Convocação

**Da Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 255ª e 256ª

SHOPPINGS DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 13.230.045/0001-49

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial

ATIVO	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulantes		**23.514**	**29.998**	**102.903**	**83.944**
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.311	29.027	28.243	34.808
Contas a receber	6	387	604	24.716	25.811
Adiantamentos		-	-	4.165	3.425
Impostos a recuperar		816	367	8.354	3.858
Créditos com partes relacionadas	7	-	-	34.315	9.882
Outros ativos		-	-	3.822	1.727
Não circulantes		**526.456**	**630.203**	**1.661.822**	**1.715.694**
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	988	980
Contas a receber	6	-	-	9.320	15.646
Créditos com partes relacionadas	7	24.842	17.244	104.156	74.906
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	34	34	3.347	3.347
Impostos a recuperar		-	-	5.645	4.134
Imposto de renda diferido	20	-	-	58.710	75.987
Outros ativos		-	180	1.129	3.088
Propriedade para investimentos	9	-	-	1.335.316	1.390.517
Investimentos	8	501.580	612.745	11.849	11.849
Imobilizado	10	-	-	56.597	59.677
Intangível	11	-	-	71.575	75.584
Total dos ativos		**549.970**	**660.201**	**1.764.725**	**1.799.638**
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulantes		**702**	**485**	**199.537**	**190.045**
Fornecedores	12	85	93	17.477	15.627
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	88.344	109.368
Salários e encargos sociais	14	-	-	10.934	7.135
Impostos, taxas e contribuições	15	617	482	22.786	16.736
Subvenções governamentais	16	-	-	593	593
Receitas diferidas	17	-	-	2.007	2.545
Adiantamentos recebidos de clientes	18	-	-	4.311	4.710
Obrigações por compra de investimentos	19	-	-	4.025	4.725
Débitos com partes relacionadas		-	-	39.412	34.685
Outros passivos		-	-	2.948	1.923
Não circulantes				**880.082**	**900.303**
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	857.056	816.808
Subvenções governamentais (RC)	16	-	-	23.134	23.727
Receitas diferidas	17	-	-	2.568	2.460
Adiantamentos recebidos de clientes	18	-	-	826	3.895
Impostos, taxas e contribuições	15	-	-	-	6.129
Provisão para riscos	21	-	-	3.566	3.566
Obrigações por compra de investimentos	19	-	-	41.422	40.752
Provisão para perda com controladas	9	-	-	56	84
Débitos com partes relacionadas		-	-	10.448	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	-	-	1.026	2.961
Total das passivos		**702**	**485**	**1.079.619**	**1.090.348**
Patrimônio líquido		**549.268**	**659.716**	**585.116**	**709.290**
Capital social	22 (a)	1.390.133	1.390.133	1.390.133	1.390.133
Ajuste de avaliação patrimonial	22 (b)	(65.879)	(64.826)	(65.879)	(64.826)
Prejuízos acumulados		(574.983)	(665.588)	(574.983)	(665.588)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		549.268	659.716	549.268	659.716
Participação dos acionistas não controladores		-	-	35.848	49.574
Total dos passivos e patrimônio líquido		**549.970**	**660.201**	**1.764.725**	**1.799.638**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.189.530**	**(100)**	**(54.352)**	**(390.525)**	**735.553**	**66.562**	**802.115**
Capital integralizado	1.000	-	-	-	1.000	-	1.000
Transações com acionistas não controladoras	-	-	-	-	(300)	-	(300)
Prejuízo do exercício	-	-	(10.474)	-	(10.474)	(3.561)	(14.035)
Prejuízo do exercício	-	-	(66.063)	-	(66.063)	(13.427)	(79.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.190.530**	**(400)**	**(64.826)**	**(465.588)**	**659.716**	**49.574**	**709.290**
Transações com acionistas não controladoras	-	-	(1.053)	-	(1.053)	2.180	1.127
Prejuízo do exercício	-	-	(109.395)	-	(109.395)	(14.692)	(124.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.190.530**	**(400)**	**(65.879)**	**(574.983)**	**549.268**	**37.062**	**586.330**

Demonstração do resultado

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida	**23**	**-**	**-**	**110.945**	**105.115**
Custo dos aluguéis e serviços prestados	24	-	-	(51.465)	(67.177)
Lucro bruto		**-**	**-**	**59.480**	**37.938**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	24	(502)	(724)	(77.819)	(34.743)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	25	58	30	7.210	13.118
Ganhos com dividendos		-	-	(1.213)	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	(110.112)	(66.801)	(644)	291
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(110.556)**	**(67.495)**	**(12.987)**	**16.604**
Resultado financeiro	26	1.368	1.624	(96.512)	(93.952)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(109.188)**	**(65.871)**	**(109.499)**	**(77.348)**
Correntes	27	(207)	(192)	(1.369)	(5.846)
Diferidos	20	-	-	(13.833)	(2.142)
		(207)	(192)	(15.202)	(2.142)
Prejuízo de exercício		**(109.395)**		**(124.701)**	**(79.490)**
Quantidade de ações		1.154.459.395	1.153.509.923		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em reais (lote de mil ações)		(0,0948)	(0,0572)		
Resultado atribuível a:					
Participação dos acionistas da controladora		-	-	(109.395)	(66.063)
Participações dos acionistas não controladores		-	-	(15.306)	(13.427)
				(125.301)	**(79.490)**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(109.395)**	**(66.063)**	**(125.301)**	**(79.490)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	-	-	-	-
Ajustes por:	-	-	29.969	29.217
Depreciações	-	-	6.021	2.412
Amortização de intangível	-	-	(80.741)	1.732
Ajuste de investimento	207	192	15.802	2.142
Despesa com IR e CS	-	-	-	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.478	3.734
Provisão de perda para riscos	-	-	2.812	-
Apropriação (reversão) de juros de debêntures por compra de investimentos	110.112	66.801	670	(291)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	644	-
Juros e encargos financeiros de mútuos	-	-	1.762	3.127
Juros e encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e impostos	-	-	86.448	87.249
Provisão para perda com investimento	-	-	5.100	-
Perda na baixa de ativos imobilizados	-	-	39	-
Realização de adiantamentos recebidos de clientes	-	-	(26.105)	(11.244)
Realização de receitas diferidas	-	-	(2.976)	(6.921)
Realização de subvenção governamental	-	-	(593)	(592)
Variação no capital circulante:	**924**	**930**	**16.788**	**31.075**
Contas a receber	217	5.475	(4.822)	(7.319)
Impostos a recuperar	(449)	(348)	(6.086)	(1.198)
Adiantamentos	-	-	(740)	(231)
Outros ativos	180	(180)	(136)	798
Fornecedores	82	(26)	8.500	(3.934)
Salários e encargos sociais	-	-	3.799	(3.273)
Impostos, taxas e contribuições	(72)	(169)	8.745	4.330
Adiantamentos recebidos de clientes	-	-	22.641	16.490
Outros passivos	-	-	1.242	(680)
Impostos diferidos	-	-	3.324	-
	(42)	**(729)**	**(43.549)**	**7.472**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**924**	**930**	**(16.788)**	**31.075**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(8)	1.600
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(672)
Captação/(pagamento) com partes relacionadas (7.598)	-	-	(35.120)	16.955
Pagamento de propriedades para investimentos	-	-	(2.409)	(1.185)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(13)	(14.718)
Adições ao ativo intangível	-	-	(5.212)	(6.763)
Recebimento (pagamento) de ativo mantido para venda	-	-	644	(291)
Aquisição de ativo intangível	-	-	-	1.500
Caixa (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	**(7.598)**	**-**	**(43.095)**	**(2.236)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	43.336	66.311
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(52.870)	(56.676)
Aumento de capital social	700	(700)	700	(700)
Transações com acionistas	-	-	1.127	(1.435)
Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC de acionistas	-	-	(1.931)	1.011
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**700**	**(10.520)**	**9.911**	
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(6.716)**	**907**	**(6.565)**	**1.910**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.027	28.120	34.808	32.898
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.311	29.027	28.243	34.808
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(6.716)**	**907**	**(6.565)**	**1.910**

Demonstração do valor adicionado

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas	-	-	111.802	107.056
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(29.969)	(29.217)
Custos dos serviços prestados	-	-	(29.969)	(29.217)
Valor adicionado bruto	**-**	**-**	**81.833**	**77.839**
Depreciação e amortização	-	-	(6.021)	(2.412)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**-**	**-**	**75.812**	**75.427**
Valor adicionado recebido em transferência	(109.395)	(66.063)	(125.301)	(79.490)
Resultado de equivalência patrimonial	(110.112)	(66.801)	(644)	291
Receitas financeiras	717	738	11.211	13.462
Outras receitas	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	**(109.395)**	**(66.063)**	**(49.489)**	**(3.772)**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.502	1.502	11.267	11.502
Remuneração direta	1.502	1.502	11.267	11.502
Impostos, taxas e contribuições	(207)	(192)	15.202	2.142
Federais	(207)	(192)	15.202	2.142
Remuneração de capitais de terceiros	1.368	1.624	96.512	93.952
Juros	1.368	1.624	96.512	93.952
Aluguéis	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios	(109.395)	(66.063)	(125.301)	(79.490)
Prejuízo do exercício	(109.395)	(66.063)	(125.301)	(79.490)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(109.395)	(66.063)	(125.301)	(79.490)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(109.395)**	**(66.063)**	**(125.301)**	**(79.490)**
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participação dos acionistas da controladora	-	-	(109.395)	(66.063)
Participações dos acionistas não controladores	-	-	(15.906)	(13.427)
	-	-	**(125.301)**	**(79.490)**

não a seção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Imparmente de ativos financeiros: Shopping Recife Empreendimentos. O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo avalia na data de cada balanço se houve mudança em seus riscos de crédito e se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que esse evento de perda tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida através do resultado. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró rata temporis"). Qualquer diferença entre os recursos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida e reflete na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser preparado para o uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente até ele. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos consistem em juros e outros custos que uma entidade incorre para tomar emprestado recursos. **3.20. Ativos mantidos para venda:** Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como ativos mantidos para venda se seu valor contábil for recuperado principalmente através de uma venda e a venda for considerada altamente provável. Eles são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos os custos para vender. Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. **3.21. Adoção à pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações novos e/ou revisados:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/1/2019 e não tiveram impacto para o Grupo: IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", aborda o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e substitui a orientação no IAS 17. A principal mudança é a eliminação da exigência de classificação de arrendamentos como operacionais ou financeiros. O Grupo avaliou a norma e concluiu que a mesma não é aplicável dada a natureza de suas atividades. A Companhia elaborou estudo e, como é a arrendatária, não há impacto sobre suas demonstrações financeiras. As demais normas entrando em vigor nos próximos exercícios sociais, não se espera que as mesmas tenham impactos relevantes, destacando a conceitual sua normas IFRS, CPC 15/IFRS 3 com relação a definição de negócios. CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 com relação à definição de materialidade e CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros. **3.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das nossas contábeis e Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas e respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, bem como das receitas e despesas reportadas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a estimativa é revisada, se a revisão afetar somente esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentadas as principais estimativas e informações efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e do Grupo e que possuem efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras: **(i) Reconhecimento da receita:** premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da receita, visto que, existem diferentes variáveis nos contratos firmados com os clientes para cálculo de remuneração variável (aluguel percentual). **(ii) Vida útil e valor residual dos propriedades para investimentos e dos bens do ativo imobilizado e intangível:** a administração avaliou contrata especialistas em avaliação de imóveis para determinar os valores justos das propriedades para investimentos e quais são mantidas ao valor de custo, menos depreciação. O valor recuperável dessas propriedades foi determinado com base no valor em uso, considerando premissas e estimativas de longo prazo, em consideração estimativas significativas que dependem do julgamento da Administração. **(iii) Vida útil e valor residual das propriedades para investimentos e dos bens do ativo imobilizado e intangível:** a administração avaliou contrata especialistas em avaliação de imóveis para determinar os valores justos das propriedades para investimentos e dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que se baseiam de expectativas futuras dos negócios e que dependem dos especialistas da administração. **(iv) Provisões para créditos de liquidação duvidosa:** a administração avaliou contrata especialistas em avaliação de créditos de liquidação duvidosa para a quantificação de perdas esperadas nesses créditos, com base no melhor julgamento da Administração. Considera-se que os montantes das provisões constituídas sejam suficientes para cobrir as perdas esperadas. **(v) Provisões para contingências:** a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das evidências, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para refletir as mudanças nas circunstâncias, tais como prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias:** o Grupo reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias quando existe uma diferença entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos que apresentados em suas demonstrações financeiras. Essa diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Companhia, suas controladas e sua controlada em conjunto reconhecem os impostos diferidos ativos somente quando for provável que haverá lucro tributável futuro suficiente, conforme determinado pelo IAS 12 e CPC 32. **3.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras no fim de exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que os acionistas aprovam os dividendos adicionais. **3.12. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, ou seja, aqueles que necessariamente demoram substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até o momento em que estejam prontos para o seu uso pretendido. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **3.13. Instrumentos financeiros - 3.13.1. Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: os ativos financeiros são classificados, no momento do reconhecimento inicial, como ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio de resultado. A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros e do modelo de negócio que o Grupo utiliza para administrá-los. Com exceção de contas a receber que não contenham um componente financeiro significativo ou para o qual o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição. Contas a receber que não contenham um componente financeiro significativo ou para o qual o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15/CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele deve gerar fluxos de caixa que sejam "apenas pagamentos de principal e juros" sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é denominada teste SPPJ e é realizada no nível de instrumento individual. O modelo de negócio do Grupo para gerenciar ativos financeiros refere-se à forma como administra seus ativos financeiros a fim de gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, isto é, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros incluídos no escopo dos requisitos de classificação e mensuração são classificados em três categorias. Ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado (instrumentos de dívida): ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienação são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados em outras receitas/outras despesas. São calculados usando a média ponderada dos custos dos ativos semelhantes. Despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. **3.8. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos que possuem vida útil definida são compostos substancialmente de licenças de softwares, desenvolvimento de projetos adquiridos e capitalizados e marcas com vida útil comercialização. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos, conforme mencionado na Nota 11. Anos. Vida útil definida: os ativos com vida útil definidade não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo da parcela do Grupo nos ativos líquidos adquirida, e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anteriormente detida pelo Grupo na adquirida (se houver). Ágio é anualmente testado quanto à perda do valor recuperável. Para fins de testes de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que se espera que se beneficiem da combinação de negócios. Cada unidade ou grupo de unidades representa o menor nível dentro do Grupo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna. Testes de redução ao valor recuperável são realizados anualmente ou com mais frequência se houver indicação de que uma unidade possa estar com redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, em seguida, aos outros ativos da unidade proporcionalmente com base no valor contábil de cada ativo da unidade. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida para o ágio não é revertida em períodos subsequentes. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável e IAS 36, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil líquido de um ativo não circulante pode não ser recuperável. Havendo essas evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor em uso, (ii) seu valor líquido de venda. O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa descontados (fontes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor contábil líquido de um ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Para determinar se é necessário o reconhecimento ou reversão de uma perda por redução ao valor recuperável, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Existe uma relação direta entre o valor do ativo e a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando o valor contábil líquido de um ativo for superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para perda no valor do ativo. Os valores de ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revistos subsequentemente para a possível reversão do impairment na data de encerramento de cada período. O reconhecimento de uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Para determinar se é necessário o reconhecimento ou reversão de uma perda por redução ao valor recuperável, é realizada a análise do valor recuperável da unidade individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Existe uma relação direta entre o valor do ativo e a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando o valor contábil líquido de um ativo for superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para perda no valor do ativo. Os valores de ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revistos subsequentemente para a possível reversão do impairment na data de encerramento de cada período. O reconhecimento de uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e de contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto na parcela relativa a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto corrente é a quantia a ser paga ou recuperada em relação aos lucros tributáveis ou prejuízos fiscais, conforme determinado pelo IAS 12 e CPC 32. **3.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras no fim de exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que os acionistas aprovam os dividendos adicionais. **3.12. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, ou seja, aqueles que necessariamente demoram substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até o momento em que estejam prontos para o seu uso pretendido. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **3.13. Instrumentos financeiros - 3.13.1. Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: os ativos financeiros são classificados, no momento do reconhecimento inicial, como ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio de resultado. A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros e do modelo de negócio que o Grupo utiliza para administrá-los. Com exceção de contas a receber que não contenham um componente financeiro significativo ou para o qual o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição. Contas a receber que não contenham um componente financeiro significativo ou para o qual o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15/CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele deve gerar fluxos de caixa que sejam "apenas pagamentos de principal e juros" sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é denominada teste SPPJ e é realizada no nível de instrumento individual. O modelo de negócio do Grupo para gerenciar ativos financeiros refere-se à forma como administra seus ativos financeiros a fim de gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, isto é, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros incluídos no escopo dos requisitos de classificação e mensuração são classificados em três categorias. Ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado (instrumentos de dívida): ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienação são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados em outras receitas/outras despesas. São calculados usando a média ponderada dos custos dos ativos semelhantes. Despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. **3.8. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos que possuem vida útil definida são compostos substancialmente de licenças de softwares, desenvolvimento de projetos adquiridos e capitalizados e marcas com vida útil comercialização. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos, conforme mencionado na Nota 11. Anos. Vida útil definida: os ativos com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo da parcela do Grupo nos ativos líquidos adquirida, e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anteriormente detida pelo Grupo na adquirida (se houver). Ágio é anualmente testado quanto à perda do valor recuperável. Para fins de testes de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que se espera que se beneficiem da combinação de negócios. Cada unidade ou grupo de unidades representa o menor nível dentro do Grupo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna. Testes de redução ao valor recuperável são realizados anualmente ou com mais frequência se houver indicação de que uma unidade possa estar com redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, em seguida, aos outros ativos da unidade proporcionalmente com base no valor contábil de cada ativo da unidade. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida para o ágio não é revertida em períodos subsequentes. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável e IAS 36, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil líquido de um ativo não circulante pode não ser recuperável. Havendo essas evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor em uso, (ii) seu valor líquido de venda. O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa descontados (fontes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor contábil líquido de um ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Para determinar se é necessário o reconhecimento ou reversão de uma perda por redução ao valor recuperável, é realizada a análise do valor recuperável da unidade individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Existe uma relação direta entre o valor do ativo e a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando o valor contábil líquido de um ativo for superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para perda no valor do ativo. Os valores de ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revistos subsequentemente para a possível reversão do impairment na data de encerramento de cada período. O reconhecimento de uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e de contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto na parcela relativa a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto corrente é a quantia a ser paga ou recuperada em relação aos lucros tributáveis ou prejuízos fiscais, conforme determinado pelo IAS 12 e CPC 32. **3.11. Distribuição de dividendos:** A distribu

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2020

→ ... ←

os cedentes forma de pagamento da aquisição. (v) RVG-2. Foi firmado contrato de cessão de quotas, em julho/2014, entre a Companhia e seus antigos acionistas, o qual a Tenaz adquiria quotas representativas a 100% da capital social dessa Sociedade. O pagamento foi acordado em 79 parcelas de R$ 1.150, corrigidas por 100 % do CDI, foram liquidadas junto aos cedentes até dezembro/2017. (vi) AGS (ii)- Em 2016 a Tenco celebrou o contrato de compra das ações Green Brazil Empreendimentos Ltda., equivalente a participação da vendedora no empreendimento Arruda Garden Shopping S.A. O contrato de compra e venda tem como objeto o compromisso da Green de vender e transferir para a Tenco, a totalidade das 3.817.558 ações de titularidade da Green. Pela aquisição das ações, a Tenco pagará à Green o preço total de R$12.600. Em 2017 o contrato foi aditivado a forma de pagamento, sendo 24 parcelas mensais, vencendo-se a primeira no dia 20/11/2018. Em 2018, a Tenco obteve a anuência do Banco Amazônia S.A., credor da celula de crédito bancário de AGS. **20. Impostos diferidos:** Cálculo do IRPJ e CSLL sobre o ganho no valor justo das propriedades para investimentos e ativo imobilizado.

Valor justo das propriedades para investimentos e aquisição de controle	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Valor contábil	471.400	471.400
Depreciação acumulada	(411.586)	(411.584)
	(7.404)	(6.675)
	52.412	53.741
Alíquota nominal composta - IRPJ e CSSL	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos	17.820	(18.272)
Movimentação do IRPJ e CSLL diferido:		
	2019	2018
Saldo inicial ativo	94.259	91.907
Ajuste da utilização de PERT após consolidação (ii)		3.802
Utilização para compensação de tributos federais		(550)
Utilização para integralização de capital	(3.324)	-
Imposto diferido sobre ajuste	(14.285)	-
Outros ajustes	(130)	-
Saldo final ativo	**76.520**	**94.259**
Saldo inicial passivo	(18.272)	(18.724)
Reversão de IR diferido passivo sobre valor justo na aquisição de controle	452	452
Saldo final passivo	**(17.820)**	**(18.272)**
Saldo compensável entre ativo e passivo	75.987	75.987
Efeito no resultado da constituição e reversão de IR diferido	(13.833)	3.704

(i) Em 2018 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783/2018. O PERT é um parcelamento especial para inclusão de dívidas, de natureza tributária e não tributária, com possibilidade de quitação dos débitos (principal, multa e juros) com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, além da redução de multa e juros. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização de respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Esses prejuízos vencem em 2028. Abaixo, a projeção da recuperabilidade do ativo. **Recuperação dos saldos de IR e CS diferidos:** 2020: 826; 2021: 1.242; 2022: 222; 2023: 1.548; 2024: 2.326; 2025: 4.653; 2026: 8.552; 2027: 4.994; 2028: 7.222; 2029: 43.957; **total: 76.530. 21. Provisões para riscos:** O Grupo é parte em discussões e interpretações da legislação cível e previdenciária vigente, no curso normal de suas operações. A definição, pela área jurídica, da probabilidade de êxito nessas discussões e interpretações, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e jurídicos internos, para todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas. Em 31/12/2019 e de 2018, as provisões referem-se as perdas estimadas em processos de natureza trabalhista e cível, classificadas pela Administração como prováveis, originadas principalmente pelo descumprimentos de profissionais e requerimento de vínculo empregatício. O Grupo não possui depósitos judiciais vinculados às provisões constituídas. A movimentação do litígios provisionados, cuja probabilidade de perda é classificada como provável é como segue:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo inicial	**1.548**	**1.549**
Adição	2.124	-
Baixa	(107)	-
Saldo final	**3.566**	**1.548**

O Grupo possui ações em andamento que, com base em informações de seus assessores legais internos e externos, pela atual avaliação do risco de perda, não requerem o registro de provisões. Em 31/12/2019 e de 2018, as ações com risco de perda possível e/ou não apresentadas para o Grupo são conforme a seguir:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Trabalhista	1.683	2.585
Cíveis	108.434	51.659
Tributária	2.758	532
Societária		538
Saldo final	**112.875**	**54.805**

Conforme demonstrado acima, a principal composição das causas com risco de perda possível é relacionada a causas cíveis e trabalhistas, que se referem principalmente a: (a) Trabalhistas: O maior número de ações trabalhistas do Grupo cinge-se em discussões sobre a responsabilidade subsidiária de empreendimentos com contratos de serviços, na forma da Súmula 331 do TST (Tribunal Superior de Trabalho); (b) setores de manutenção e limpeza normalmente são os que mais reivindicam, acrescendo-se empreitadas destinadas à construção ou reformas dos empreendimentos. Os fundos cadastrados pelo Grupo, que são os responsáveis pelos empreendimentos, também são comuns nessas ações; (c) Cíveis: As ações referem-se a causas oriundas de relações com lojistas ou com consumidores. As ações de lojistas variam entre rescisão contratual cumulada com danos em virtude de atraso na inauguração de shopping e/ou implantação de lojas âncoras prometidas quando da formatação da locação. As ações referentes a consumidores referem-se a eventos ocorridos no estacionamento, dentre eles, marketing, praça alimentação e outros. Administração do Grupo acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, a resultado das operações e a posição financeira do Grupo. **22. Patrimônio líquido: (a)** Capital social: Em 31/12/2019, o capital social autorizado da Companhia é de R$ 1.190.580 representado por 1.154.459.395 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo R$ 1.190.580 integralizado e R$ 400.000 de capital a integralizar. (2018 - R$ 1.190.580 representado por 1.154.459.395 ações ordinárias, sem valor nominal), conforme abaixo:

	31/12/2019 e 31/12/2018 Capital subscrito	Percentual
Patria Special Opportunities I - FIP	925.896	77,27%
Patria Brazilian Private Equity - FIP	136.285	11,46%
Patria Real Estate II - FIP	118.349	9,94%
Patria Economia Real - FIP	6.000	0,50%
Outros	4.050	0,34%
	1.190.530	**100,00%**
Capital a Integralizar	(400)	-
Capital social liquido	**1.190.130**	-

O último aumento e integralização de capital ocorreu em 2015, a total de aumento de capital foi oriundo de bônus de subscrição de ações emitidos no montante de R$ 1.000, referente a capital social parcialmente integralizado, totalizando o capital subscrito e integralizado da Companhia em R$1.190.530. **(b)** Reserva de reavaliação: Em 2018 a avaliação patrimonial referer-se a ganhos e perdas em movimentações de investimentos com acionistas não controladores e podem ser assim demonstrados:

Consolidado	2019	2018
Saldo inicial	(77.554)	(77.554)
VIS	(27.154)	(27.154)
VCP	(661)	434
TSC-S	(2.340)	(2.340)
CSC	(492)	(492)
AUA	(2.333)	(2.333)
LGS	(17.431)	(17.431)
GRN	(2.029)	(2.029)
GRP	17	17
-	(8.598)	(8.598)
-	(14.285)	(14.285)
T-Brands	(3)	(3)
AGS	(1.307)	(1.307)
RVG-2	(3.117)	(3.117)
	(166.438)	**(166.438)**

(c) Lucro/(prejuízo) por ação (básico e diluído): O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro básico por ação é calculado mediante a quota da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais. Não existe Entretanto, não existem ações ordinárias potenciais na Companhia, para fins de diluição do resultado básico por ação. Segue abaixo o cálculo por ação do capital.

Controladora	2019	2018
Ações em 01 de janeiro de 2019	**1.154.459.395**	**1.153.509.923**
Ações emitidas	-	949.472
Ações em 31 de dezembro de 2019	1.154.459.395	1.154.459.395
Resultado líquido	**(114.538)**	**(66.063)**
Valor líquido por lote de mil ações (em reais)	(99,41)	(57,22)

23. Receita operacional líquida: A seguir é demonstrada a conciliação a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional bruta:	97.354	73.078
Aluguel de lojas e CTO	2.757	1.504
Aluguel de área de uso - CDU	8.624	462
Prestação de serviços	16.391	19.875
Outras receitas(ii)	**124.126**	**121.919**
Impostos sobre vendas	(11.653)	(13.171)
Abatimento de ações	(16.119)	(9.845)
Receita líquida	**110.945**	**105.115**

(i) Receita Nesta prestá serviços de desenvolvimento, avaliação de viabilidade técnica, comercialização, gestão de projetos e estudos e projetos na área de engenharia, para suas investidas e para terceiros. Existem outras receitas que referem-se a serviços prestados de gerenciamento de energia e equipamentos de condicionamento de ar. **24. Informações por natureza:** Abaixo, as despesas reconhecidas na demonstração do resultado:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Gastos com pessoal	(14.572)	(15.496)		
Gastos com prestação de terceiros	(494)	(691)	(8.790)	(7.299)
Depreciação			(29.969)	(29.217)
Amortização de intangível			(5.395)	(5.432)
Perda com crédito de liquidação duvidosa			(2.475)	(3.734)
Impairment PP e E			(20.741)	-
Vacância e inadimplências			(30.397)	(33.279)
Aluguéis e condomínios			(787)	(625)
Comissões			(2.596)	(2.596)
Gastos com publicidade			(7.394)	(147)
Gastos com viagens	(4)	(13)	(1.008)	(1.008)
Material de uso e consumo	-	-	(787)	(551)
Gastos com impostos e taxas	(4)	(26)	(1.008)	(1.008)
			(7.244)	(3.996)
(+) Crédito tributário			9.811	1.657
Outras despesas gerais			(1.968)	(1.968)
	(502)	(724)	**(129.284)**	**(101.920)**
Custos operacionais			(31.465)	(57.177)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(502)	(724)	(77.819)	(34.743)
25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
	Consolidado 2019	**Consolidado 2018**		
Sulvenção governamental	593	593		
Ganho na venda de imobilizado	3.093	3.093		
Multas recebidas	1.091	2.238		
Ganho na venda do imobilizado	4.726	-		
Outras receitas operacionais	58	30	12.246	
	58	**30**	**10.160**	**17.035**
Impairment do projeto de TI	-	-	(2.950)	(2.185)
Outras despesas pulverizadas	-	-	(7.210)	(13.118)
	58	**30**	**7.210**	**13.118**

26. Resultado financeiro:

Receitas financeiras	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita sobre aplicação financeira	1.440	1.721	1.523	1.818

	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Total
Instituição	**1.090**	**2.000**	**4.000**	**4.000**	**Total**
BNB	4.457	13.699	13.746	18.957	67.181 117.140
Banco Bradesco S.A.	57.372	56.553	56.553	66.514	347.992 587.486
Banco Itaú S.A. - Habitasec	6.284	5.646	7.031	7.654	57.348 83.963
Nacal Capital	2.143	1.088	1.863	556	9.179 14.825
BASA	7.555	7.717	12.357	12.220	69.652 109.501
Administradora de arrendamentos	9.807	11.929	14.834	17.437	17.740 71.747
Banco ABC Brasil	625	-	-	-	- 625
Outros	101	12	-	-	- 113
Total	**88.344**	**96.642**	**108.888**	**122.438**	**569.088 985.400**

Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de suas operações financeiras, que incluem, principalmente, o risco sendo os principais instrumentos financeiros afetados a taxas indices demonstrados abaixo:

Indexadores	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações Financeiras, Créditos com partes relacionadas	Debêntures
IGP- DI	Contas a receber de aluguel e CDU	Partes Relacionadas Obrigações por compra de investimentos Obrigações por compra de investimentos
IPCA e IGP-DM - TR	-	Empréstimos e Financiamentos

Consolidado	Indexador	2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Aplicações financeiras	CDI	3.464	101	152	203	254
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	988	29	44	59	73
Contas a receber	IGP-DI	33.701	1.294	1.941	2.588	3.235
Mútuos ativos	TR	131.726	-	-	-	-
Contas a compra investimentos	IPCA	45.447	(982)	(1.468)	(1.959)	(2.450)
Empréstimos e financiamentos	TR	494.591	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Taxa média ponderada	455.809	(12.417)	5.070	13.699	13.746
Impacto em financiamentos		**985.400**	**(12.105)**	**(4.597)**	**(13.070)**	**(12.961)**
Impacto no resultado			**(12.105)**	**(4.597)**	**(13.070)**	**(12.961)**

29. Estimativa do valor justo: A interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de valor justo, as quais impactaram direta ou indiretamente as atividades de Tenco. Como consequência da crise sanitária e das restrições impostas ao funcionamento de diversas atividades comerciais e recreativas, no período compreendido entre os dias 18 e 23/3/2020, todos os 16 shoppings administrados pela Tenco fecharam temporariamente suas portas em atendimento do poder público. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, nove shoppings já tinham retomado suas operações, mesmo que com restrições no que diz respeito ao horário de funcionamento e algumas atividades que caracterizam aglomeração (como, entretenimento infantil, academia, dentre outras). Por outro lado, sete empreendimentos permanecem ainda fechados, tendo especificamente de maneira mais acentuada os efeitos condicionada à avaliação dos indicadores de saúde dos respectivos municípios onde estão localizadas. Não obstante, de uma situação de grande complexidade, estão sendo cedentes. Desta forma, a interrupção temporária das atividades, bem como a retomada de forma gradual do fluxo de visitantes no caso dos shoppings reabertos, bem impactado negativamente as receitas do fundo, afetando significativamente o caixa disponível para a capacidade de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras. Assim, especificamente em relação ao fundo, a receita líquida acumulada no período de seis meses findo em 30/6/2020 do ordem de aproximadamente R$ 36.000, se comparado aos valores apresentados em seus demonstrativos originais, antes do evento da pandemia. Esse aspecto, somado ao aumento da inadimplência e da vacância dos espaços comerciais teve como consequência a redução da geração de caixa. Como resposta a esses eventos, foram implementadas negociações diretas com lojistas, que resultaram em reduções de aluguel atendendo a em determinadas situações das lojistas, descontos nos encargos condominiais e fundo de promoção, suspensão das cobranças de multas, entre outras ações. Como resultado, além da queda expressiva das receitas, houve aumento nas despesas com custeio, em decorrência da manutenção de espaços vazios e de áreas comuns, que visam a redução de custos para os lojistas e a sua retenção, a interrupção das atividades e a queda expressiva das vendas dos lojistas acarretou, como já anteriormente mencionado, um incremento na inadimplência líquida, que passou de um índice de 5% até fevereiro/2020 para patamares de 12%, e 19% em maio e junho/2020, respectivamente. A interessadas desses eventos produz impactos relevantes em nossas previsões de caixa para os próximos meses, o que é representa um componente de incerteza significativa quanto à continuidade operacional das operações do fundo. Em 2019, o objetivo de alinhar esses efeitos negativos advindos da crise da Covid-19, a Administração da Tenco tem adotado diversas medidas orientadas à contenção de custos e preservação de seu fluxo de caixa e assegurar o pressuposto da continuidade de suas operações. Dentre elas, redução da jornada de trabalho e salário dos colaboradores, amparado pela MP 936 e acordo coletivo, redução dos custos condominiais durante o fechamento e mesmo durante a retomada de atividade dos shoppings, e renegociação de escopo e postergação de pagamentos junto aos fornecedores. As medidas acima mencionadas visam preservar o resultado operacional, mas foram insuficientes para o cobertura das despesas financeiras e para o suprimento das necessidades de caixa não operacionais. Dessa maneira, no que diz respeito às dívidas financeiras, o Tenco renegociou, em caráter emergencial, suas dívidas com seus principais credores com postergações de pagamentos da ordem de aproximadamente R$ 37.000 que possuíam vencimento em 2020 para os anos de 2021 a 2032, o que fez com que todos os principais financiamentos dos empreendimentos (Banco Bradesco, BNB e BASA) tenham tido os seus pagamentos de março a dezembro/2020 postergados para os anos subsequentes e, inclusive em alguns casos, os seus prazos alongados. Importante destacar que a Tenco não descumpriu quaisquer obrigações financeiras, colaboradores e obrigações financeiras, e que todas as postergações tem sido acordadas com os respectivos credores. Não obstante, a retomada das operações aos níveis apurados no início de 2020 e previstos antes da pandemia é essencial para que a Companhia possa continuar seu negócio. No entanto o retorno das operações a estes patamares dependerá da evolução da Pandemia e está fora do seu controle, conforme descrito acima. - Autorização por parte dos governos municipais e/ou estaduais para reabertura dos Shoppings. - Retorno do fluxo de visitantes nos empreendimentos. - Retirada das restrições de horários e regras de funcionamento para alguns segmentos de atividade determinadas pelos órgãos públicos. - Financiamento adicional para apoio ao negócio durante este período. No caso da combinação necessária dos eventos acima não ocorrer como consequência do agravamento dos efeitos da pandemia de Covid-19, a Companhia pode não ser capaz de continuar suas operações e, portanto, pode não realizar seus ativos e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios (as demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia, incapaz de continuar suas operações normalmente). Nesse sentido, cabe ressaltar que no intuito de assegurar a liquidez e contribuir com as diversas atividades já adotadas, a Administração da Companhia está avaliando a possibilidade de promover um aumento de capital, processo este que estima ser concluído nos próximos meses.

DIRETORIA: Fauze Barreto Antun - Diretor Presidente / **Marcelo Lourenço Jensen** - Diretor Vice-Presidente / **Rafael Freitas de Aguiar** - Diretor Financeiro

CONTADORA: Erika Suzuki Adachi / CRC 247.802/O-4 / CPF 315.936.008-36

JOMITESI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 16.852.837/0001-46

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31.12.2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas, de conformidade com os preceitos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2018. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizerem necessários - São Paulo, 31.03.2020.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11	151	301	2.300
Duplicatas a receber de clientes	-	-	3.691	3.024
Partes relacionadas	13.542	215	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	1
Outros créditos	-	-	1.132	770
Total do ativo circulante	**13.553**	**366**	**5.995**	**6.135**
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	14.981	18.512	-	-
Imobilizado	18.733	11.636	68.677	39.983
Total do ativo não circulante	**33.714**	**30.148**	**68.677**	**39.983**
Total do ativo	**48.267**	**28.505**	**70.671**	**46.079**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Passivo circulante				
Fornecedores	17	19	118	154
Ordenados e salários a pagar	-	-	46	36
Partes relacionadas	15.899	2.366	29.433	2.581
Outras obrigações	-	-	1.739	692
Total do passivo circulante	**15.916**	**2.386**	**30.932**	**3.647**
Passivo não circulante				
Patrimônio Líquido				
Capital Social	23.234	23.234	23.234	23.234
Reservas de capital	1.905	1.853	1.905	1.853
Lucros/Prejuízos acumulados	(280)	1.032	(280)	1.032
Total do patrimônio líquido	**24.858**	**26.120**	**24.858**	**26.120**
Participação de Acionista não controlador	-	-	14.881	16.312
Total do passivo e patrimônio líquido	**40.767**	**28.505**	**70.671**	**46.079**

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	-	-	5.992	5.574
Custos dos produtos vendidos	-	-	(1.402)	(1.309)
Lucro Bruto	**-**	**-**	**4.590**	**4.722**
Despesas Administrativas gerais	(110)	(60)	(511)	(243)
Impostos e taxas	-	-	(1.008)	(1.008)
Despesas financeiras	-	(1)	(2)	(3)
Receitas financeiras	-	-	83	126
Outras receitas (despesas) operacionais	(62)	(64)	(679)	(290)
Resultado da equivalência patrimonial	1.418	2.216	-	-
Resultado antes dos impostos	**1.247**	**2.088**	**3.081**	**4.701**
IRPJ e CSL - corrente	-	-	(469)	(1.669)
Resultado do exercício	**1.247**	**2.088**	**2.612**	**3.032**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de terceiros	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo 31.12.2017	**23.234**	**1.905**	**(52)**	**1.033**	**26.120**	**16.312**	**42.432**
Reserva legal							
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	52	(52)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(2.528)	(2.528)	(2.949)	(5.457)
Resultado do exercício	-	-	1.247	1.247	1.418	2.466	3.884
Saldo 31.12.2018	**23.234**	**1.905**	**(281)**	**24.858**	**14.881**	**39.839**

Demonstrações do Valor adicionado - Investimentos e Indebitamento

	Edif-Terrenos	Terra-cios	Investi-Nos	Total
Saldo 31.12.2017	**7.026**	**3.285**	**1.317**	**14.981**
Adições	-	606	-	606
Resultado equivalência patrimonial	-	-	(1.531)	(1.531)
Saldo 31.12.2018	**7.026**	**3.891**	**1.317**	**14.981**

As adições no ativo não circulante ocorreram devido ao resultado da equivalência patrimonial conforme abaixo: Equivalência patrimonial positiva referente aos Lucros do exercício 2018 das controladas 1.418

Diminuição nos investimentos referente a Distribuição de lucros do exercício de 2017 a 2018 das controladas (2.949)

Variação de investimento de construção civil 609

Variação do Investimento (625)

Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, pelo valor proporcional do patrimônio líquido das empresas, ajustado pelos efeitos de ágio, se houver, e pelos dividendos recebidos. Os ganhos e perdas não realizados em transações com controladas em conjunto são eliminados proporcionalmente à participação do Grupo nessas controladas em conjunto. As políticas contábeis das controladas em conjunto foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Diretora: Silvia Maria Montanari Rossignolo

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxo de caixas das atividades operacionais			7.475	6.917
Recebimentos de clientes			8.917	7.464
Pagamentos a fornecedores e empregados	(15)	(16)	(7.786)	(1.097)
Tarifas bancárias	-	-	(1)	(1)
Impostos e tributos pagos	(62)	(64)	(1.249)	(607)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(396)	(398)
Caixa líquido proveniente	**(78)**	**(144)**	**3.486**	**5.375**
Compra de ativo imobilizado	-	(33)	(26.186)	(698)
Caixa em atividades de investimentos	(83)	(128)	(782)	(128)
Aumento de capital	-	-	85	26.200
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(604)**	**(393)**	**(748)**	**299**
Caixa líquido de aplicação financeira	(2.083)	(625)	(7.528)	(5.054)
Dividendos pagos	(2.722)	(1.633)	(2.722)	(1.633)
Dividendos recebidos	**649**	**686**	**(4.770)**	**(3.371)**
Caixa líquido das atividades de financiamento	(150)	-	2.300	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31/12/17	**151**	**-**	**150**	**2.300**
Caixa e equivalentes de caixa em 31/12/18				

Demonstrações do Valor adicionado - Investimentos e Indebitamento

	Edif-Terrenos	Terra-cios	Nos	Investi-mento	Total
Saldo 31.12.2017	**7.026**	**3.285**	**1.317**	**14.932**	**26.120**
Adições	-	606	-	-	606
Resultado equivalência patrimonial	-	-	-	(1.531)	(1.531)
Saldo 31.12.2018	**7.026**	**3.891**	**1.317**	**14.981**	**23.234**

As adições no ativo não circulante ocorreram devido ao resultado da equivalência patrimonial conforme abaixo: Equivalência patrimonial positiva referente aos Lucros do exercício 2018 das controladas 1.418

Diminuição nos investimentos referente a Distribuição de lucros do exercício de 2017 a 2018 das controladas (2.949)

Variação de investimento de construção civil 609

Variação do Investimento (625)

Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, pelo valor proporcional do patrimônio líquido das empresas, ajustado pelos efeitos de ágio, se houver, e pelos dividendos recebidos. Os ganhos e perdas não realizados em transações com controladas em conjunto são eliminados proporcionalmente à participação do Grupo nessas controladas em conjunto. As políticas contábeis das controladas em conjunto foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Contador: Antonio Carlos Pereira - CRC 1SP185412/O-1

JOMITESI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 16.852.837/0001-46

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas, de conformidade com os preceitos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2019. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizerem necessários - São Paulo, 31.03.2020.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	25	11	413	301
Duplicatas a receber de clientes	-	-	3.691	3.691
Adiantamentos a fornecedores	310	-	310	-
Partes relacionadas	19.438	13.542	-	-
Impostos a recuperar	1	-	41	-
Outros créditos	-	-	1.132	1.132
Total do ativo circulante	**19.772**	**13.552**	**1.296**	**3.996**
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	29.114	14.981	-	-
Imobilizado	18.830	18.733	110.880	68.677
Total do ativo não circulante	**41.792**	**33.714**	**110.880**	**68.677**
Total do ativo	**61.564**	**40.767**	**111.993**	**70.671**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo circulante				
Fornecedores	13	17	1.292	118
Ordenados e salários a pagar	-	-	46	46
Impostos e contribuições sociais a pagar	-	-	1.739	1.739
Partes relacionadas	35.670	15.899	55.105	29.433
Outras obrigações	-	-	539	1.236
Total do passivo circulante	**35.682**	**15.916**	**58.996**	**30.832**
Passivo não circulante				
Total do passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	23.234	23.234	23.234	23.234
Reservas de capital	1.937	1.905	1.937	1.905
Lucros/Prejuízos acumulados	710	(281)	710	(281)
Total do patrimônio líquido	**25.881**	**24.858**	**25.881**	**24.858**
Participação de Acionista não controlador	-	-	26.114	14.981
Total do passivo e patrimônio líquido	**61.564**	**40.767**	**111.993**	**70.671**

Demonstrações dos Resultados

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	-	-	8.060	5.992
Custos dos produtos vendidos	-	-	(1.690)	(1.402)
Lucro Bruto	**-**	**-**	**6.160**	**4.590**
Despesas Administrativas gerais	(104)	(110)	(896)	(511)
Impostos e taxas	-	-	(1.008)	(1.008)
Despesas financeiras	-	-	(1)	(2)
Receitas financeiras	-	-	1.008	83
Outras receitas (despesas) operacionais	(70)	(62)	(1.243)	(679)
Resultado da equivalência patrimonial	1.057	1.418	-	-
Resultado antes dos impostos	**1.057**	**1.247**	**3.020**	**3.081**
IRPJ e CSL - corrente	-	-	(408)	(469)
Resultado do exercício	**1.057**	**1.247**	**2.612**	**2.612**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reser-vas de capital	Lucros acumu-lados	Total	Participa-ção de terceiros	Total do patri-mônio líquido consolidado
Saldo 31.12.2018	**23.234**	**1.905**	**(281)**	**24.858**	**14.981**	**39.839**
Capital social						
não controladores	-	-	-	-	13.100	13.100
Reserva legal	-	33	(33)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	(600)	(600)	(764)	(1.370)	
Resultado do exercício	-	-	1.624	1.629	1.797	3.426
Saldo 31.12.2019	**23.234**	**1.937**	**710**	**25.881**	**26.114**	**51.995**

As transações contábeis: As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2020. O Balanço patrimonial foi escriturado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da controladora Jomitesi S/A. e das seguintes controladas diretas: Rossignolo Empreendimentos e Participações Ltda. - 50%; Rossignolo Agrícola Ltda - 50%; Rossignolo Agrícola Ltda - 50%; Rossignolo Agrícola Ltda - 50%. Na consolidação das participações em controladas em conjunto, as políticas contábeis foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Diretora: Silvia Maria Montanari Rossignolo

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixas das atividades operacionais			7.475	6.917
Recebimentos de clientes			8.060	7.464
Pagamentos a fornecedores e empregados	(95)	(115)	(2.744)	(1.786)
Tarifas bancárias	-	-	-	-
Impostos e tributos pagos	(70)	(62)	(1.642)	(1.249)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(443)	(396)
Caixa líquido	**(165)**	**(177)**	**2.648**	**3.486**
Compra de ativo imobilizado	-	-	(1.172)	(26.186)
Caixa em atividades de investimentos	(169)	(604)	(856)	(782)
Aumento de capital	240	-	510	26.200
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(529)**	**(604)**	**(1.518)**	**(748)**
Recebimento líquido de aplicação financeira	5	-	55	68
Dividendos pagos	(186)	(2.083)	(1.963)	(7.528)
Dividendos recebidos	888	2.722	888	2.722
Caixa líquido nas atividades de financiamento	**707**	**640**	**(1.020)**	**(4.733)**
Caixa e equivalente de caixa em 31/12/2018	**11**	**151**	**301**	**2.300**
Caixa e equivalente de caixa em 31/12/2019	**25**	**11**	**413**	**301**

Demonstrações do Valor adicionado - Investimentos e Indebitamento

	Edif-Terrenos	Terra-cios	Nos	Investi-mento	Total
Saldo 31.12.2018	**7.026**

C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	466	45
Contas a receber de clientes...	5	26.941	47.479
Adiantamentos a fornecedores..		1.059	406
Impostos a recuperar	6	5.000	3.827
Partes relacionadas	7	-	64
Outros ativos		222	1.125
Total do ativo circulante		33.688	52.966
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6	9.958	9.466
Depósitos judiciais	16.4	3.188	3.507
Imobilizado e intangível	9	3.316	1.802
Ativo direito de uso	10	107	-
Total do ativo não circulante..		14.569	14.775
TOTAL DO ATIVO		48.257	67.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	7.368	5.462
Salários e encargos sociais	12	2.598	3.167
Obrigações fiscais	13	938	1.030
Adiantamentos de clientes	14	6.921	30.151
Partes relacionadas	7	26.588	21.427
Provisões diversas	15	6.707	4.606
Receita antecipada		293	9
Passivo de arrendamento	10	115	-
Outras contas a pagar		58	82
Total do passivo circulante		51.566	65.934
NÃO CIRCULANTE			
Provisões diversas	15	163	1.206
Provisão para riscos trabalhistas	16	8.034	7.798
Total do passivo não circulante		8.197	9.004
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	17		
Capital social		128.515	128.515
Prejuízos acumulados		(140.021)	(135.712)
Total do patrimônio líquido negativo		(11.506)	(7.197)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)		48.257	67.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEFICIÊNCIA) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		128.515	(140.992)	(12.477)
Lucro líquido do exercício		-	5.280	5.280
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		128.515	(135.712)	(7.197)
Prejuízo do exercício		-	(4.309)	(4.309)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		17 128.515	(140.021)	(11.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFOMAÇÕES GERAIS
A C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade") é subsidiária integral da Vinci Energies International, sociedade na França, especialista mundial em projetos, instalação e manutenção de sistemas e subsistemas para a indústria, infraestrutura e telecomunicações, bem como sistemas aplicados a edificações. A sede da empresa está localizada à Rua Alcides Ricardini Neves, 12, bairro Cidade Monções, São Paulo - SP - Brasil. A Sociedade tem como principais atividades no Brasil, na área de contratos, o estudo, o projeto e a execução de obras de engenharia em geral, automação e sistemas de controle, automação predial, comunicação e dados de voz, montagem industrial, sistemas elétricos, climatização e contratos no sistema "turnkey". Na área de serviços, manutenção industrial, predial e ambiental, gerenciamento de utilidades e facilidades, paradas industriais, "revamping", serviços elétricos e mecânicos em máquinas rotativas e alternativas e transferência de plantas. Continuidade das operações - Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$17.878 (R$12.968 em 31 de dezembro de 2018), bem como patrimônio líquido negativo de R$11.506 (R$7.197 em 31 de dezembro de 2018). A Administração, com base em seus planos de negócios e considerando o contínuo suporte financeiro de seu cotista controlador, não prevê problemas para a continuidade de suas operações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais aspectos abordados a serem desenvolvidos nos próximos anos em relação à melhoria dos resultados operacionais, são como segue: • Desenvolvimento comercial relacionado a serviços com foco nas atividades de instalações elétricas e automação, incluindo a contratação de especialistas. • Aumento do rigor aplicado pelo comitê de aprovação de novos negócios no Brasil, permitindo apenas novas propostas com margens positivas, após alocação total dos custos envolvidos. • Redimensionamento da Sociedade, objetivando a redução das despesas com pessoal e custos fixos.
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatórios, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.2. Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Sociedade definiu o Real (R$) como sendo a sua moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$ mil), que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. **2.3. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária** - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial", quando aplicável. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$ mil), que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. **2.3. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária** - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço, quando aplicável. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial", quando aplicável. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$ mil), que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicações financeiras de curto prazo, de imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo. **2.5. Contas a receber de clientes e perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa** - Estão registrados os saldos decorrentes de prestações de serviços e vendas de mercadorias realizadas à atividade operacional da Sociedade. A estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculado com base na perda esperada (conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros), na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial. **2.6. Despesas antecipadas** - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Sociais (Princípio de competência") para registro do ativo. As despesas antecipadas estão representadas, substancialmente, por despesas na contratação de seguros. **2.7. Depósitos judiciais** - Existem situações em que a Sociedade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Em função destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Sociedade continue questionando as ações. Nessas situações, ambos os depósitos ainda sejam ativos da Sociedade, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Sociedade. Quando aplicável, os depósitos judiciais são registrados contabilmente no ativo não circulante e não são considerados como atividades de investimento para fins da demonstração dos fluxos de caixa **2.8. Imobilizado e intangível** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. A taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário. Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração** - A Administração reavalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída perda para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. **2.10. Ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado. Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do "pro rata temporis" (pro rata tempore") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de doze meses da data do balanço patrimonial são classificados como ativos circulantes. **2.11. Fornecedores** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicável, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Sociedade. **2.12. Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e considerando valores suficientes para cobrir perdas futuras segundo a Administração da Sociedade. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa. **2.13. Passivo circulante e não circulante** - Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis (incluindo os empréstimos de partes relacionadas) até o prazo de 12 meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes. **2.14. Tributação** - A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a) Imposto de renda e contribuição social – correntes** - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **b) Impostos diferidos** - O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos, pelo saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado à medida em que não seja provável a realização de lucros tributários disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício** - O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários são ajustados a valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2.16. Reconhecimento de receitas** - A receita é mensurada com base na contraprestação que a Sociedade espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. As receitas operacionais são reconhecidas quando existe evidência convincente de que a Sociedade transferiu o controle da mercadoria ou prestou o serviço aos clientes. A Sociedade transferiu o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz a obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo. **a) Receita de vendas de produtos** - A receita de vendas de produtos serão reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas (obrigação de performance satisfeita em momento específico no tempo): • A Sociedade possui um direito presente a pagamento pelo ativo. • O cliente possui a titularidade legal do ativo. • A Sociedade transferiu a posse física do ativo. • O cliente possui os riscos e os benefícios significativos de propriedade do ativo. • O cliente aceitou o ativo. **b) Receita de prestação de serviços** - As receitas de contratos com performance obrigacional incidirá acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de termos aditivos, de reclamações e dos pagamentos de incentivos contratuais na condição em que for provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Para os contratos de longo prazo, a receita é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato. Para fins de determinação do estágio de execução, o método utilizado considera a proporção entre o custo incorrido até o período e o custo total orçado para o contrato. Os montantes relativos aos trabalhos executados, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Os valores recebidos antes de efetivo faturamento do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamento de clientes". A diferença entre as receitas reconhecidas pelo estágio de avanço da execução do projeto e os montantes faturados são reconhecidos como ativo, na rubrica de "Valores a receber - A faturar". Receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas (obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo): • O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Sociedade à medida que a Sociedade efetiva o desempenho. • O desempenho por parte da Sociedade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado. • O desempenho por parte da Sociedade não cria um ativo com uso alternativo para a Sociedade e a Sociedade possui um direito executável a pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes (para mais detalhes, vide nota explicativa nº 18). **2.17. Instrumentos financeiros - a) Reconhecimento** - Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Sociedade e a contraparte e efetuar a compra ou a venda, e, para aqueles não classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", esse valor também inclui os custos incorridos na operação. **b) Classificação dos instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias, sendo elas: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **Custo amortizado** - Os passivos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo o principal e os juros utilizados se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Sociedade possui caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** esta categoria registra os ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais de pagamentos de principal e juros (somente principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, exceto pelas receitas calculadas utilizando a taxa efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos patrimoniais, instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Sociedade não possui ativos financeiros nesta categoria. **Ativo financeiro por meio de resultado ("VJR")**: os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do seu valor justo reconhecidos no resultado. Independentemente do exposto, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, em bases diferentes. A Sociedade não possui ativos financeiros nesta categoria. **c) Ativos que apresentam perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e são avaliados a cada data de balanço para identificar se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja com problema de recuperação. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva de que os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro não serão mais afetados pelo reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro foram afetados. Os saldos em aberto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. **d) Baixa de ativos e passivos financeiros** - Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de recebê-los ou por meio do direito de realização; ou a Sociedade transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, trazendo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido. Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado. Passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são quitadas, canceladas ou expiram. **e) Compensação entre ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. **2.18. Demonstração dos fluxos de caixa** - A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto, com base nos critérios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetarão os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Itens significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para perdas em investimentos, a depreciação, as provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, estimativa de custos orçados e margens para os contratos, mensuração do ativo justo de instrumentos financeiros, valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros e não financeiros, realização dos impostos diferidos e continuidade operacional ("going concern"). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode ser diferente em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são discutidas abaixo: **Estimativa de custos orçados dos projetos** - Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a serem incorridos para a execução dos projetos, são estimados mensalmente pela Sociedade, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Sociedade quando determinados. **b) Impostos** - Existem incertezas interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais dos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes das regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade. **c) Mensuração do valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo pressupõe na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade. O valor justo de um passivo é mensurado com base em uma premissa que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo-se que os participantes do mercado ajam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensurar o valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não seja diretamente observável. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando e categorizando (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. **3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E AINDA NÃO ADOTADAS**
3.1. Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 - As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
CPC 06 (R2) (******)	Operações de arrendamento mercantil
Alteração ao CPC 48 (*)	Instrumentos de pré-pagamento com compensação negativa
Alteração ao CPC 18 (*)	Interesses a longo prazo em associadas e empresas comuns
Melhorias anuais aos pronunciamentos 2015-2017 (*)	Alterações do ciclo do CPC 15 - Combinação de Negócios, CPC 19 - Negócios em Conjunto, CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e CPC 20 - Custos de Empréstimos
Alteração ao CPC 33 (*)	"Employee Benefits Plan Amendment, Curtailment or Settlement"
ICPC 22 (*)	Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	18	**51.410**	**70.562**
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(39.532)	(51.610)
LUCRO BRUTO		**11.878**	**18.952**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(13.393)	(15.946)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(381)	7.996
		(13.774)	(12.950)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO. RESULTADO FINANCEIRO		**(1.896)**	**6.002**
Receitas financeiras	20	204	1.353
Despesas financeiras	20	(2.617)	(2.075)
RESULTADO FINANCEIRO		**(2.413)**	**(722)**
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO I.R E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(4.309)**	**5.280**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(4.309)**	**5.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(4.309)**	**5.280**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**(4.309)**	**5.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) A Administração da Sociedade não identificou impactos significativos relevantes decorrentes da aplicação dessas novas normas/interpretação. (******) Adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A Sociedade adotou as novas normas estabelecidas no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendatários passam reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para algum contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma os arrendamentos contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A Sociedade utilizou abordagem retrospectiva e expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento ou locação. Quando da adoção inicial do arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, na data de aplicação inicial. O ativo direito de uso, na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional será, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O efeito da adoção do novo pronunciamento foi reconhecido no montante de R$332 no ativo imobilizado, a título de direito de uso e o reconhecimento do passivo de arrendamento no mesmo valor. A taxa de desconto média utilizada pela Sociedade é 0,90% ao mês. **3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:**

Pronunciamento	Descrição
CPC 50	Contratos de Seguros
CPC 36 e CPC 18 (melhorias)	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e/ou suas Coligadas e Empreendimento Conjunto
Alterações ao CPC 15	Definição de negócios
Alterações ao CPC 24 e CPC 23	Definição de material
Estrutura conceitual	"Amendments to References to the Conceptual Framework in IFRS Standards"

O CPC ainda não editou todos os respectivos Pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses Pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade sejam os mesmos da adoção dos Pronunciamentos do IASB descritos acima. Com relação a esses Pronunciamentos, a Sociedade não espera que esses impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	61	35
Aplicações financeiras (*)	405	10
	466	45

(*) As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, visto que a Sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira automática na conta corrente em Certificado de Depósito Bancário - CDB, mantida junto ao Banco Itaú, cotado e sujeita a um risco insignificante de mudança de valor. A rentabilidade média de 29% do CDI (Certificados de depósitos Interbancários) em 2019 e 2018.
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Duplicatas a receber	18.881	2.839
Faturas a emitir - obras em execução (*).	8.078	44.658
	26.959	47.497
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18)	(18)
	26.941	47.479

(*) As faturas a emitir representam os saldos correspondentes ao registro contábil das receitas auferidas e classificadas na categoria incorridos dos contratos de prestações de serviços, os quais ainda não foram efetivamente faturados. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos a vencer	13.284	1.344
Créditos em atraso:		
Até 30 dias	-	901
De 31 a 60 dias	5.583	13
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	473
Há mais de 180 dias (**)	14	108
	18.881	2.839

(**) O montante vencido há mais de 180 dias refere-se, substancialmente, a retenções contratuais contramandante, que será recebidas pela Sociedade seja na conclusão dos projetos ou no atendimento aos marcos contratuais pré-estabelecidos. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa não teve alterações nos exercícios.
6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9.939	9.459
INSS Retenção para clientes	2.586	2.228
Imposto sobre Produtos Industrializados.	1.452	579
PIS e COFINS a recuperar	78	550
ICMS a recuperar	896	158
Outros tributos	7	19
	14.958	13.993
Circulante	5.000	4.527
Não circul

C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

CNPJ: 04.534.692/0001-09
NIRE: 35.216.996.553 2/2

18. RECEITA LÍQUIDA
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a receita líquida de vendas e serviços prestados é composta conforme a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas e serviços	65.456	84.146
Impostos incidentes sobre vendas		
ICMS	(6.101)	(5.682)
IPI	(40)	(371)
ISS	(1.248)	(345)
PIS	(1.187)	(1.282)
COFINS	(5.470)	(5.904)
Total Deduções Impostos sobre Vendas	(14.046)	(13.585)
Total receita líquida de vendas e serviços prestados	51.410	70.562

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
A Sociedade apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais para execução dos serviços	(19.830)	(28.626)
Outros custos para execução dos serviços	(16.788)	(16.261)
Salários, ordenados e encargos sociais	(9.935)	(14.730)
Serviços de terceiros	(2.626)	(3.514)
Viagens, eventos e treinamentos	(919)	(1.390)
Reversões (provisões) diversas	(1.058)	(1.315)
Provisão de férias	(487)	(853)
Depreciação e amortização	(643)	(679)
Reversão (provisão) para riscos	(298)	621
Aluguel de veículos e edifícios	(583)	(410)
Aluguel de equipamentos		(399)
Outras receitas/despesas, líquidas	(139)	2.996
	(53.306)	(64.560)
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(39.532)	(51.610)
Despesas gerais e administrativas	(13.393)	(15.946)
Outras receitas (despesas), líquidas	(381)	2.996
	(53.306)	(64.560)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Receita sobre aplicações financeiras	1	232
Descontos obtidos	7	44
Receitas cambiais	69	156
Outras receitas financeiras	127	921
	204	1.353
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos, empréstimos e arrendamentos mercantis	(1.886)	(1.573)
Atualização monetária	(25)	
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(459)	(361)
Perdas cambiais	(124)	(34)
Outras despesas financeiras	(123)	(107)
	(2.617)	(2.075)
Resultado financeiro líquido	(2.413)	(722)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
21.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos - Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Sociedade busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados a seguir:

		31/12/2019		31/12/2018	
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	466	466	45	45
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	26.941	26.941	47.479	47.479
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Custo amortizado	7.368	7.368	5.462	5.462
Partes relacionadas	Custo amortizado	26.588	26.588	21.427	21.427

21.2. Gestão dos riscos financeiros - A Sociedade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Sociedade não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares. A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se: **a) Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferenças dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade. Com a aquisição pela VINCI do controle acionário da Sociedade, a Administração passou a contar com o suporte financeiro relevante até que o resultado das reformulações e reestruturações das suas operações se equilibrem e se tornem positivas. **b) Risco de crédito** - O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua totalidade, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. **c) Riscos financeiros** - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações. **21.3. Gestão de capital** - Os objetivos da Sociedade ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As análises são feitas por meio de abertura de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Administração. Abaixo o valor incluindo juros futuros de acordo com as datas contratuais de pagamento:

31 de dezembro de 2019	De 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 a 9 meses	Até 1 ano	Total
Empréstimos com partes relacionadas	6.953	6.953	6.953	6.953	27.812

21.4. Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Os saldos de equivalentes de caixa são mensurados ao valor justo, são classificados como nível 2.
22. FIANÇAS CONTRATUAIS
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade possuía fianças bancárias contratadas para garantia de processos judiciais nos montantes de R$42.561 e R$75.502, respectivamente.
23. COBERTURA DE SEGUROS
A Sociedade mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a cobertura de seguros para riscos operacionais é composta por R$353.467 e R$13.470, respectivamente, para responsabilidade civil.
24. EVENTOS SUBSEQUENTES
COVID-19 - Devido ao COVID-19, a Administração da Sociedade está monitorando de forma contínua a evolução da situação e busca tomar decisões rápidas diante dos novos desafios que se apresentam, dentro do nível sustentável de atividade no início do ano, a implementação de medidas para contenção da contaminação adotada pelas autoridades brasileiras resultou na interrupção de parte dos projetos em execução por parte da Sociedade. Nesse período, a Sociedade criou um sistema de trabalho para seus colaboradores, cuja presença nos locais de trabalho não é necessária. Este sistema foi aplicado em todas as suas Unidades de Negócio com o objetivo de manter, o máximo possível, a continuidade das atividades. O principal risco dessa crise sanitária para a Sociedade consiste em atrasos na realização dos projetos e obras, levando à postergação no reconhecimento das receitas operacionais. Nesta fase da pandemia, onde os principais setores dos clientes em que a Sociedade atende estão retomando as atividades, a Administração não espera que ocorra somente postergação da prestação dos serviços pela Sociedade, não ocorrendo rescisões contratuais. Vale destacar que a Sociedade implementou medidas para ajustar as despesas e revisar o volume de investimentos previstos para 2020. Ademais, não houve rescisões de contratos com clientes e não há atrasos relevantes de recebimentos em decorrência da pandemia vigente, além de contar com fluxo de caixa suficiente para cumprir com todas as suas obrigações de curto e médio prazo. Adicionalmente, estão sendo tomadas ações junto as autoridades competentes para estabelecer medidas que possibilitem a realização das atividades, ainda que parcialmente. A Sociedade vem ainda adotando as nbordagens estabelecidas pelo poder público a fim de definir e implementar as condições que permitam a retomada gradual do trabalho, ao mesmo tempo em que garante a saúde e segurança de todos os colaboradores.
25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Sociedade em 24 de junho de 2020.

Jean-Michel Lange - Diretor Presidente
CPF: 065.732.387-02 - RNM: F2546500;
Henri Séraphin Joseph Pasquier - Diretor
CPF: 837.894.305-44 - RNE: V317629-C;
Lúcia Fátima da Silva - Contadora
CPF: 401.108.696-72 - RG: M 1.633.099 SSP-MG
CRC MG 039474/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Cotistas e Administradores da
C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.
Opinião com ressalvas - Examinamos as demonstrações financeiras da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas - a)** Em 31 de dezembro de 2018, nosso relatório continha a seguinte modificação: Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos, por meio de confirmações obtidas diretamente dos assessores jurídicos externos da Sociedade, divergências quanto ao prognóstico de perda e ao valor provável de perda de determinados processos judiciais. Ademais, em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada, também, a divergências na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, o passivo encontra-se subvaliado em R$864 mil (superavaliado em R$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017), o patrimônio líquido negativo encontra-se superavaliado em R$864 mil (subavaliado em R$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017) e o resultado do exercício encontra-se superavaliado em R$2.658 mil (subavaliado em R$1.794 mil em 31 de dezembro de 2017). Em função dessa modificação, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também continha ressalva devido ao possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentados para fins de comparação. **b)** Em 31 de dezembro de 2018, nosso relatório continha a seguinte modificação: Em 31 de dezembro de 2017, nosso relatório continha modificação relacionada ao fato de a Sociedade não ter procedido ao registro contábil de determinadas despesas incorridas naquele exercício. Consequentemente, em 31 dezembro de 2018, o resultado do exercício está subavaliado no montante de R$2.094 mil. Em função dessa modificação, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também continha ressalva devido ao efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e dos valores correspondentes apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional** - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresenta insuficiência de capital circulante no montante de R$12.968 mil, prejuízos acumulados no montante de R$132.712 mil e fluxo de caixa operacional negativo no montante de R$27.368 mil no exercício findo nessa data. O conjunto dessas condições indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. As demonstrações financeiras anteriormente referidas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários para fazer frente às necessidades de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase - *COVID-19*** - Sem ressalvar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, na qual a Sociedade descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento. *Transações com partes relacionadas* - Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Sociedade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 24 de junho de 2020
DELOITTE BRASIL - Auditores Independentes Ltda.
(aaa.) **Manoel Pinto da Silva Contador**
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

Hotéis sugerem que Rio descentralize réveillon para evitar aglomeração

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, informou na quinta-feira, (30) que o setor hoteleiro apresentou proposta para o réveillon deste ano, cuja programação será alterada por causa da pandemia de covid-19. Segundo Crivella, o novo formato propõe que, em vez de concentrar milhares de pessoas em Copacabana, a programação se espalhe por vários pontos da cidade. A última festa de virada do ano reuniu perto de 3 milhões de pessoas no bairro.

A proposta de novo formato foi apresentada nesta quinta-feira, durante reunião de representantes do setor hoteleiro e da Vigilância Sanitária do município. De acordo com Crivella, a sugestão já está sendo estudada pela prefeitura, que busca ideias capazes de garantir uma celebração segura.

"Eles me apresentaram uma ideia interessante: espalhar o povo, em vez de concentrar [o evento] em Copacabana, no sentido de que todos possam assistir a diversos espetáculos e sem problema de estar aglomerados e [de aparecer] de repente alguém sem máscara e contaminar muita gente. É uma coisa que está sendo estudada", afirmou o prefeito.

Crivella explicou que a reunião de hoje foi para incorporar uma série de medidas no caderno de encargos que costuma ser preparado em grandes eventos como o carnaval e o réveillon. A proposta passará ainda por alguns níveis de consulta. "Vamos apresentar ao Conselho Científico, depois novamente à sociedade, e discutir com vereadores. Pessoal dos hotéis e o pessoal do comércio, esses já participaram, e aí vamos apresentar à população."

Para o prefeito, esta pode ser uma boa solução para evitar aglomeração de pessoas no réveillon em Copacabana. "De certa forma, precisamos superar nossa tristeza, nossa tragédia, enxugar e erguer os olhos para os céus, e prosseguir. Nós temos filhos, temos netos, temos jovens -- a vida continua, embora tenhamos que levar para sempre essa tragédia, essa dor que está sendo a pandemia no mundo inteiro."

Hotéis e bares

O presidente do Hotéis Rio, Alfredo Lopes, disse que a ideia é estabelecer um desenho para o réveillon deste ano que não caracterize, nem incentive aglomerações na praia de Copacabana.

"Foi pensado não ter palco, não ter show. A queima de fogos, ou show de luzes, [deve] ser colocada em vários pontos da cidade de forma a não ter concentração em Copacabana", afirmou Lopes.

Até a questão ser resolvida, ainda vão ocorrer novas reuniões entre setores envolvidos com a festa da virada do ano, informou Lopes. Ele acrescentou que a proposta atende ao setor hoteleiro e também ao de bares e restaurantes. "O importante é definir o que vai ter no réveillon para que possamos iniciar a comercialização." (Agência Brasil)

Governo federal anuncia novas regras para teletrabalho no Executivo

O governo federal anunciou na quinta-feira, (30) novas regras que pretendem institucionalizar o teletrabalho como alternativa após o fim da pandemia. A norma será publicada amanhã e terá validade a partir de 1º de setembro deste ano.

Até antes da pandemia, o teletrabalho, ou trabalho remoto, era permitido no Executivo Federal apenas na forma de projetos piloto. Em outras esferas ele já é adotado de modo mais frequente, como em órgãos do Judiciário federal.

A pandemia levou o serviço público federal a empregar esse recurso, situação em que se encontram 360 mil servidores (sendo 270 mil de universidades e institutos federais), 62% da força de trabalho do Executivo.

A nova instrução normativa visa facilitar e ampliar essa modalidade, tornando-a uma possibilidade permanente após a finalização da pandemia. Segundo o Ministério da Economia, os objetivos da medida são aumentar a produtividade, utilizar recursos de forma mais eficiente e não ter prejuízos no atendimento à população.

Até então, o programa de teletrabalho precisava ser todo aprovado pelo ministro do órgão. Com a nova norma, o titular da pasta define as diretrizes gerais e os secretários as implementam, detalhando os aspectos técnicos e a forma como o programa de teletrabalho irá funcionar e como será possível aderir a ele.

Outra mudança da norma é a permissão para que todos os servidores participem dos programas, incluindo cargos em confiança e temporários. Até então, apenas os cargos efetivos podiam pleitear a participação. As empresas públicas ficam de fora, por serem regidas pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Facilitação

Segundo o secretário nacional de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, o processo será facilitado. A decisão de implementação ou não será do ministro ou titular do órgão. Os secretários ficarão responsáveis por estabelecer os procedimentos gerais, divulgar critérios de adesão, promover a seleção dos participantes e conduzir o monitoramento da execução dos planos de trabalho.

"Teremos controle de jornadas, horário de início e de fim. E haverá também foco em entregas. É importante que tenhamos acompanhamento e prestação de contas. Teremos sistema informatizado que nos dá agilidade e disponibilização das informações, que serão disponibilizadas em portal público com atualização semanal", declarou, em entrevista coletiva virtual realizada.

O secretário especial adjunto da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, relatou que a mudança partiu da análise feita sobre o teletrabalho durante a pandemia no Executivo e da experiência em outras instituições públicas, como o Judiciário.

Nessas observações, a equipe identificou o que chamou de conclusões positivas, como aumento de produtividade. "Servidores dos grandes centros urbanos gastam tempo em deslocamento, que é improdutivo, pois nem está trabalhando nem está fazendo uso para interesses pessoais. A ideia do teletrabalho é poder substituir no tempo gasto de forma improdutivo num uso mais eficiente", comentou.

Perguntado na entrevista sobre pagamento de horas extras e custos de trabalho (como energia e internet), o secretário respondeu que a instrução normativa não prevê essas remunerações. No caso da jornada, ele pontuou que o intuito é definir o plano de trabalho de modo que não haja tempo ocioso nem tarefas que não caibam no horário de trabalho.

Sobre os custos, Rubin acrescentou que "como órgão central não poderíamos transferir para órgãos a responsabilidade de providenciar insumos para que só então tivesse teletrabalho. É um modelo alternativo, não é substitutivo".

Trabalhadores

Para o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, Sérgio Ronaldo da Silva, é preocupante o servidor público federal não ter uma garantia sobre as condições de trabalho no que se refere à energia, internet e a computadores.

"Se as pessoas não tiverem condições ideais, vai ter problemas. Além disso, sabemos que o teletrabalho sabe a hora que começa mas não a que termina, e não haverá pagamento de horas extras", destaca. (Agência Brasil)

SP estende cartão-alimentação a todos os alunos da rede municipal

A prefeitura de São Paulo vai estender o benefício do cartão-alimentação a todos os estudantes da rede municipal. Atualmente, os valores são pagos mensalmente a 600 mil alunos dos 960 mil matriculados nas escolas da prefeitura. Para solicitar o benefício, os estudantes devem se cadastrar na página da Secretaria Municipal de Educação. Só serão atendidos os alunos que se cadastrarem para receber o dinheiro.

Os cartões são enviados à residência das crianças e disponibiliza valores entre R$ 101 – para os matriculados em Centros de Educação Infantil – e R$ 55 para os estudantes do ensino fundamental. O benefício deve custar R$ 203 milhões por ano para os cofres da prefeitura.

Segundo o prefeito Bruno Covas, a medida faz parte da série de ações com viés social que o Executivo está implementando para amenizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus. "A pandemia jogou luz sobre a desigualdade na cidade. Então, foi importante que a prefeitura desenvolvesse uma série de ações, grande parte em parceria com outras entidades, para atender a população mais necessitada", destacou.

População vulnerável

Quanto à população em situação de rua, a prefeitura informou que foi o ampliado o horário de atendimento de parte dos centros de acolhida, disponibilizando 4 mil vagas com atenção 24 horas. Além disso, foram abertas mais mil vagas em 12 centros em vários pontos da cidade.

O consultório na rua cadastrou 14,6 mil pessoas e possibilitou 4,6 mil consultas para pessoas que não têm onde morar. Foram instaladas ainda cinco lavanderias que já atenderam 7,2 mil pessoas em situação de rua.

Estão sendo também distribuídos alimentos e cestas básicas em favelas, cortiços e outras comunidades com moradias precárias. De acordo com o balanço, 1,6 milhão de cestas básicas foram distribuídas em 1,2 mil pontos da cidade, assim como 798,4 mil kits de higiene. (Agência Brasil)

PF faz operação contra tráfico internacional de animais no Amapá

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quinta-feira, (30) a terceira fase da Operação Marraquexe, para desarticular organização criminosa que fazia tráfico internacional de animais silvestres, exóticos e em extinção, no Amapá.

Cerca de 40 policiais federais cumprem cinco mandados de prisão, sendo três de prisão preventiva e dois de prisão temporária em Macapá, no Rio de Janeiro e em São Paulo além de dez mandados de busca e apreensão em Campo Grande (1), Castelo (ES) (1), Lavrinhas (SP) (1), Macapá (3), Pindamonhangaba (SP) (1), Rio de Janeiro (2) e São Paulo (1).

Durante a ação, foram localizados diversos animais, especialmente cobras. "Com o apoio dos órgãos ambientais de cada estado, foi dado o devido encaminhamento das espécies por parte da Polícia Federal", informa em nota.

Um dos alvos da Operação Marraquexe III foi preso em flagrante pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo na noite de quarta-feira, (29), em Pindamonhangaba, por manter animais silvestres sem autorização. Na sua residência foram apreendidos cobras de diversas espécies, tartarugas, lagartos, aranhas, lacraias e escorpiões.

A ação é um desdobramento da Operação Marraquexe, deflagrada em maio de 2018, que identificou um homem que vendia répteis de espécies variadas, algumas oriundas da Venezuela e da Índia, que estavam na lista da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.

Durante as investigações, a Polícia Federal apurou que um morador de Macapá comandava uma rede de tráfico internacional de animais exóticos, principalmente répteis, em conjunto com outras pessoas de estados do Sudeste e do Centro-Oeste e que a comercialização ocorria por meio de grupos formados em redes sociais com integrantes estrangeiros.

Os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, tráfico internacional de animais e recepção qualificada. Se condenados, as penas poderão chegar a 18 anos de reclusão, além do pagamento de multa.

O nome da operação faz alusão a uma cidade de Marrocos famosa pela presença de encantadores de serpentes. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos